

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA
SOCIAL**

Erika Candido Cathermol

**Juventude, Trabalho e Política Social:
Dilemas e Desafios no Programa Nacional de
Estímulo ao Primeiro Emprego em Niterói**

Niterói (RJ), Setembro de 2010

Erika Candido Cathermol

**Juventude, Trabalho e Política Social:
Dilemas e Desafios no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro
Emprego em Niterói**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: **Adilson Vaz Cabral Filho**

Niterói (RJ), Setembro de 2010

**Juventude, Trabalho e Política Social:
Dilemas e Desafios no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro
Emprego em Niterói**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em
Política Social como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Niterói (RJ), Setembro de 2010

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho (Orientador)

Profa. Dra. Elaine Ferreira do Nascimento

Profa. Dra. Mônica Castro Maia Senna

Prof. Dr. André Augusto Brandão (Suplente)

O emprego é o resultado líquido de muitas políticas convergentes.
(Alvin Toffler)

A Deus, expressão do meu louvor, amor e existência, que com incomparável fidelidade tem tornado meus sonhos possíveis.

À Sebastiana Candido Cathermol, meu porto seguro e minha motivação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque Dele por Ele, para Ele são todas as coisas! Obrigada por cuidar mim e de todos os detalhes, permitindo-me mais esta realização.

À minha família, incentivadora de todos os meus sonhos, compartilho com vocês esta conquista. Obrigada pela constância em minha vida!

Ao meu noivo, Leonardo Basílio de Souza, que ao longo desses anos foi se revelando muito mais que amigo, namorado e companheiro, diante do meu nervosismo e insegurança. Obrigada pelo amor, compreensão e encorajamento nos momentos em que tive medo de não conseguir, você mostrou-me que vale a pena tentar, ousar e persistir, mesmo quando nada conspira ao nosso favor. Estou certa de que iremos colher todos os frutos de nossos esforços e dedicação!

À amiga Elaine Ferreira do Nascimento, tudo teve início com o seu incentivo, seus questionamentos e observações sempre me instigaram a buscar o aperfeiçoamento. Não tenho palavras para agradecer a importância que tens na minha vida pessoal e acadêmica. Obrigada pela participação na banca examinadora e pela oportunidade de sempre aprender com você.

À Mônica Senna, exemplo de dedicação e competência, sou grata pela sua contribuição na lapidação do meu objeto de estudo. Todas as aulas e indicações bibliográficas me conduziram ao encontro do esperado. Sinto-me honrada com a sua presença na banca examinadora. Obrigada pela disponibilidade e amizade!

Ao meu orientador Adilson Cabral, que aceitou o desafio de me orientar. Nossas diferenças se uniram, permitindo o surgimento de uma nova roupagem e olhar sobre o universo desta pesquisa. Tenho certeza de que aqui se iniciou uma nova amizade. Obrigada pelas contribuições e por ter me tranquilizado do início ao fim.

A João Bôsko Hora Góis, pelas contribuições nas aulas e por ter permitido minha participação no seu grupo de pesquisa, nossas conversas certamente contribuíram para o meu crescimento acadêmico. A você os meus agradecimentos!

Ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, juntamente com o seu corpo docente e funcionários. Obrigada pela oportunidade a mim ofertada, para desenvolver esta pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

A todos os jovens aprendizes e agências bancárias do município de Niterói que se prontificaram em participar desta pesquisa. Muito Obrigada, sem a participação de vocês não seria possível realizar este trabalho.

À turma de mestrado do 2º Semestre de 2008 da UFF, e em especial ao amigo Marco Antônio Ramos Canela. Obrigada pela amizade, generosidade e crítica, espero que a parceria “CACA” continue sempre!

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar os efeitos e mudanças na vida dos jovens inseridos no Programa Jovem Aprendiz, alocados no setor bancário. O trabalho foi realizado com jovens vinculados às agências bancárias situadas no município de Niterói. A faixa etária dos aprendizes situou-se entre 15 e 22 anos. Os dados aqui apresentados foram coletados em diferentes fontes: análise de documentação, cartilhas e legislações, que revelaram indicadores sobre o processo de criação da Política Nacional de Juventude com o desdobramento da formulação do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, além da observação sobre a ramificação deste programa na modalidade de aprendizagem: Programa Jovem Aprendiz. A investigação também contou com a realização de entrevistas semi-estruturadas com os aprendizes da área bancária. Ao lado da técnica da entrevista, utilizou-se a observação participante como mais um instrumento para coleta de dados. Neste sentido, a presente pesquisa contou com a participação de nove aprendizes, sendo cinco moças e quatro rapazes, alocados em diferentes agências bancárias no município de Niterói. A pesquisa revelou que apesar das contradições existentes na formulação e viabilização do Programa Jovem Aprendiz, esta política representa para esses jovens um instrumento para transformação da realidade social e alteração dos níveis de vulnerabilidades e privações. Neste aspecto, os aprendizes vislumbraram esta política como uma ação que viabiliza oportunidades de escolhas para a realização de um futuro melhor.

Palavras-Chaves: Juventude, Trabalho e Política Social.

ABSTRACT

The purpose this study is to investigate the effects and changes in the lives of young people entered into the Young Apprentice Program, allocate in the banking sector. The work was conducted with young members of the bank branches located in Niterói. The ages of apprentices was between 15 and 22 years. The data presented here were collected from different sources: a review of documentation, books and laws, revealed that indicators on the process of creating the National Youth Policy with the split of the wording of the First Program to Stimulate Employment, and observation on the branching this program in the modality of learning: Young Apprentice Program. The investigation also included the holding of semi-structured interviews with apprentices from the banking district. Beside the interview, we used participant observation as an additional instrument for data collection. In this sense, this research included the participation with nine apprentices, five girls and four boys, located in different banks in the city of Niteroi. The survey revealed that despite the contradictions in the formulation and feasibility of the Young Apprentice Program, this policy poses to these young people a tool for transformation of social reality and the changing levels of vulnerability and deprivation. In this respect, the students envisioned this policy as an action that allows opportunities for choices to achieve a better future.

Keywords: Youth, Employment and Social Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1- Política Social no Brasil	19
1.1. Historicidade das políticas sociais.....	22
1.2. Focalizar ou Universalizar? Embates nos discursos em torno da operacionalização da política.....	31
1.3. Notas introdutórias sobre o padrão de proteção social brasileiro.....	34
CAPÍTULO 2 – Juventudes em Cena: da Invisibilidade à Ação Pública	37
2.1. Juventude: Do que se trata?.....	37
2.2. Ações públicas destinadas à juventude.....	41
2.3. Contextualização da Política Nacional de Juventude.....	45
2.4. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE): uma breve caracterização.....	47
2.5. Papo Jovem: a participação social nas políticas juvenis.....	55
CAPÍTULO 3 – Mercado de Trabalho é a Saída?	59
3.1. Mercado de trabalho no Brasil.....	61
3.2. Descrição do Programa Jovem Aprendiz.....	63
3.2.1. A Concepção do Programa Jovem Aprendiz.....	65
3.2.2. A Aprendizagem no âmbito do PNPE.....	67
3.2.3. Obrigatoriedade da contratação dos aprendizes.....	75
3.2.4. Atores sociais e competências.....	76
CAPÍTULO 4 – A Construção Empírica dos Dados: Um Olhar Sobre a Cidade de Niterói e Seus Jovens	82
4.1. Os instrumentos de pesquisa.....	84
4.2. O cenário da Pesquisa.....	85
4.2.1. O Município.....	86
4.2.2. As Agências Bancárias.....	92
4.2.3. Os sujeitos da pesquisa.....	94
4.3. O Trabalho de Campo.....	98
4.4. Análise dos Dados.....	107
4.4.1. O Programa Jovem Aprendiz no Município de Niterói.....	107
4.4.1.1. Acesso ao Programa.....	108
4.4.1.2. Valor e Utilização do Recurso.....	110
4.4.1.3. Funções do Aprendiz.....	111
4.4.1.4. Entidades Formadoras e Contratantes.....	111
4.4.1.5. Avaliação do Programa.....	113
4.5. Desdobrando os efeitos.....	113
CAPÍTULO 5 – Jovens em Busca de Estratégias para Inclusão	116
5.1. Elevação da Auto-Estima e Sentimento de Pertença.....	117
5.2. Acesso ao Ensino Superior / Mobilidade na Pirâmide Social / Cidadania de Consumo.....	118
5.3. Construção de responsabilidades e Incremento da Renda Familiar.....	120
5.4. Rede de sociabilidade: a amizade como valor de uso e troca.....	121
5.5. O atendimento e suas implicações: processos de estigmatização no ofício de ser aprendiz.....	123

5.6. Considerando alguns aspectos importantes do estudo.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXOS.....	147
Lista de Figuras	
Figura 1 - Mapa de Niterói.....	88
Lista de Tabelas	
Tabela 1- PIB/ 1º Trimestre de 2009 ao 1º Trimestre de 2010.....	61
Lista de Quadros	
Quadro 1- Divisão Territorial do Município de Niterói.....	87
Quadro 2- Sujeitos Participantes da Pesquisa.....	95
Quadro 3- Renda Familiar dos Entrevistados.....	97
Quadro 4- Escolarização dos Entrevistados.....	98
Quadro 5- Demonstrativo dos Aprendizes.....	101
Quadro 6- Mapeamento da Pesquisa de Campo.....	104
Quadro 7- Valor do Benefício.....	111

INTRODUÇÃO

Não é uma solução que você vai pô, colocar todo mundo e empregar todo mundo, que vai acabar com os problemas sociais. Porque a pessoa não precisa só de trabalho, ela precisa de lazer, educação e outras coisas. Mas (...) está me dando uma oportunidade de vida, uma coisa nova, por mais que o salário não seja bom, mas é uma oportunidade de está conhecendo pessoas (...) para ter uma oportunidade futura, até mesmo no banco ou em outras empresas. Esta renda me possibilitou a está ingressando numa faculdade, a “independência financeira” dos meus pais de não ter que está precisando das coisas, tipo para uma pessoa que está crescendo, que está saindo da adolescência e está indo para a maioridade, isto faz muita diferença, para auto-estima, para tudo. (Bruno, 20 anos)

Esta fala, de um jovem participante da pesquisa que deu origem ao trabalho ora apresentado, ilustra bem as angústias e incertezas da juventude frente ao mundo de insegurança e instabilidade. Este jovem faz uma elaboração subjetiva e objetiva, sinalizando que apenas a inserção no mercado de trabalho não é capaz de alterar o status de desfiliação do sujeito, assim, é necessário pensar em ações/políticas de outros setores que caminhem confluentemente ao lado das políticas na esfera do trabalho. Tal situação faz lembrar um trecho da música “Comida”, dos Titãs:

A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte

Ao observar o universo juvenil constata-se a existência de demandas que vão além do desejo de acesso ao mercado de trabalho formal, contudo a fala deste jovem revela que o Programa Jovem Aprendiz lhe possibilitou o nascimento de esperanças e projeções para o futuro mesmo diante de um mundo permeado pelas incertezas, desencanto e perda das esperanças.

É dentro deste contexto que a presente pesquisa emerge, tendo como cerne o eixo temático Juventude, Trabalho e Políticas Sociais. Este estudo identificou que na discussão e análise sobre as políticas de juventude existe a recorrência da concepção de que a inserção ao mercado de trabalho representa a saída e a solução de problemas/conflitos da juventude. Nota-se que tal concepção encontra-se imbricada não apenas nos escopos destas políticas, como também na representação social do mundo do trabalho construída pelos próprios jovens.

A intenção aqui não é desvalorizar a categoria trabalho, uma vez que o acesso ao trabalho deve ser garantido como direito ao sujeito e toda humanidade é regida a partir dele, pois o trabalho faz parte da dinâmica cotidiana da sociedade, seja ele remunerado ou não. Contudo, a questão que está em cerne é entender a necessidade de vislumbrar o usufruto da cidadania dessa juventude no sentido amplo, abarcando não apenas o direito ao trabalho, como também o direito à saúde, educação, esporte, cultura, lazer etc. Por outro, entende-se que o mercado de trabalho por si só não conseguirá responder todas às demandas trazidas por este segmento, neste sentido torna-se necessário a articulação deste setor com os demais setores, a fim de potencializar esta juventude e romper com a visão fragmentada no tratamento da questão social. Neste aspecto, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, assim como o Programa Jovem Aprendiz, ao vislumbrarem o fortalecimento e empoderamento da juventude precisam trabalhar a partir da transversalidade, dialogando com os variados setores, almejando a superação da fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade com suas necessidades individuais e coletivas. Nesta via, Sposati (2004:39) aponta que:

Do ponto de vista da intersetorialidade, as Políticas Sociais se complementam: o aluno assiste melhor à aula se estiver alimentado, se sua casa tiver luz e água, se usar de meios de transporte para chegar à escola, se sua saúde estiver cuidada e se tomar os remédios necessários (...).

O estudo sobre o universo juvenil ainda é considerado como recente no Brasil. Neste sentido, verifica-se que a juventude enquanto categoria permaneceu invisível na esfera pública e no meio acadêmico durante muito tempo, seja por questões intencionais ou por dificuldades de concepções.

No âmbito do Serviço Social, apesar da juventude ser objeto de intervenção da categoria, nota-se a necessidade em avançar nas discussões. Sposito (2009) ao analisar a os temas sobre juventude na área de Serviço Social nos programas de pós-graduação brasileira constatou que a discussão entre juventude e trabalho no período entre 1999-2006 tinha a frequência de 13, 19%.

Destaca-se que o déficit de discussão sobre a juventude não possui relação somente com o Serviço Social, uma vez que outras áreas das ciências sociais e humanas se articulam de modo similar no que se refere à discussão de juventude. Nesta via Sposito (2009:20) observou que: “Se a proporção de doutorados defendidos pode indicar um fator de maturidade no domínio da investigação, observa-se que os estudos sobre juventude apresentam médias inferiores ao total de doutorados defendidos em todas as áreas”. Contudo, é necessário

considerar que apesar do número reduzido de produções, ocorreram pequenos estudos, porém relevantes, com circulação em congressos da categoria, tendo a juventude como objeto de análise.

Segundo Iriart e Bastos (2007) existe uma ambivalência nos discursos sociais acerca da juventude, à medida que naturaliza a imagem juvenil como sendo de dependência, irresponsabilidade e imaturidade, ao mesmo tempo existe um modelo cultural de liberdade e autonomia. Neste ínterim, as autoras destacam a necessidade de garantias de proteção, levando em consideração as desigualdades e demandas específicas.

A categoria juventude em determinados contextos pode representar um símbolo associado ao poder, e em outros, como é o caso do Mercado de Trabalho, simboliza desvantagem, em virtude da falta de experiência profissional e escolarização.

A realidade brasileira tem sido caracterizada pelo agravamento da questão social, fazendo com que a juventude, de um modo geral, esteja exposta a situações vulnerabilizantes. Por outro lado nota-se a ausência de políticas públicas, demonstrando a necessidade de formulação e implementação de políticas dirigidas aos jovens que vislumbrem o acesso às formas de Proteção Social, tendo em vista que as experiências vivenciadas pelos jovens pobres, somada à dificuldade de acesso aos serviços públicos e ao primeiro emprego, demarcam que as políticas públicas dirigidas à juventude tem sido ineficazes no enfrentamento às condições de vulnerabilidades que cerceiam o cotidiano deste segmento.

Portanto, ao se analisar as políticas sociais constata-se a focalização das ações nos segmentos mais vulneráveis da população e de absoluta pobreza, destinando assim intervenções no campo da pobreza. No entanto, ao considerar a processualidade de tais políticas verifica-se que o modo de operacionalização de tais políticas apresenta-se também como pobre – seja pela ausência de recursos, baixa qualificação dos gestores, resultando no padrão de políticas empobrecidas.

Todas as formas de exclusão, podendo ser traduzidas nas ausências, de fragilização do regime de proteção social, de segregação etc, levam a um conjunto de vulnerabilidades, visto que o sujeito excluído traduz-se no estado de carências, privações e falta de possibilidades para o exercício de sua cidadania. Segundo Castel (1995): “nos processos de vulnerabilidade que arruinam os pobres deve ser buscada a origem das perturbações afetando o equilíbrio social”. Losacco (2008:72), ao refletir sobre o contexto de vulnerabilidades vivenciado pelos jovens também destaca a composição de estruturais e situações de carências, tendo em vista que:

Esse quadro se agrava ao nos depararmos com fatores determinantes de exclusão: crescimento significativo da população juvenil brasileira; concentração populacional; difícil acesso ao sistema de saúde; baixos valores de rendimento familiar; evasão escolar etc. A vulnerabilidade própria da idade, somada a esses fatores, expõe o jovem pobre a situações adversas, como o uso, o abuso e o tráfico de drogas; a gravidez precoce e indesejada; as transgressões; as infrações e os crimes dos quais são vítimas e/ou autores; a morte precoce e outras.

Associado à busca pela superação de lacunas acadêmicas, o contexto de vulnerabilidades e ausência de proteção social em que a grande parcela da juventude brasileira vivencia, demandando então intervenções mais eficazes, demonstra outro dado relevante que justifica o desenvolvimento do estudo aqui proposto.

Neste sentido, este trabalho teve como **objeto de estudo** a investigação acerca do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na modalidade: O Jovem Aprendiz, no que diz respeito ao seu processo de concepção, visando compreender o efeito dessa política sobre o jovem atendido. Ou seja, buscou-se identificar a forma pela qual esta política consegue alterar o nível de vulnerabilidade social estudado ao longo deste estudo. Para tal realizou uma pesquisa com jovens aprendizes inseridos no setor bancário, localizado no município de Niterói.

O processo de investigação teve os seguintes objetivos:

Geral

Compreender os possíveis efeitos e alterações ocasionados pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na Modalidade de Aprendizagem para os jovens alocados no setor bancário no município de Niterói.

Específicos

- Investigar o processo de implementação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) na modalidade de Aprendizagem inserida nas agências bancárias, situadas no município de Niterói;
- Identificar as expectativas dos jovens em relação à inserção ao mercado de trabalho após a participação no programa de aprendizagem;
- Analisar a participação juvenil nas políticas sociais, em especial no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE);
- Compreender as mudanças no contexto pessoal e familiar destes jovens a partir de sua inserção nesta política.

Pressuposto do Trabalho

O trabalho parte do pressuposto de que o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego: Modalidade O Jovem Aprendiz (PNPE), se constitui em uma iniciativa importante e fundamental para um determinado segmento considerável da população, que é a juventude, pois quanto mais excluída for, maior necessidade de investimento estatal terá. No entanto, ainda que essa iniciativa seja importante existem questões a serem investigadas, tais como: acesso dos jovens a essa política; o processo de focalização; a alteração do *status* da vida desses jovens; e a real inclusão deste segmento na esfera produtiva.

Metodologia

O trabalho pautou-se numa abordagem de pesquisa qualitativa, aqui entendida como um conjunto de práticas interpretativas que busca investigar os sentidos que os sujeitos atribuem aos fenômenos e ao conjunto de relações em que eles se inserem. Nessa abordagem, baseada em princípios da hermenêutica-dialética, busca-se compreender e contextualizar os sentidos subjacentes às falas. Assim, por meio da articulação entre a hermenêutica (arte de compreensão) e a dialética (arte do estranhamento e da crítica), procura-se interpretar os sentidos atribuídos à juventude, trabalho e política social. A investigação que privilegia a abordagem dialética se caracteriza pelo cuidado em ultrapassar, para além da descrição sistematizada dos dados empíricos enunciados pelos sujeitos da pesquisa e/ou ainda aqueles que serão observados pela pesquisadora, que são parte constitutiva da exposição do fenômeno a ser estudado, seguindo com a preocupação da interpretação das contradições e dinâmicas presentes no discurso a ser apresentado, considerando as particularidades desta realidade, sem no entanto perder de vista as categorias de análise indicativas das determinações sócio-econômicas e culturais, isto é, considerar a dinâmica societária em sua totalidade.

Segundo Netto (1989) apud Minayo (2002), a abordagem dialética é concebida como um movimento através da qual a razão extrai dos processos objetivos a sua legalidade intrínseca. Legalidade para o autor significa que no interior de um complexo ou no interior de uma relação recíproca de dois ou mais complexos a presença factual de determinadas condições implica, necessariamente, determinadas conseqüências.

A coleta dos dados se apoiou em entrevistas semi-estruturadas, realizadas em locais e horários escolhidos pelos entrevistados (que são eles, jovens inseridos na modalidade: Jovem

Aprendiz do PNPE do setor bancário do município de Niterói). As entrevistas foram iniciadas e encerradas em um único encontro. No processo da coleta dos dados, procurou-se estabelecer uma conversa dirigida com os entrevistados em torno de temas que integraram o objeto da pesquisa.

Em termos de procedimento analítico utilizou-se a análise de conteúdo, modalidade temática descrita por Bardin (1979). Para essa autora, o tema é uma unidade de significação que se liberta do texto analisado e pode ser traduzido por um resumo, por uma frase ou por uma palavra. Ainda para a autora, para chegar-se ao tema, faz-se necessário "descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido" (p. 105). Com essa técnica, pode-se caminhar, também, na direção da "descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo analisado" (p.74).

Estrutura do trabalho

No **capítulo 1**, buscou-se conceituar a política social, a partir dos referenciais teóricos recorrentes sobre o assunto (C.f. Santos (1987), Arendt (1998), Fleury (2002), Souza (2007), Pereira (2008) etc), procurando contextualizar e caracterizar a política social a partir de um breve recorte sobre a assistência social, discorrendo sobre os modelos e tendências de operacionalização presentes nas políticas sociais no Brasil, correlacionando com o padrão de proteção social brasileiro.

No **capítulo 2**, pretendeu-se construir uma discussão conceitual sobre juventude, observando as percepções, concepções, dilemas e vulnerabilidades que afetam este segmento, procurando entender o papel social destes jovens no processo de construção das políticas sociais e como esta categoria se relaciona com o mundo do trabalho. Nesta seção ao lado desses elementos, também se apresentou uma breve caracterização sobre o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) e modalidades.

No **capítulo 3**, foi construída a descrição do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na modalidade O Jovem Aprendiz, no que diz respeito o seu processo de concepção, destacando os elementos presentes no processo de formulação e implementação, juntamente como os atores sociais que tornam esta política possível.

No **capítulo 4**, realizou-se a apresentação do método e as técnicas que foram utilizados na pesquisa. Deste modo, foram demonstrados todas as etapas e caminhos percorridos que

conduziram aos resultados. Neste sentido, após a caracterização do campo de pesquisa e suas implicações, foi apresentado um breve estudo exploratório sobre a configuração e funcionamento do Programa Jovem Aprendiz no setor bancário do município de Niterói.

No capítulo 5, apresentou-se os resultados, através da análise das categorias retiradas a partir das falas dos jovens aprendizes e da suas (in)certezas, contradições e ocultamentos, onde foi possível conhecer alguns efeitos e mudanças ocasionados pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na modalidade de aprendizagem, na vida de seus usuários: os jovens aprendizes.

Ao final da conclusão, situa-se os anexos com os seguintes itens: o roteiro que orientou as questões abordadas com os jovens no trabalho de campo e o termo de consentimento livre e esclarecido, solicitando a autorização dos jovens para a utilização dos dados obtidos através das entrevistas.

Capítulo I

Política Social no Brasil

A tentativa de conceituação da política social demanda um esforço anterior, que é a busca do entendimento do termo “política”, tendo em vista que tal termo pode ser percebido por diferentes maneiras e com objetivos diversos.

Do ponto de vista clássico das ciências sociais, o termo “política” é derivado do grego antigo (*politeía*), ligando-se a polis, isto é, à cidade. Assim, “política” podia significar as ações humanas embrionárias da esfera social, pública e cidadã.

Recorrendo a literatura, é possível constatar que a obra de Aristóteles intitulada *Política*, possibilitou a ampliação do termo, passando a ser percebida como a primeira obra sobre as funções, divisões do Estado e formas de governar. Contudo, com o surgimento de novos estudos e produções nesta área, o termo política foi perdendo o seu significado original, aderindo outras perspectivas, sendo substituído por outras expressões como “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política” etc, (Bobbio, 2000), apesar desta transformação, o termo foi mantido como centro da atividade de política o Estado. Diante deste cenário, Bobbio (2000:160) argumenta que:

Dessa atividade a polis ora é o sujeito, donde pertencem à esfera da política atos como comandar (ou proibir) algo, com efeitos vinculantes para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o de legislar com normas válidas *erga omnes*, o de extrair e distribuir recursos de um setor para o outro da sociedade e assim por diante; ora objeto, donde pertencem à esfera da política ações tais como conquistar, manter, defender, ampliar, reforçar, derrubar o poder estatal etc.

Nesta perspectiva, o autor ainda relata que o conceito de política, percebido como tipo de atividade ou ações humanas, está imbricado ao conceito de poder, que Bobbio (2000) classifica como econômico, ideológico e político.

No que tange a discussão sobre poder, importantes pensadores deram sua contribuição: Hobbes (1651) na obra *Leviatã* caracteriza o poder como forma adequada à obtenção de qualquer vantagem. Na concepção de Russel (1938), o poder é apresentado como o conjunto dos meios que permitem o alcance dos efeitos desejados.

A política pode ser vista de diferentes maneiras, em alguns casos do senso-comum popular, a política é percebida também como espaço de roubo e corrupção.

Francelin (2004) aponta que os conceitos têm origem no cotidiano, ou seja, no senso comum e passam a ser incorporados pelo meio científico, tornando-se científicos ao romperem com esse cotidiano. Cotrim (2002:46) explicita que um “(...) vasto conjunto de concepções geralmente aceitas como verdadeiras em determinado meio social recebe o nome de senso comum”. Santos (2002:56) sinaliza que: “(...) mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico”. Segundo Moraes (1988:23) “(...) inestimável é o valor daquilo que o povo levanta de suas experiências cotidianas, pois este é o seu saber. Mas ainda: não se pode negar que é do conhecimento vulgar que parte a atividade científica”.

As percepções negativas em torno da política também sinalizam uma relativa racionalidade uma vez que tais percepções correspondem ao resultado de experimentações (ou não) e experiência individuais e coletivas, acumuladas pelos sujeitos. Por outro lado, o descrédito que alguns manifestam não corresponde a “política” propriamente dita, mas dizem respeito aos políticos. Neste sentido, a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), em 2005, com jovens de 15 a 25 anos, constatou-se que:

Os (as) jovens ouvidos (as) pela pesquisa mostram descrédito nos (nas) políticos (as), mas não na política, vista por eles (as) como espaço de conquista, de garantia de direitos e como caminho para transformações sociais mais profundos. O desafio, portanto é estabelecer a base de confiança entre os (as) jovens e o exercício da política.

A política divide-se em disciplina acadêmica e ação prática; enquanto ação prática, o seu objetivo está associado à formação de consenso, modificação de regras e alcance de interesses.

Os processos da política são compostos por conflitos e interesses diversos, tendo a participação de diferentes atores sociais (Estado, sociedade civil, organizações etc). Assim, Arendt (1998:21) “por ser uma relação entre diferentes ou desiguais que buscam consensos, mediados pelo Estado, a política surge no “entre-os-homens” e no “intra-espço” de convivência humana (...)” demonstra que a política “trata da convivência entre diferentes” em sociedades que são constituídas a partir de processos diferenciados, neste caso (Pereira, 2008).

O Estado possui formas de apropriação da política, a saber: 1). política como arte de governar – distribuição de benefícios ou punições aos diversos atores (intervenção governamental) – ação prática que é modelada pelas características de um governo; 2). política como meio de resolver os conflitos e interesses da comunidade (política como trato de

assuntos públicos); 3).política como exercício de poder (político, ideológico e econômico); 4).política como forma de buscar o consenso.

Nesta via Pereira (2008:91) disserta que a política é composta simultaneamente de:

atividades formais (regras estabelecidas, por exemplo) e informais (negociações, diálogos, confabulações) adotadas num contexto de relações de poder e destinadas a resolver, sem violência, conflitos em torno de questões que envolvem bens e assuntos públicos.

A política pública é caracterizada pelo conjunto de ações e decisões direcionadas à resolução de um determinado problema, tendo como limites e condicionamentos processos econômicos, políticos e sociais. Assim, a política pública é um instrumento de mudança social que deve ser orientada para promover o bem-estar social dos sujeitos, a partir da lógica da cidadania e equidade social.

Souza (2007), em estudos sobre as principais conceituações e modelos de análise de políticas públicas, apresenta que o surgimento da política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica acontece nos EUA. A autora observa que as definições de políticas públicas mesmo sendo restritas direcionam “o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos” (p.5), apontando que a definição mais clássica de políticas públicas é a fornecida por Lowi apud Rezende (2004:13):

uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas.

De acordo com Souza (2007), a adoção de políticas restritivas de gastos foram um dos fatores que contribuíram para maior visibilidade das políticas públicas em países como o Brasil. Nesta direção, a autora resume que a política pública deve ser entendida como:

um campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ ou analisar essa ação (variável independente) e quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (p.5).

Pereira (2008:97) sinaliza a importância em observar a política pública não apenas como ação, pois “pode ser também não-ação intencional de uma autoridade pública frente a um problema ou responsabilidade de sua competência”, complementando que “essas não-ações não são inócuas pelo fato de não se realizarem (...) elas geram impactos que, por vezes podem ser mais drásticos do que gerados por ações governamentais” (p.98).

Vianna (2002) aponta a ausência de conceituação da política social frente à literatura especializada, argumentando que nas ciências sociais, a política social é interpretada como

modalidade de política pública. Para a autora, mais do que conferir rigor absoluto ao conceito de política pública, é imprescindível considerar seu caráter político, tendo em vista que a política social deve ser analisada em sua dimensão política e histórica.

De acordo com Offe (1993) a política social consiste em uma atribuição, definida politicamente, de direitos e deveres legais dos sujeitos. Neste âmbito, estes direitos materializam-se na transferência de dinheiro e serviços com a perspectiva de compensar as vulnerabilidades sociais daqueles que gozam de tal direito, mas não conseguem o acesso a esses bens.

Segundo Santos (1987:37) “chama-se de política social a toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente”; e para Pereira (2008:92), a política social é uma “espécie do gênero da política pública”.

De acordo com Souza (2007) enquanto a política pública busca entender a natureza da política analisada e seus processos, a política social leva em consideração as discussões sobre o Estado do bem-estar social, na sua origem e conseqüências.

1.1. Historicidade das políticas sociais

A historicidade das políticas sociais brasileiras demonstra alguns aspectos que dificultam a potencialização de suas ações e a mudança de vulnerabilidades sociais, vivenciadas pelos sujeitos cujos contextos são compostos pelas desigualdades.

O período de 1930 iniciou o processo de formação do Estado nacional moderno, como um ente que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepôr-se à sociedade como soberano, neste momento, emerge a separação progressiva entre o Estado e sociedade. É no governo de Vargas que se inicia o corporativismo estatal, modelo que será mantido até o pós 64, tendo como principal característica a identificação entre o Estado e sociedade e a fusão do público e privado. Neste âmbito, as representações e os representantes dos interesses encontram-se subordinados à autoridade estatal, sendo assim não há autonomia da sociedade diante do Estado. Deste modo, o corporativismo estatal como um tipo de arranjo político institucional proporcionou a constituição de formas específicas de Estado, como o populista e autoritário.

O clientelismo tem impacto direto na destinação dos recursos e na garantia de acesso às políticas, visto que a estruturação destas políticas, no marco da estratégia desenvolvimentista, absorveu a cultura patrimonialista e coronelista do período imperial e da República Velha,

introduzindo elementos corporativistas e de cooptação da classe trabalhadora, pela via do populismo que se desenvolveu no período pós 30.

Segundo Lobato (2008) o corporativismo e o clientelismo representam historicamente um meio de relacionamento entre a sociedade e o Estado, visto que no processo de formulação das políticas sociais há uma interação simultânea de diversos interesses, representado por vários segmentos e setores, dentre eles o Estado.

A ausência ou pouco diálogo entre as políticas setoriais apresenta-se como outro aspecto a ser considerado em relação à análise do histórico das políticas sociais brasileiras. Visto que o legado brasileiro aponta a baixa relação de intersetorialidade, traduzida na ausência de articulação, diálogo e cooperação entre os setores, contribuindo para a fragilização do Sistema de Proteção Social.

Bronzo e Veiga (2007) relatam que a ideia da intersetorialidade ganha destaque a partir da emergência de novos temas não abordados pelas políticas públicas de recorte setorial, necessitando de novas organizações, assim o atendimento às situações de pobreza demandaria a articulação e integração entre os diferentes setores.

Pereira (2004) sinaliza que a Assistência Social é indissociável das demais políticas sociais e econômicas, assim verifica-se a relevância do diálogo com as políticas econômicas e entre os seus diferentes programas, visto que:

(...) o escopo da assistência social é o social, e não um aspecto desse social, o que equivale a afirmar que nesse escopo cabem todos os recortes ou “setores” das outras políticas, já que ele é por natureza amplo, interdisciplinar e intersetorial (2004:58).

A assistência social no contexto brasileiro tem sua origem histórica baseada na caridade, filantropia e na experiência religiosa. Nesta perspectiva, a intervenção social dirigia-se aos incapazes ao mundo do trabalho: idosos, deficientes e crianças. A inserção do Estado na área social tornou-se essencial para regular as relações entre capital e trabalho, criando bases para o desenvolvimento industrial.

O ano de 1923 é o marco da previdência social brasileira em decorrência do projeto lei apresentado pelo deputado Eloy Chaves, criando a Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAPS) dos ferroviários. As caixas tinham como base uma previdência organizada por empresa, dirigindo-se a categorias específicas, evidenciando a intenção política da época em fragmentar a classe trabalhadora por segmentos específicos. As CAPS não se estruturavam como organizações públicas estatais e a existência dependia das negociações entre patrões e empregados da empresa, tendo assim uma dimensão privada.

Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) são criados em 1933, constituindo-se a base do sistema nacional de previdência do Brasil. Com a dimensão diferenciada das CAPS, os IAPS eram vinculados ao Estado através do Ministério do Trabalho e filiavam compulsoriamente todas as categorias profissionais que possuíam. No entanto, para possuir um IAP a categoria profissional precisava ser reconhecida legalmente como profissão pelo ministério do trabalho e possuir um sindicato regulamentado, deste modo, o Estado regulava o acesso dos trabalhadores aos direitos sociais. Neste período, a legislação trabalhista e previdenciária não atendia os trabalhadores rurais, além da ausência de regulamentação de algumas profissões urbanas. De acordo com Santos (1987) este quadro de regulação é caracterizado pelo autor como cidadania regulada, na qual a cidadania não agrega os valores políticos, tendo como base um sistema de estratificação ocupacional. Havia a necessidade de atender as demandas daqueles que estavam excluídos do sistema previdenciário, estes foram remetidos para o espaço da assistência, situação que Fleury (1989) conceitua como cidadania invertida, tendo em vista que a condição de não-cidadania possibilitou o acesso aos benefícios assistenciais.

No ano de 1937 é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), configurando a assistência social como campo de ação governamental.

Em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), como o objetivo de atender as demandas das famílias dos pracinhas combatentes da 2ª Guerra Mundial. A LBA primeiramente caracterizou-se por um atendimento materno-familiar, posteriormente foi crescendo e ampliando sua linha de atuação de acordo com as demandas do desenvolvimento econômico e social do país.

Os Planos de Ação Econômica do governo (PAEG), criados no período da Ditadura Militar, tinham como pressuposto que a expansão do setor econômico, associada à estabilidade política resolveriam o setor social.

O Instituto Nacional de Previdência Social é criado em 1966, unificando todos os institutos existentes (com exceção do instituto dos servidores do estado - IPASE) e uniformizando os benefícios.

O Ministério da Previdência e Assistência Social nasce a partir do desmembramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social, passando a ser dirigente do Sistema de Previdência Social, desempenhando a função de supervisionar e coordenar programas específicos como do INPS.

Em 1977 foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), objetivando a reorganização e a racionalização da previdência social que se encontrava em situação precária frente aos gastos de atendimento médico do INPS.

Na experiência brasileira, a ditadura militar se apropriou da política social para legitimar o regime e exercer uma política de controle sobre a sociedade, com a suspensão dos direitos civis e políticos, ampliou-se os serviços sociais, contudo não foram alteradas as bases de financiamento das políticas sociais, o que possibilitou a ampliação de serviços de baixa qualidade.

Arretche (2002) salienta que as políticas assistenciais originadas na ditadura militar não podem ser percebidas como a constituição de um sistema nacional de assistência, sinalizando a centralidade das ações das agências federais na execução dos programas, com a ausência de um comando único no nível federal, integração e coordenação entre os três níveis de governo.

A Constituição Federal de 1988 é o marco legal para as alterações do perfil da assistência social no Brasil, antes percebida como caridade e filantropia, qualificando-a como política de seguridade social:

Art.194: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (Constituição Federal/ 1988)

No que se refere à assistência social, a Constituição Federal aponta:

Título VIII – Ordem Social

Seção IV – Da Assistência Social:

Art. 203: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (Constituição Federal/1988).

No artigo 204, a Constituição discorre sobre a fonte de custeio e diretrizes da política de assistência, explicitando que:

Art.204 – “As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos

programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Constituição Federal/ 1988).

A Constituição Federal, ao alocar a assistência no campo da seguridade, deslocou-a da ação assistencialista, configurando-a como um direito social. Esta nova concepção permitiu uma leitura diferenciada no trato da questão social, fornecendo à assistência o caráter de política pública, na qual o acesso deve ser garantido pelo Estado, seguindo os princípios da universalização.

Nos anos 90 há um movimento de criação de legislações baseadas na Constituição Federal/1988, trazendo como foco as políticas sociais, os direitos sociais e a instituição de controle social destas políticas.

A Lei nº 8.742/93, intitulada como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sancionada no ano de 1993, foi fruto da luta de diversos grupos e movimentos sociais com o objetivo de se pensar e construir uma política dirigida às pessoas em situação de vulnerabilidade social e pobreza. Nestes termos, a LOAS desenha a assistência como um tipo particular de política social com duas características relevantes: a) restritiva – voltada aos segmentos populacionais de pobreza extrema; b) ampla – conflui para as demais políticas sociais, contribuindo para a extensão destas políticas aos mais necessitados.

O modelo das políticas sociais no cenário da década 1980 e virada dos anos 1990 caracterizou-se pela ação focalizada aos segmentos mais vulnerabilizados da população. Neste contexto, a percepção de vulnerabilidade social presente nas políticas sociais é por vezes pautada na renda dos sujeitos, uma vez que a ação dos programas / políticas acena o critério de renda como condicionalidade ao acesso a tais políticas. Neste sentido, verifica-se que o recorte de renda e a focalização dos segmentos mais pauperizados e vulneráveis estão presentes no escopo dos programas de transferência de renda do governo federal brasileiro.

A leitura das vulnerabilidades inscrita prioritariamente na renda mascara e limita a real situação dos contextos vivenciados pelos sujeitos, uma vez que existem vulnerabilidades de diversas naturezas.

No que tange a discussão sobre vulnerabilidades, autores como Vignoli (2001), Filgueira (2001) e Arriagada (2001), adotam o conceito de vulnerabilidades sociais. Esse diz respeito à análise não apenas do sujeito, como o contexto ao qual está inserido, considerando as estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades; assim eles apontam a dialética possível em tal conceito, referindo-se tanto aos fatores negativos, ou seja,

aos obstáculos para os sujeitos e aos riscos vivenciados pelos mesmos, quanto aos fatores que podem ser entendidos como positivos, na medida em que os sujeitos criam formas de resistência e estratégias para o enfrentamento dos riscos e obstáculos de forma criativa, demonstrando a relevância em se identificar os “recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, famílias e indivíduos” (Vignoli 2001:58).

Esta concepção de vulnerabilidade (positiva) aparece nas idéias de Bordieu (2001) sobre capital cultural, social e simbólico, ou seja, aquilo que se adquire por “relações de comunicação”, tendo-se consciência de violências simbólicas, do que aparece como arbitrário. É quando as vulnerabilidades vivenciadas propiciam o desenvolvimento para “um poder simbólico de subversão” (Bourdieu, 2001:15).

As percepções da assistência social no governo Lula, nos marcos de 2002-2006 e 2006-2010, revelam muitos consensos e dissensos entre os estudiosos e pesquisadores.

Marques & Mendes (2007) defendem a ideia de que o primeiro governo Lula (20023-2006) estaria *servindo a dois Senhores* uma vez que:

(...) se de um lado sua política econômica favoreceu largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional (garantindo elevada rentabilidade mediante a manutenção de elevadas taxas de juros e viabilizando um lucro bancário recorde) e do *agribusiness*, por outro, implementou uma série de programas e iniciativas, direcionada aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas (2007:16).

Paiva (2006:2) ao analisar o governo Lula no que diz respeito às ações desenhadas no campo da proteção social salientou que:

(...) enfrentar, sem acanhamento ou tolerância, o projeto conservador dominante em nossa história, fatalmente imobilizador das energias transformadoras e democráticas (...) romper com as modificações restritivas no espaço público da proteção social, sob forte impacto das políticas neoliberais (...) garantir o amplo financiamento público para as políticas sociais, que suplantasse a lógica da restrição orçamentária (...) superar de vez a lógica financista, que subordina as decisões em termos de direitos sociais à disponibilidade de caixa (...) pautar o debate público sobre as propostas de superação da pobreza com o combate da riqueza acumulada privada (...).

Portanto, para Paiva (2006), ainda que haja diversos desafios a serem superados, é inegável o avanço que o sistema de proteção social ganha na perspectiva dessa gestão, ou seja, enfrentamento a serem alcançados se faz necessário para a efetivação da política, mas em nenhum outro governo essa ação foi tão consistente.

Boschetti (2007) ao analisar o futuro das políticas sociais no governo Lula, relata que a adesão das medidas neoliberais a partir de acordos entre o governo brasileiro e o Fundo

Monetário Internacional (FMI) desde o ano de 1998, caracterizados pelos juros altos, redução do aparato estatal, políticas focalizadas e privatização, reduzem a possibilidade de expansão das políticas sociais e a sua capacidade no que tange a redistribuição da renda e a redução das desigualdades. Assim, apesar de um olhar diferenciado para essa gestão, não necessariamente por esta autora, mas para um conjunto de outros pesquisadores da área, a crítica se mantém na necessidade de uma reorganização nas relações estruturais.

O programa de transferência de renda, Bolsa Família, dirigido às famílias situadas abaixo da linha de pobreza, sendo formulado com objetivo de combate a miserabilidade e promover empoderamento das famílias mais vulneráveis, foi caracterizado pelo governo Lula como o “carro-chefe” de sua política social. O Programa Bolsa Família resultou da unificação de programas anteriores como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. Segundo Marques & Mendes (2007), o Bolsa Família:

(...) desenvolvido pelo governo Lula de fato alterou as condições de existência das famílias beneficiadas, retirando-as da pobreza absoluta. Contudo, ao não estar associado a mudanças estruturais, pois os determinantes da pobreza não foram alterados, não impede que novos contingentes nessa situação surjam e nem que essas famílias possam, no médio e longo prazo, viverem sem esses recursos (2007:22).

Fleury (2002) ao dissertar sobre o distanciamento entre as políticas assistenciais, econômicas e sociais revela que:

A desvinculação das políticas assistenciais das políticas econômicas e também sociais, transformou a noção de mínimos sociais em uma multiplicidade de mínimos, cuja menoridade em termos financeiros e políticos, está transformando o pobre em uma população de “bolsista” e não de cidadãos” (2002:31).

Apesar de grande relevância da produção da autora, a associação entre “bolsas” e “não-cidadania” remete-se a outro tipo de discussão, pois não se pode afirmar que o acesso/dependência a tais benefícios, transformam os sujeitos em não-cidadãos.

Marshall (1967), ao caracterizar o processo de desenvolvimento da cidadania na Europa, fazendo um recorte histórico no caso da experiência inglesa, demonstra três derivações do conceito de cidadania, que segundo o autor envolve elementos civis, políticos e sociais. Neste contexto, o direito civil estaria relacionado com o usufruto da liberdade individual dos sujeitos, enquanto o direito político representaria o exercício da participação nas esferas do poder político: como membro eleito ou como eleitor. No que diz respeito ao direito social, o autor afirma que possui relação com “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na

herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (1967: 63-64).

De acordo com Marshall (1967), cada direito foi incorporado em diferente época, primeiramente surgiram os direitos civis (Séc.XVIII), secundariamente foram incorporados os direitos políticos (Séc. XIX) e por fim os direitos sociais (Séc. XX).

Deste modo, no século XVIII, a cidadania se afirmava com a conquista dos direitos civis, permitindo a livre circulação dos indivíduos na esfera do mercado e sua proteção contra a autoridade arbitrária. Marshall aponta como principal etapa da expansão da cidadania a conquista dos direitos políticos, que corresponderia à ampliação da *polis*, a partir da incorporação da maioria da população adulta masculina ao sufrágio. Já no século XX, a conquista dos direitos sociais teria como objetivo estabelecer condições de relativa igualdade entre os sujeitos no exercício de sua cidadania. Assim, o autor argumenta que antes da era moderna não era possível estabelecer uma relação entre os três direitos, demonstrando que a evolução da cidadania nacional agregou dois processos: a fusão geográfica e a separação funcional. No caso da Inglaterra, tal evolução demandou a transformação das instituições locais em nacionais e permitiu a passagem da análise para um nível analítico mais amplo. Já a separação funcional relacionou-se com o desligamento das instituições da sociedade entre si, resultando na formação de tribunais especializados e parlamento sem funções judiciais, bem como a Poor Law, uma instituição nacional de direito social, porém administrada localmente.

De acordo com Marshall (1967: 72) a Poor Law “tratava as reivindicações dos pobres não como uma parte integrante de seus direitos de cidadão, mas como uma alternativa deles”.

No caso brasileiro, a construção dos direitos sociais se deu a partir das perdas dos direitos civis e políticos. Da Matta (1997:75) revela que: “o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador”.

A cidadania implica o reconhecimento de uma identidade comum por diferenciação a outros segmentos que não estão incluídos nesta identidade, os *outsiders* – “os de fora” (Norbert, 2000). Assim, no Brasil, é possível verificar uma cidadania relacional, caracterizada por uma cadeia de relações que vai marcar os atributos de quem está dentro e de quem está fora.

A ideia de cidadania diferenciada, apresentada e retomada por Fleury (2002), refere à criação de políticas diferenciadas para atender às demandas das minorias e segmentos vulnerabilizados.

Fleury (2002:10) argumenta que a cidadania ao mesmo tempo agrega critérios de inclusão e exclusão, tendo em vista que “(...) os critérios que definem a inclusão na comunidade política e de direitos são, ao mesmo tempo, aqueles que sancionam as normas de exclusão”.

Lobato (2008) explicita que as políticas sociais devem ser garantidoras de bens sociais como direitos reconhecidos socialmente, e a cidadania representa um canal de intermediação entre o Estado e a Sociedade que viabiliza políticas como garantidoras de direitos sociais. A autora salienta que no contexto brasileiro, a universalização de bens sociais não passou pela cidadania, mas pela inclusão da extensão de privilégios.

Neves (1997) descreveu que o cotidiano da história brasileira é marcado por dilemas, assim uma das características recorrentes a República, segundo a autora, é o constante desafio ligado à consolidação da democracia: “(...) a democracia no Brasil e a plena realização da cidadania apresentam-se como um enigma histórico a ser decifrado (...)” (p. 81).

Outro dado a ser destacado é a ausência da cultura de processos avaliativos no histórico das políticas sociais brasileiras que possibilitassem a identificação de seus efeitos, limites e déficit.

Mokate (2003), em um estudo de investigação sobre os principais problemas econômicos e sociais que afetam a América Latina e o Caribe, salientou que por muito tempo a avaliação era percebida como uma fiscalização externa, um dever e imposição aos gestores e executores sem que eles tivessem a percepção da utilidade para a gestão social, assim a avaliação representava um “monstro”:

No parece exagerado plantear que la evaluación há sido percebida em los sectores sociales como diablo o como “monstruo” - um deber gigantesco impuesto a gestores y ejecutores sin que ellos sientan ningún amor por el proceso ni perciban utilidad alguna para SUS procesos gerenciales o decisórios (2003:6).

De acordo com Mokate (2003) a avaliação vai se convertendo de “monstro” a “aliado” na medida em que é entendida como um instrumento de controle para a qualidade da gestão, proporcionando informações que permitem aos gestores responderem eficazmente as necessidades sociais.

O estudo de avaliação das políticas sociais brasileiras tem crescido e se aperfeiçoado nos últimos 20 anos. Verifica-se a emergência de novos temas e perguntas, o reconhecimento

da limitação dos modelos analíticos no âmbito da aferição dos impactos, a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, além do aperfeiçoamento da ideia de impacto, levando os avaliadores a pensarem nos efeitos que as políticas sociais causam na vida do público-alvo.

Apesar das limitações e déficits ainda presentes, é possível presenciar importantes inovações político-gerenciais no âmbito de diferentes políticas sociais como a ampliação de estratégias de controle social, com a criação de conselhos paritários (governo e sociedade civil) criando espaços participativos para diversos atores sociais (usuários, profissionais, etc) envolvidos numa dada política. Destaca-se também a criação de mecanismos para capacitar os profissionais e gestores envolvidos nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas sociais. Outra inovação é a emergência do tema da intersetorialidade na agenda pública mesclando-se com a noção da transversalidade. Bronzo & Veiga (2007) descrevem que a “transversalidade é um instrumento de gestão de uma visão poliédrica da sociedade, algo que decorre da exigência de adaptação por parte das organizações públicas para enfrentar a multiplicidade dos aspectos de privação” (2007:10).

No Brasil, mesmo diante de variadas limitações, atualmente nota-se uma tendência de reconhecimento de direitos de segmentos sociais historicamente invisibilizados, cujas vulnerabilidades e demandas não eram reconhecidas, e quando atendidas eram tratadas com ações sociais de baixa qualidade.

1.2. Focalizar ou Universalizar? Embates nos discursos em torno da operacionalização da política

O debate sobre as tendências de universalização e de focalização das políticas sociais tem sido recorrente, no meio acadêmico e nas instituições que planejam, implementam e avaliam estas políticas.

De acordo com Medeiros (1999:5-6) nas políticas universalizadas:

todos os indivíduos têm direito de acesso a determinados serviços públicos (...). Na focalização, os recursos disponíveis são concentrados em uma população de beneficiários. Os indivíduos-alvo das políticas focalizadas são, geralmente, aqueles em maior (desvantagem), como os pobres, as minorias, etc.

O Regime de Proteção Social nos moldes brasileiros apresenta uma tradição histórica de tendência focalizante, convivendo com o ideário da universalização introduzida na Constituição Brasileira de 1988.

Discursos favoráveis à universalização trazem como cerne a lógica da Constituição Brasileira de 1988, no que tange o princípio da igualdade em termos de direitos sociais e cidadania. Por outra via, a corrente contrária a universalização defende a tese de que políticas universais não conseguiriam acoplar/ atender as especificidades das questões, demandando então modelos/políticas de diferenciação para o atendimento às peculiaridades.

No centro do debate da focalização encontra-se de um lado, a defesa da busca do “foco” correto, para atingir a solução de problemas específicos, operando como uma ação reparatória aos grupos elegíveis, tal perspectiva contribuiria também para a redução dos gastos. Em contraponto, os negativos argumentam que políticas focalizadas tenderiam a políticas residuais e compensatórias.

Existem argumentos que defendem que a focalização e a universalização não são, necessariamente, excludentes, nesta via algumas políticas deveriam ser universais, como saúde e educação básica, e serviriam especificamente para a redução da desigualdade social.

A partir da década de 80 os debates sobre os direitos sociais estiveram centrados nas demandas pela universalização do acesso. Neste contexto o ideário da universalização construiu-se em contraposição à focalização, sendo esta última transferida para o campo do não-acesso e não-cidadania.

Por um lado, essa crítica é legítima quando se verifica a focalização como redução de gastos e intervenção estatal no campo da questão social. Nesta via, o foco das políticas é direcionado aos segmentos mais vulneráveis da população e de absoluta pobreza, ou àqueles que são incapazes ao mundo do trabalho. Sob este aspecto, acrescentam-se as contribuições de Sônia Fleury (1991) com o conceito de “cidadania invertida”, no qual a condição de não-cidadania é o que possibilita o acesso aos benefícios sociais. Com esta caracterização, Potyara (2004:56) argumenta que a assistência é identificada com o seu oposto, ou seja, com a desassistência social, “porque as ações voltadas apenas para a pobreza absoluta tendem a enclausurar os pobres na pobreza, estigmatizando-os com seus mecanismos controladores e rebaixando o seu status de cidadania”. Como exemplo desta discussão observa-se os programas de transferência de renda do governo federal no Brasil, nos quais a inclusão se dá pelo recorte de renda e a focalização dirige-se aos segmentos mais pauperizados e vulneráveis, assim poucos centavos de renda per capita são suficientes para caracterizar aqueles que são “pobres, miseráveis e necessitados legítimos” daqueles que não o são.

Alguns estudiosos têm demonstrado a relevância da focalização, salientando a presença dos princípios da justiça social em tal tendência. (cf. Kerstenetzky, 2006).

Para Kerstenetzky (2006) a concepção de justiça é primordial para a compreensão dos estilos de política social, pois “focalização e universalização apareceriam, então, como métodos alternativos, quando não complementares, de implementação de uma noção de justiça previamente definida” (p.565). A autora demonstra que as concepções de justiça denominada por ela como *fina e espessa* caracterizam a forma como a política será modelada nos estilos da focalização e universalização, diante destas concepções tanto um estilo quanto o outro pode ser positivo ou negativo.

Neste sentido, Saraiva (2004:93) reflete que:

(...) talvez a “saída” esteja mesmo numa certa focalização, ou melhor, numa priorização de determinadas políticas que estejam diretamente ligadas às pré-condições de um processo de desenvolvimento, como é o caso da saúde e educação básica.

Na visão de Amartya Sen (2000), esse tipo de política fornece as ferramentas fundamentais para que os indivíduos, por si só, como sociedade civil, e/ou por meio do próprio mercado, possam cuidar de si mesmos, buscando soluções alternativas que não obrigatoriamente dependam da ação do Estado.

O referido autor trabalhou com a ideia de “desenvolvimento como liberdade”, expondo que a eliminação de privações substanciais é inerente ao desenvolvimento, entendendo as privações como a pobreza extrema, a marginalização social, a carência de oportunidades, a opressão e a insegurança econômica, política e social, ou seja, a ausência de liberdade de escolhas e de oportunidades das pessoas para exercer sua condição de agente, que segundo o autor o termo *agente* é utilizado:

(...) em sua acepção mais antiga – e mais “grandiosa – de alguém que age e ocasiona mudanças e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, e independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo. (2000:33)

Sen (2000:10) problematiza a condição de agente individual visto que:

(...) a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual.

Neste sentido, os processos de eliminação de liberdade passam a ser processos fundantes do desenvolvimento, e a liberdade apresenta-se como o principal fim e meio do desenvolvimento.

1.3. Notas introdutórias sobre o padrão de proteção social brasileiro

Entende-se por proteção social as formas institucionalizadas constituídas para proteger um segmento e/ou conjunto da sociedade, promovendo o bem - estar social. Tais ações são criadas para intervir nos riscos e vulnerabilidades sociais (de diversas naturezas). Assim, a proteção social permitirá a superação de tais vulnerabilidades.

De acordo com Viana e Levcovitz (2005) a proteção social seria uma ação coletiva de proteger os indivíduos contra os riscos e assistir necessidades geradas em diversos momentos históricos e relacionadas com variadas situações de dependência.

Pochmann (2004) relata que nas economias centrais a difusão do trabalho assalariado e do regime democrático constitui parte fundante dos sistemas de proteção social. De acordo com o autor, no Brasil, a proteção social foi introduzida efetivamente a partir da abolição da escravidão (1888) e da implantação do regime político republicano, ganhando expressão a partir da revolução de 30.

A proteção social brasileira historicamente voltou-se aos assalariados urbanos, sublinhando as diferenças de acesso a direitos previdenciários por ramos de atividade profissional. Este quadro contribuiu para a exclusão dos trabalhadores rurais, marcando o cunho clientelista e meritocrático da proteção social nos moldes brasileiro. Demarcando a existência de uma “cidadania regulada” (Santos, 1987), no usufruto desta proteção, deixando de fora grande parte de trabalhadores de outras categorias.

O sistema de proteção social, na era militar, era caracterizado pelo conjunto de ações que atuavam de modo fragmentado, desarticulado e descontínuo. Neste período três instituições eram responsáveis pela formulação e execução de políticas federais, operando isoladamente e com foco centralizador: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e o Instituto Nacional de Nutrição e Alimentação (INAN). Em virtude deste contexto, Arretche (2002) sinaliza que a política assistencial possui um legado caracterizado pelo conjunto desarticulado e disforme das ações.

Autores (Vianna e Levcovitz, 2005) apontam que a consolidação da proteção social enquanto política pública está associada ao processo de desenvolvimento do capitalismo e decorre do aumento da desigualdade social, ou como diria Castel (1998), da desfiliação.

Castel (1998), analisando a experiência francesa na década de 70, demonstra que tradicionalmente as necessidades de proteção social eram supridas pela rede primária (família, igreja, grupos), em decorrência do enfraquecimento da condição salarial, da fragilização do

sistema de proteção social brasileiro e do acirramento do processo de exclusão social promovido pelo capitalismo, gerando um processo de desfiliação fazendo com que desemboque uma sociabilidade secundária - instituições criadas para aqueles que se desatrelaram da rede primária.

Na visão de Esping – Andersen (1991) a estruturação dos Sistemas de Proteção Social estaria atrelada ao aumento das lutas, mobilizações e conquistas da classe trabalhadoras, aliadas à capacidade de consolidação de aliança políticas nos parlamentos e a expansão das massas médias urbanas.

A Proteção Social é composta pela rede primária (redes de solidariedade, família, grupos, comunidades, indivíduos, ONGs) e secundária (políticas sociais tradicionais), estabelecendo uma relação entre o público e o privado. Neste contexto, os Sistemas de Proteção Social representam os pontos de contato entre as ações primárias e secundárias, configurando a limitação da produção da política social que não é tão autônoma. É importante salientar que a intervenção estatal não acaba com a rede primária, ou vice-versa, contudo somente o Estado pode assegurar a política social como um direito. Muitas políticas sociais originam-se a partir da rede primária, com a articulação dos atores. Citamos a Política de Atenção à Aids, que teve como contexto a articulação do movimento gay, profissionais de saúde, etc.

A intervenção da rede secundária será efetivada como prevenção dos problemas sociais, para o exercício do controle social das classes subalternas, as chamadas “classes perigosas”. A Proteção Social simbolizava o instrumento de controle social das classes subalternas pelas dominantes.

Rodrigues (2006) qualifica a proteção social como ações e políticas sociais do cuidado, sendo efetivada por sujeitos individuais ou coletivos, de iniciativas espontâneas ou elaboradas, de caráter público ou privado; vislumbrando a minimização dos efeitos de contextos fragilizantes. A autora cria três categorias analíticas para explicar os tipos de proteção social: a primeira ela denomina *cuidado próprio*, que seriam os fazeres sociais espontâneos; a segunda intitulada como *cuidado do outro* diz respeito às iniciativas no âmbito da solidariedade, traduzida na preocupação com o “outro” que requisita um tipo de proteção; e por fim o *cuidado de nós*, representada nas ações de caráter mais universalistas, assim, esta categoria seria caracterizada pela organização e institucionalização da proteção social.

Pochmann (2004) acredita que o Brasil avançou em várias medidas de proteção social, sem romper com a natureza da exclusão social.

Costa (2008) aponta que a ideia de exclusão social é uma característica do próprio capitalismo, sendo um dado estrutural. Neste viés, o autor explicita que “independentemente das características intrínsecas a essa fase de mundialização financeira e acumulação flexível, o capitalismo, por definição, inexistente sem exclusão” (p.99).

Pochmann (2003) argumenta que o termo exclusão remete a ideia de desigualdade. Para o autor a exclusão social que importa não se refere ao indivíduo e sim “às diversas formas históricas encontradas pelos povos para construir sua sociedade” (p.15).

Estudos têm demonstrado a importância da construção de relações sinérgicas entre Estado, Sociedade Civil e Mercado para o fortalecimento do Sistema de Proteção Social e superação de contextos excludentes. A sinergia contribuiria para a potencialização dos laços de confiança, reciprocidade e do aprendizado gerencial e democrático.

No capítulo seguinte discutir-se-á sobre as concepções de juventudes recorrentes na sociedade, contribuindo para a produção de imaginários sociais e conseqüentemente resultando nas ações e políticas sociais, uma vez que a concepção/percepção de juventude determinará o desenho de tais ações/ políticas.

Capítulo II

Juventudes em Cena: da Invisibilidade à Ação Pública

Discorrer sobre a categoria juventude requer, num primeiro momento, contextualizá-la no tempo e no espaço, configurando-a, dando relevância e legitimando-a para se construir estratégias de intervenção que gerem conhecimento e adoção de práticas inovadoras no trato a este segmento.

No imaginário social, construído a partir do senso comum, a concepção de juventude traz uma conotação de vitalidade, onde se percebe uma intensa exaltação da condição de ser jovem.

Contudo, esta supervalorização se finda num paradoxo, pois se por um lado impera uma cultura marcada pela supervalorização do jovem e do “ser jovem”, sendo manifestada nas múltiplas representações sócio-culturais, dos meios de comunicação e da música, enfatizando os valores de vitalidade, dinamismo e criatividade deste segmento, por outro lado, nota-se que esse protagonismo de nada coincide com sua inserção sócio-econômica real, onde a falta de oportunidades e a ausência de políticas públicas à juventude compõem a dinâmica deste público-alvo.

2.1. Juventude: Do que se trata?

O termo juventude tem sido utilizado em seu plural – juventudes -, em decorrência da diversidade das situações existenciais que afetam os sujeitos. Salienta que a faixa-etária não abarca a questão da juventude, pois esta categoria é uma construção social que pode se expressar em diversas formas em diferentes períodos históricos e contextos. A pluralidade juvenil manifesta-se nas escolhas, adesões, identidades, ou seja, nas condições de existência e reprodução.

As autoras Gonçalves & Catharino (2008:22) sinalizam que o processo de análise sobre as juventudes e seus contextos deve vislumbrar as diversidades e a leitura das demandas singulares, mesmo diante de um cenário heterogêneo, uma vez que:

Falar de juventude é falar de um universo heterogêneo, que inclui desde os setores mais pobres até os economicamente mais privilegiados (Bourdieu, 1983)

(...) essas duas juventudes são dois extremos de um espaço de possibilidades oferecidas a sujeitos com pertenças sociais e econômicas diferentes.

Autores (C.f. Dayrell e Gomes, 2006) apontam para a importância de pensar a juventude não apenas em termos de fase transitória, mas levar em consideração seus signos, significados e demandas. Neste sentido Losacco (2008) discorre sobre a armadilha presente na concepção das juventudes como fases de passagem/ período de transição:

Há um grande risco ao se adotar essa perspectiva de etapa de transição – movimento, passagem de um lugar para o outro – que no senso comum é confundida como transitoriedade, com curta duração. Essa confusão leva à representação, no cotidiano, de que os comportamentos apresentados pelos jovens são resultantes de sua vivência em um momento relativamente curto no que se refere à dimensão da vida. A atitude mais adequada é “deixar passa”, sem necessidade de atenções especiais àqueles que esteja vivendo essa fase (2008: 66-67).

A juventude foi vivida primeiramente pelas classes burguesas e aristocratas, para posteriormente torna-se um direito das classes trabalhadoras, a classe dominante disseminava a ideia de que nas camadas populares não havia movimentos juvenis, e sim produção de delinquência. Só no marco dos anos 1970 e 1980 que a juventude advinda das comunidades, surge como sujeito social, consolidando suas identidades.

A questão de gênero parece também influenciar na juventude: as moças parecem experimentar maiores dificuldades do que os rapazes, mesmo dentro de um grupo juvenil – Unidade de geração, repertório comum de experiências sociais, dramáticas ou não, singulares ou cotidianas.

De acordo com Vermelho (1994) é possível verificar historicamente, em diferentes momentos e localidades, que o conceito de juventude parece ser, sempre, uma função da época e do modo de inserção dos indivíduos em um determinado contexto social, levando-se em conta os aspectos subjetivos e objetivos.

Para a juventude aristocrática e urbana da Idade Média, o conceito era prioritariamente “romântico” e estava ligado aos estudos, atividades artísticas e às paixões que, em muitas vezes terminavam tragicamente. Como aponta Ariés (1981), para o ocidente judaico-cristão, a juventude significava missão, a necessidade de buscar o sustento próprio para realizar o casamento, constituir família e, então, procriar.

De acordo com alguns autores como Mannheim (1982), a juventude apresenta algumas características peculiares, visto que os sujeitos na juventude realizam pela primeira vez absorção consciente de suas experiências sociais; na sociedade moderna as experiências vividas pelas juventudes são radicalmente diferentes das experiências vividas pelos adultos quando estes eram jovens; juventude, pode ser uma força potencial de transformação da sociedade ou não; juventude é reconhecida como agente revitalizador da modernidade.

Dada a maior complexidade da sociedade moderna, além da regulação universalista extremamente diferenciado da esfera de convivência familiar os grupos etários têm de antemão, uma tarefa mais difícil de transição da vida familiar para a vida social mais ampla. Devido à sua complexidade, na sociedade moderna originam-se vários tipos de grupos e agências dirigidos à juventude (...). (Groppo, 2000:42)

Segundo Groppo, a emergência de diferentes grupos e agências dirigidos a essa categoria participam como interlocutores das fases vivenciadas por esses sujeitos, assim, verifica-se a função da escola e de toda a problemática relacionada neste processo da passagem da infância para a juventude; os grupos anônimos, que não estão articulados as diversas funções, como é o caso, por exemplo, dos grupos denominados de “delinquentes”. Portanto, a “concepção ideal”, da passagem sem dificuldades pela adolescência, está longe de ser igual àquilo que é observado pela sociedade civil.

A Organização Panamericana de Saúde (OPS, 1985) considera adolescência e juventude como conceitos distintos, em razão de suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas.

Em decorrência disto, trata a adolescência como “um processo primariamente biológico que transcende à área psicossocial e constitui um período durante o qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange o período de 10 a 19 anos e compreende a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19).” (OPS, 1985).

Quanto à juventude, conceitua “como categoria fundamentalmente sociológica que se refere ao processo de preparação para que os sujeitos possam assumir o papel social adulto, tanto do ponto de vista da família e da procriação, quanto profissional, com plenos direitos e responsabilidades. Estende-se dos 15 aos 24 anos de idade e compreende também duas faixas distintas: 15 a 19 e 20 a 24 anos”. (OPS, 1985).

Como a categoria juventude pode ser compreendida a partir de vários referenciais, utilizaremos o conceito definido e defendido por Groppo (2000), que trabalha juventude enquanto categoria social, pois: “Tal definição faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma “classe de idade”, no sentido de limites etários restritos – 13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos, etc.” (p.7). Sendo assim, o termo juventude perpassa a questão da faixa etária, pois, configura-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social.

Por essa via, o termo juventude, trata-se de uma concepção, representação e criação simbólica, oriunda dos grupos sociais ou pelos próprios sujeitos tidos como jovens, para

designar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. No tocante ao comportamento, a sociologia ressalta que o mesmo metamorfoseia-se de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico nacional e regional, etc. Em acréscimo, Groppo (2000) salienta que tanto numa como noutra maneira de conceituação (classe de idade ou categoria social), ocorrem várias alterações, abandonos, retornos, supressões e somatizações.

O autor salienta ainda que:

No tocante aos três momentos básicos do curso da vida social – nascimento – ingresso - na sociedade, fase de transição e maturidade, muitas divisões foram criadas, recriadas e suprimidas ao sabor das mudanças sociais e culturais e de mentalidades, pelo reconhecimento legal e na prática cotidiana (2000:13).

Exemplificando as ideias do autor cita-se: a puberdade (ciências médicas) – transformações do corpo; adolescência (psicológica, psicanálise e pedagogia) – mudanças de personalidade e juventude (sociológica) – período entre as funções sociais da infância e as suas funções sociais de mulheres e homens adultos.

Segundo este autor, a concepção de juventude por muito tempo permaneceu “confusa”, mesmo quando se procurou a definição por uma vertente, como por exemplo, a questão da faixa etária.

O levantamento do IBGE, a partir do Censo Demográfico Brasileiro, revelou que na década de 40, os jovens de 15 a 24 anos representavam 8,2 milhões de habitantes, já em 1970 foi identificado 18,5 milhões, no ano de 1996 19, 8% (31,1 milhões) da população nacional era jovem, em 2006 o Brasil chegou com 34 milhões de jovens, ou seja, 20% da população. Na prática é possível verificar que este crescimento populacional não acompanhou na mesma proporção o aumento das ofertas de trabalho formal, o acesso aos serviços de saúde pública, educação, esporte, lazer, etc.

Na visão da Organização Mundial da Saúde, a adolescência compreende a faixa entre 10 e 19 anos. Já a juventude se estende dos 19 a 24 anos, faixa que difere da utilizada pelo IBGE (15 a 24 anos), que segundo Gonçalves & Catharino (2008:20) “só evindencia a arbitrariedade dessas limitações”. Neste sentido, as autoras completam o pensamento argumentando que:

Sabemos como essas etapas da vida – assim como todas as demais – são construídas historicamente e socialmente. Tal qual a adolescência – que guarda imprecisões de toda sorte quando comparada à infância – também é difícil – senão impossível – definir a duração da juventude.

Esta pesquisa parte do pressuposto teórico de que a condição socioeconômica da juventude objeto das políticas sociais e seus familiares é permeada pela exclusão social, caracterizada nas experiências de vulnerabilidades e situações de abandono.

Na próxima seção será abordado o desenho de ações públicas dirigidas à juventude, a fim de refletir em torno das concepções que culminaram na atenção e intervenção na área da juventude a partir dos problemas que afetavam tal segmento. Autores como Sposito e Carrano (2003) relatam que os problemas que afetam a juventude são incorporados na agenda pública somente a partir da produção de indicadores sociais sobre criminalidade na década de 90 (especificados no caso do Índio Galdino e das freqüentes rebeliões na FEBEM), tendo os jovens como autores dos atos violentos, associada às pressões exercidas pela sociedade para o combate á violência, impulsionando instâncias federais a desenhar e implementar ações de prevenção e contenção de violência. Diante deste contexto, observa Sposito (2009:18):

Os jovens entram na pauta das políticas públicas como parte da questão social e do crescimento da violência no país. Iniciativas também observadas nesse período, em um primeiro momento nas prefeituras e posteriormente em âmbito federal, tentam trazer para a arena pública, novas visibilidades em torno dos segmentos juvenis, considerados como atores capazes de ação e de interlocução política. Há, assim, uma confluência de demandas e de representações no campo político que se torna uma arena bastante diversificada de iniciativas e de concepções em torno da questão juvenil no país.

2.2. Ações públicas destinadas à juventude

A invisibilidade em torno das discussões da juventude perdurou por um muito tempo, a inserção de tal temática no âmbito acadêmico é relativamente recente no Brasil. Muitos fatores explicam tal situação, um deles é o fato de que as questões/ problemáticas juvenis não assumiam uma dimensão política, não sendo percebidas como expressão da questão social, ou seja, merecedor de intervenção estatal.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), conceituam política de juventude como:

(...) conjunto de princípios, estratégias e ações que contemplam as distintas realidades dos (das) jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertencem a todos (as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país (2006:8).

Rua (1998) afirmou que as políticas de juventude situavam-se no campo “do estado de coisas” e essa categoria não era objeto de ações específicas por parte dos governos, principalmente no nível federal.

Outro fator que explica a invisibilidade era a fragilidade conceitual em torno da juventude, é possível verificar a inclusão de temáticas juvenis na área da infância e adolescência, neste sentido a juventude não possuía uma agenda específica, as reflexões apareciam embutidas em outro segmento; “(...) no Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias (...)” Sposito e Carrano (2003:17).

De acordo com Rua (1998), os programas que estavam sendo executados no final dos anos 1990, supostamente dirigidos à juventude, estariam dentro de programas que não atendiam especificamente a esse segmento. Neste sentido, a autora sinaliza que são reduzidas as políticas públicas que contemple exclusivamente a juventude, tendo ações voltadas para um foco mais amplo, agregando outros segmentos.

A classificação da faixa-etária na definição de público-alvo para a política de juventude sofrerá alteração não apenas com as dinâmicas regionais, dificuldade de concepção, mais também com interesses de determinados grupos e com limites políticos vigentes.

Nota-se a busca pela superação do status de invisibilidade juvenil na academia, estudos têm sido realizados com o foco em tal segmento, gerando uma gama de trabalhos em diversos campos do conhecimento (Cf. Minayo et cols. (2002), Njaine (2004), Cassab et cols. (2005), Groppo (2000), Sposito et cols. (2003, 2006), Nardi et cols. (2006) etc).

Há diferentes correntes teóricas que explicam a necessidade em destinar as ações e políticas à juventude: a primeira corrente aponta que o desenho de tais ações possui relação com a contenção de violência, ou seja, os atos violentos perpetrados por jovens surgem como causa do nascimento de políticas destinadas a este segmento (Cf. Sposito e Carrano (2003), Sposito et all (2006), Zaluar (1997)). Neste aspecto, a juventude surge como objeto de controle, sendo atendida por políticas repressivas ou aquelas tem como objetivo o controle social do tempo-livre, com a finalidade de refrear e controlar as *classes perigosas* (Zaluar, 1997).

A violência tem sido um dos temas mais frequentes nas agendas, demandando uma resposta imediata a partir de ações/políticas na área de segurança pública. Estudiosos da área apontam que o fenômeno da violência deve ser compreendido e analisado como uma questão social, pois tem sua gênese na sociedade. Alguns segmentos, como a Mídia Tradicional Corporativa, têm contribuído para a mitificação e reprodução de violências, além de operarem

com o discurso de que a violência é um problema individual de alguém que não sabe conviver com suas emoções e dificuldades, devendo ser apartado do convívio social.

O conceito de violência explicitado nesta pesquisa é o conceito compreendido pelo Centro Latino – Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), compreendendo o fenômeno da violência como uma rede. A violência pode ser entendida, no terreno das relações pessoais e institucionais, incorporando as limitações e violações de direitos, de um lado, ou então, como recurso de resistência dos oprimidos, por outro.

As violências (reais e simbólicas) também podem ser reconhecidas a partir da negação do outro de ser diferente, da oposição à pluralidade, a não aceitação da individualidade dos sujeitos e da recusa da possibilidade de diálogo entre as partes. As diversas expressões da violência permeiam as relações cotidianas, não só dizem respeito à rede de relações interpessoais e instituições sociais, como a família e a escola, mas também se mesclam nas narrativas que fazem parte da cultura midiática.

O Brasil é o país que ocupa uma das primeiras posições no cenário mundial no que diz respeito ao assassinato de jovens, como apontam Dayrell & Gomens (2007: 7):

Segundo informações do Ministério da Saúde, no Brasil, as taxas de mortalidade entre homens de 15 a 24 anos são quase 50% maiores que as dos Estados Unidos e 100% maiores que as registradas no Canadá, França ou na Itália. Os números excedem aqueles relativos a países em situação de guerra declarada.

Sposito e Carrano (2003) relatam que apesar do consenso inicial em torno da necessidade de implementação de políticas para juventude, o reconhecimento para tal necessidade só foi legitimado a partir da produção de indicadores sociais sobre criminalidade na década de 90 (especificados no caso do Índio Galdino e das freqüentes rebeliões na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM) e da pressão exercida pela sociedade ao combate da violência, impulsionando instâncias federais a desenhar e implementar ações de prevenção e contenção de violência.

Sob a égide da segurança pública foi criado o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sob o controle de um general do exército, num claro simbolismo da ‘guerra’ que deveria se travar pela salvação da juventude das garras do crime, do tráfico e da violência. (Sposito e Carrano, 2003: 30)

Neste contexto, as políticas de Juventude surgem como problemas sociais a serem combatidos, os programas esportivos/ lazer não nascem como uma proposta de direito, mas como controle social do tempo livre dos jovens pobres, ou seja, uma ocupação para que a

juventude de camadas populares não seja atraída pelo crime, assim o imaginário destas políticas é criado em oposição à lógica da promoção e cidadania.

A segunda corrente defende a ideia de que as políticas de juventude nascem a partir do momento em que os indicadores sociais apontam que a juventude masculina é o segmento que mais morre (há estudos que tem apontado o crescimento do segmento feminino também como alvo de preocupação, uma vez que a mortalidade vem crescendo para juventude feminina – IBGE, 2008), estando exposta às situações de vulnerabilidades, demandando então a formulação de políticas, assim a percepção de violência também está presente nesta corrente, no entanto a juventude sai do status de agente violador/ ator de atos violentos, sendo percebida como vítima/agente violado, neste sentido o (a) jovem antes percebido (a) como objeto de “ameaça” passa a ser visto como objeto de “proteção” (Cf. Njaine (1999), Minayo & Njaine (2001)).

E por fim, a terceira corrente aponta que a concepção de juventude como problema ou produtora de violência perde força, dando lugar à percepção de juventude como “ator estratégico do desenvolvimento” Gonçalves & Catharino (2008:23), Diante do crescimento da população juvenil, surge a necessidade de implementar políticas destinadas a este segmento, para que a juventude vivencie seu “protagonismo” e empoderamento (Cf. Gonçalves & Catharino (2008), Castro & Aquino (2008) etc). As autoras Gonçalves & Catharino (2008:23) refletindo sobre o crescimento da população jovem apontam que “(...) o aproveitamento do bônus demográfico no Brasil tem sido ameaçado pela baixa escolaridade e ausência de qualificação profissional, fenômeno que atinge os grupos juvenis empobrecidos (...)”.

Sposito et all (2006) apontam que as políticas de juventude no contexto brasileiro não surgem a partir da constituição de um espaço de visibilidade das situações vivenciadas pelos jovens, agregando as diversidades e uma concepção ampliada de direitos, transcrita nos modelos de cidadania, ao contrário, estas políticas surgem como um aspecto da questão social, onde o público-alvo dirige-se aos jovens pobres, especialmente aqueles que estão em situação de rua e/ou conflito com a lei. Tal recorte (renda/ pobreza) é justificado pelo clima de insegurança que esta categoria representa para a sociedade, deste modo, as iniciativas públicas deveriam prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares.

De acordo com Potyara (2004:56) “(...) as ações voltadas apenas para a pobreza absoluta tendem a enclausurar os pobres na pobreza, estigmatizando-os com seus mecanismos controladores e rebaixando o seu status de cidadania”. Dito isto, as políticas sociais voltadas

para a juventude como uma forma subsidiária à questão social contribuem para a manutenção das imagens e estereótipos dos jovens pobres como *outsiders* – “os de fora” (Elias, 2000). Cabem á estes jovens a ocupação de um não-lugar social e a trama de papéis sociais reducionistas. Por não representarem a beleza “endeusada” pela sociedade e viver num contexto caracterizado pela “desassistência social” (Potyara, 2004), possivelmente jamais será capa de revistas para vender produtos, ou caso se torne será para vender métodos de segurança, pois no senso comum sempre representará o perigo, a insegurança e a vigília.

Os meios de comunicação têm papel preponderante neste âmbito, visto que a partir da veiculação de matérias jornalísticas sobre jovens autores de atos violentos, é produzida sensações de medo na sociedade, contribuindo para a manutenção de políticas repressivas e de controle social, pois os jovens são vistos como um “agravante”, portanto, a sua “potencialidade agressiva”, o não ter “limites” confere-lhes, de certa forma uma periculosidade que precisa ser contida.

Sposito et all (2006) relatam que há uma lentidão no rompimento da associação entre juventude, risco e violência no desenho de tais políticas para a criação de um discurso público favorável às políticas de juventude inseridas na esfera dos direitos e cidadania.

Segundo o Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), a Política Nacional de Juventude é desenvolvida com a tentativa de superação das políticas com cunho emergencial, tendo escopo o combate o risco social e a produção de violências. Tal situação inaugurou um novo olhar sobre as juventudes, entendendo-a como heterogênea, com identidades distintas, variando de acordo com os contextos sociais, culturais, econômicos, éticos e territoriais. Na próxima seção caracterizar-se-á o nascimento de uma política nacional de juventude nos moldes brasileiros, destacando os elementos que tornaram esta política possível.

2.3. Contextualização da Política Nacional de Juventude

Ao longo deste capítulo apontou-se que as ações dirigidas à juventude são relativamente recentes no Brasil. Contudo estudiosos sinalizam a existência de ações voltadas aos jovens no século XIX, advindas das práticas religiosas. Estas ações tinham como elementos as percepções de que a juventude pobre representava um objeto interventivo- médico e jurídico – sobre o qual deveria controlar a fim de eliminar a “periculosidade” e “instabilidade” presentes no imaginário social em torno deste segmento.

É no contexto dos anos 30 que surgem alterações nas ações efetivadas aos jovens. Nota-se um significativo aprofundamento de ações com caráter de capacitação profissional na área urbana. Nesta direção verifica-se a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Costa, 1983; Góis, 1993). Contudo, estas alterações mantiveram intactas as concepções sobre a juventude pobre vinculadas a periculosidade e risco, demandando a continuidade de sanções de “métodos de vigilância”.

Segundo Rua (1998), é a partir dos anos de 1990 que as situações dos jovens ganham visibilidade deixando de ocupar o status de “estados de coisas” e incorporam a agenda pública, ainda que seja de forma problemática.

O entendimento dos dilemas e desafios referentes à juventude abarcou o desenho de ações nas três esferas da administração pública, além da contribuição da sociedade civil, movimentos sociais e ONGS, partindo de visões menos cerceadoras.

Na esfera federal, a demanda de coordenar o crescimento das diversas ações dirigidas à juventude foi uma das razões que motivaram o desenho da Política Nacional de Juventude, no ano de 2005.

A Política Nacional de Juventude (PNJ) não apenas configura um resultado de uma decisão administrativa, como expressa o esforço do atendimento das demandas, permeadas de conflitos, de diferentes setores da sociedade civil.

O documento legal que promulgou a PNJ, também criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em fevereiro de 2005, estando ligada a Secretaria - Geral da Presidência da República, sem status de ministério, como o objetivo de articulação dos programas federais de juventude, presentes nos diversos órgãos do governo federal e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo. São atribuições da Secretaria Nacional de Juventude:

Articular os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com os poderes Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas. A Secretaria também coordena o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) (Brasil, 2007).

São diversos programas que integram a Política Nacional de Juventude: Programa Integrado de Juventude (Projovem), Programa Bolsa-Atleta, Programa Brasil Alfabetizado, Programa Escola Aberta, Programa Escola de Fábrica, Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), Programa Juventude e Meio Ambiente, Programa Nossa Primeira

Terra, Programa Cultura Viva, Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), Projeto Rondon, Programa Pronaf Jovem, Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa Segundo Tempo, Projeto Soldado Cidadão, Programa Saberes da Terra.

A Política Nacional de Juventude, a partir de seus programas e projetos tem buscado enfrentar as vulnerabilidades juvenis de diferentes naturezas, com o foco no acesso ao trabalho formal; acesso à educação, estímulo a elevação da escolarização (nível superior); protagonismo juvenil, etc.

2.4. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE): uma breve caracterização

A lei 10.748/ 2003 criou O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro, sendo posteriormente alterada pela Lei 10.940/2004 e regulamentada pelo Decreto 5.199/2004.

O PNPE vincula-se ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ), sendo uma ação do governo Lula. Estabelecido em regime de parceria público-privado, o PNPE recebe recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); de diversos órgãos governamentais, como os Ministérios da Cultura, da Educação, do Desenvolvimento Agrário; e da iniciativa privada, como o “Sistema S”.

O PNPE tem como o objetivo de garantir a qualificação profissional social e a inserção do jovem no mercado de trabalho:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, vinculado a ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, especialmente, promover:

I - a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e

II - a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.
(Lei Nº 10.748/ 2003)

Os critérios de elegibilidades para a inclusão no programa são: 1) ter de 16 a 24 anos; 2) não ter vínculo empregatício anterior; 3) pertencer à família com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo (art. 11 da Lei nº10.748/2003); 4) estar matriculado e cursando o ensino fundamental, médio ou cursos de educação de jovens e adultos, ou concluinte do

ensino médio; 5) estar cadastrado nas unidades executoras do Programa (Redação dada pela Lei nº 10.940, de 2004).

Dentre destes condicionamentos, as pessoas com deficiência, mulheres, afrodescendentes, indígenas e ex-presidiários possuem prioridade no atendimento.

O encaminhamento dos jovens cadastrados no PNPE às empresas contratantes, leva em consideração os critérios de elegibilidade, a proximidade entre a residência do jovem e o posto de trabalho e a ordem cronológica de inscrição.

As empresas parceiras do programa devem seguir todas as obrigações trabalhistas com relação ao jovem (o contrato pode ser por tempo indeterminado ou determinado, de acordo com a CLT), recolhendo FGTS, INSS e demais tributos, além manter a mesma média de funcionários que havia na empresa antes da adesão ao PNPE, impedindo a substituição dos funcionários pelos jovens aprendizes. Há um limite de contratação, o número de jovens contratados pelo programa não pode superar 20% quadro de funcionários da empresa.

O PNPE é composto por seis modalidades, entre elas, o Consórcio Social da Juventude, o Empreendedorismo Juvenil e o Jovem Aprendiz. (Guia de Políticas Públicas de Juventude, 2006), sendo coordenado pelo Ministério do Trabalho em parceria com órgãos estaduais e municipais.

O Consórcio Social da Juventude oferece à juventude a oportunidade de aprender disciplinas gerais e capacitação profissional específica durante quatro meses. Para participar, os jovens recebem vale-transporte e uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 150.

O Empreendedorismo Juvenil estimula e fomenta a geração de oportunidades de trabalho, negócios, ocupação, inserção social, organização e visão empreendedora da juventude, através de parcerias com instituições nacionais e internacionais de apoio aos jovens.

O Jovem Aprendiz destina-se às jovens de 14 a 24 anos, com a finalidade de aprenderem um ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado. A qualificação é promovida pelo Sistema S ou instituições parceiras, e as empresas devem ter no mínimo, 5%, e no máximo, 15% de jovens contratados:

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Lei Nº10.097/ 2000)

Nesta pesquisa será privilegiado o estudo do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na modalidade O Jovem Aprendiz.

A modalidade da aprendizagem leva em consideração a Lei Nº10. 097/ 2000 (lei de aprendizagem):

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

"§ 1o A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

"§ 2o Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

"§ 3o O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos.

"§ 4o A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

A seguir apresentar-se-á uma análise sobre o eixo juventude e trabalho, cenário em torno do qual o PNPE se insere.

A categoria trabalho tem passado por inúmeras transformações ao longo da história, Pochmann (2004:17) explicita como a concepção de trabalho possuía relação com os signos de constrangimento e depreciação no tempo da Antiga Grécia:

No tempo da Antiga Grécia, o termo trabalho possuía o sentido pejorativo, pois indicava a condição necessária a ser exercida por aqueles que necessitavam prover às necessidades da vida. Era o caso do escravo, o responsável pelo exercício do trabalho e, ao mesmo tempo, desconsiderados da condição de cidadãos.

O termo trabalho é originado do latim, *tripalium*, *tri* (três) e *paliu* (paus), ou seja, três paus. O *tripalium* representava uma vestimenta utilizada sobre os animais que puxavam o arado ou carroças, ou também representava um instrumento romano de tortura, tendo um formato de tripé composto por três estacas fixadas no chão, sendo utilizado para “disciplinar” os escravos. A partir desta concepção, trabalhar tinha um valor depreciativo, sendo sinônimo de constrangimento àquele que desempenhava tal função.

A valorização do trabalho só é possível no segundo milênio, possibilitando a associação entre trabalho e exercício de cidadania a partir do século XX.

Marx caracterizou o trabalho como condição da existência do homem uma vez que reproduz a vida humana ao produzir os meios de subsistência, representando uma relação de troca e transformação simultâneas entre o homem e a natureza.

O trabalho, como criador de valor-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

Nesta relação, Marx aponta a capacidade teleológica do homem na esfera do trabalho diferenciando-os dos animais, visto que o ser humano projeta o trabalho em sua mente antes de materializá-lo, ou seja, o trabalho do homem surge como produto de uma ação consciente, criativa e proposital, enquanto dos animais é instintivo.

A categoria trabalho ganha diferenciadas nuances com o capitalismo, visto que as metamorfoses do mundo do trabalho acarretam inúmeras restrições e processo de exclusão para a classe trabalhadora, gerando um conceito de domínio comum conhecido como conflito capital x trabalho.

Marx conceitua a classe trabalhadora como todos (as) aqueles (as) que vivem da venda da força de trabalho, tal conceito diz respeito não apenas ao proletariado como agrega as demais categorias que mercantiliza a força de trabalho. Nesta perspectiva, Antunes (2004) caracteriza a classe trabalhadora como aquela *classe -que - vive - do trabalho*, incluindo os homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário.

De acordo com Antunes (1995:15) foram intensas as metamorfoses no mundo do trabalho, repercutindo no modo de inserção da classe trabalhadora, assim:

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram intensas as modificações, que se pode afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a *forma de ser* [grifos do autor].

Segundo o autor a introdução de tecnologia no sistema produtivo associada a novos padrões de gestão da força de trabalho, a partir do Fordismo, Toyotismo e o processo de acumulação flexível, contribuíram para inúmeras transformações expressas na desproletarização do trabalho industrial fabril; precarização do emprego e das condições salariais; processo de intelectualização do trabalho (demanda do trabalhador polivalente); crise sindical e a crescente individualização das relações de trabalho, nos países de Terceiro Mundo, uma vez que:

Novos processos de trabalho emergem onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível” por novos padrões de busca da produtividade, por novas formas de adequação, da produção à lógica do mercado (...) Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (Antunes, 1995:16).

Antunes (2004: 39-40) aponta a necessidade de compreensão da nova morfologia do trabalho, demandando uma noção ampliada de classe trabalhadora que segundo o autor deve:

(...) incluir também todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *parte time*, o novo proletariado dos *Mc Donald's*, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores *assalariados*, da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do *desemprego estrutural* (...) compreender a classe trabalhadora hoje significa perceber também o significativo processo de feminização do trabalho (...) a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo (Antunes, 2004:39-40).

Para além de ser duplamente explorada pelo capital, o processo de feminização do trabalho faz com que a mulher tenha uma grande importância ou mesmo seja considerada como peça fundamental no processo de reprodução da sociedade capitalista. Pois além de agregar duplamente sua venda de força de trabalho (espaço da rua e espaço da casa), atua na manutenção das condições básicas de outros sujeitos que servem ao capital, como filhos e cônjuge.

Neste contexto de transformações, Antunes (2007:16) sinaliza que o processo de terceirização também se mescla nesta nova dinâmica, contribuindo para a precarização estrutural do trabalho e incidindo sobre os direitos trabalhistas:

Dentro desta contextualidade, pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de

assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira assinada. Se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculos empregatício, sem registro formalizado. Ou seja, em plena *era da informatização* do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a *época da informalização* do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial (...) desemprego ampliado, precarização exarcebada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais freqüente da nossa classe trabalhadora [grifos do autor].

Carelli (2007:59) ao analisar o processo de terceirização e direitos trabalhistas no Brasil, aponta que “a terceirização e seu uso desenfreado e desregulado trouxeram para o mundo laboral um crescimento extremado da precarização das condições de trabalho, com a fragmentação do coletivo dos trabalhadores e a exclusão social”. Segundo o autor, o conceito da terceirização está ligado à entrega de atividade periférica específica, sendo executada de forma autônoma por um segmento especializado, salientando que tal processo não pode ser confundido com o fornecimento de mão-de-obra. Nesta via, Thébaud-Mony & Druck (2007:27) ao analisarem a concepção de terceirização presente em Carelli, destacam que de acordo com a visão do autor, “o termo “terceirização” é uma criação brasileira para indicar, essencialmente, que se transfere a um “terceiro”, a um “outro”, uma atividade que vinha sendo feita pela empresa ou que poderia ser feita por ela”; e na experiência brasileira, outro termo vem sendo utilizado com o mesmo sentido que é a “subcontratação”.

Borges (2007:84) ao analisar este processo de desregulamentação das relações do trabalho argumenta que:

é um processo inconcluso no Brasil, à espera das condições políticas para a implementação do ambicioso projeto do patronato, que inclui a extinção da CLT e, se possível, do próprio direito do trabalho, numa estratégia em que conquistas históricas dos trabalhadores, como o mês de férias remuneradas, a jornada de trabalho de oito horas, o 13º salário e a licença maternidade deixariam de ser direitos assegurados pela lei para serem negociados, caso a caso.

Destaca-se que é neste cenário, caracterizado pela precarização das relações trabalhistas, traduzida no desemprego estrutural, terceirização, situações de privações e contextos de exclusão, vivenciados pela *classe-que-vive-do-trabalho*, que o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) se insere.

Como a população considerada jovem refere-se às pessoas com idade entre 15 e 24 anos, no Brasil, de acordo com dados do IBGE, esta é da ordem de mais de 34 milhões de indivíduos que caminham para a maturidade e constituírem a principal força produtiva do

país. Trata-se de cerca de 20% da população brasileira, dentre eles, 83% moram na zona urbana, 58,7% vivem em famílias com renda *per capita* de até 1 (um) salário mínimo e cerca de 1,3 milhões são analfabetos. Pochmann (2007) ao analisar a questão do primeiro emprego sinaliza que no primeiro mandato do atual governo federal só uma em cada dez vagas com carteira assinada abertas no Brasil foi ocupada por alguém que procurava se colocar no mercado pela primeira vez.

O Brasil tem experimentado nas duas últimas significantes variações no que diz respeito às questões de emprego e geração de renda, tais variações têm como elementos a globalização e a precarização das relações de trabalho. Tal situação tem afetado de forma específica os diferentes segmentos da sociedade, neste sentido, a juventude tem encontrado maiores dificuldades na obtenção de um emprego e na sua permanência, como aponta Reis & Camargo (2005:9):

Ao longo dos anos 1990, o Brasil viveu um aumento sistemático da taxa de desemprego aberto. Esse comportamento da taxa de desemprego foi observado para todos os grupos etários. Entretanto, ele foi muito mais acentuado entre os trabalhadores mais jovens. Para os indivíduos com idade entre 18 e 20 anos essa taxa aumentou cerca de 15 pontos percentuais (p.p.) entre 1990 e 2002, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA). No mesmo período, o crescimento da taxa registrada para os indivíduos entre 24 e 59 anos foi 4,6 p.p. Considerando apenas o período de 1993 – antes da estabilização da inflação com o plano real – a 2002, a diferença no comportamento do desemprego entre esses grupos etários foi mais acentuada. Enquanto nesse período a taxa de desemprego dos indivíduos entre 18 e 20 anos subiu 8,1 p.p., para os trabalhadores com idade entre 24 e 59 anos a alta foi de 2,2 p.p., quase quatro vezes menor (Reis e Camargo, 2005:9).

Pochmann (2004) apontou que o elevado desemprego entre os jovens estaria relacionado às dificuldades na obtenção do primeiro emprego, assim como pela exigência de experiência profissional. Diante deste quadro compreende-se que a questão da ocupação juvenil tem sido um dos problemas que afetam a juventude, principalmente os jovens pobres, em decorrência da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tendo como principais causas a ausência de experiência (conquista do primeiro emprego), baixa escolarização e qualificação.

Trevisan (2004:73-74) observa que a relação entre escolarização e acesso ao mercado de trabalho formal revela algumas armadilhas e apresenta-se como mito:

Vivemos um paradoxo preocupante: a maior escolaridade da massa de trabalhadores impôs entrada mais tardia do jovem no mercado de trabalho. É indiscutível que Educação é essencial para a obtenção de posto de trabalho minimamente qualificado – basta ver o recuo na massa de ocupados descrito pelo IBGE entre os que têm baixo nível de escolaridade. Porém, é

igualmente inquestionável que o processo educacional, em si mesmo e isoladamente, não tem influência direta para amenizar o drama do desemprego entre os jovens.

A situação é agravada quando a análise se debruça na juventude pobre, uma vez que ao serem filhos de pais de baixa renda, em muitos casos não usufruem da educação formal satisfatória, esta ausência repercute na baixa produção de capitais sociais e culturais, fazendo com que a juventude empobrecida experimente processos de exclusão, vivenciando a dinâmica de relações baseadas na desigualdade e assimetria de poderes com àqueles que possuem maiores incorporações de capitais econômicos, culturais, sociais e políticos. Contudo, as dificuldades de obtenção do primeiro emprego, no caso dos jovens pobres, mesclam-se não apenas às experiências profissionais, escolarização, habilidades e talentos, como também dialogam com outros elementos, em muitos casos velados: o preconceito de classe social, de gênero, ocupação territorial e a questão étnico-racial.

Os marcadores raciais, sexuais, sociais e até mesmo estéticos, contribuirão para caracterizar que são os “*estabelecidos*” e “*outsiders*”, no âmbito do acesso e permanência no emprego. Neste sentido os dados extraídos pela pesquisa de Abramovay et all (2002:47) com jovens na cidade do Rio de Janeiro reafirmam tal padrão, pois além das dificuldades expressas na experiência prévia e acúmulo de qualificações, o “local de moradia, que não pode ser violento, e aparência, corpo bem esbelto e de pele clara”, apresentam-se como critérios para a entrada no mercado de trabalho dos jovens. De modo similar a pesquisa do Ibase & Pólis (2005:29) demonstrou que:

Outra demanda em relação ao trabalho que merece destaque é a superação de preconceitos que interditam a entrada de muitos (as) jovens no mercado de trabalho, sobretudo os ligados à questão racial: “Se for loirinha e uma mulatinha, com certeza, isso já aconteceu no meu bairro, eles dão preferência pra loira.

Diante deste cenário, programas como o PNPE, surgem como respostas a tais demandas uma vez que o PNPE opera com critérios de prioridade de atendimento dirigida aos segmentos considerados mais vulneráveis: pessoas com deficiência, mulheres, afro descendentes, indígenas e ex-presidiários. Nesta perspectiva, as políticas recomendadas pelo Ibase e Pólis (2005:31) vislumbram o incentivo da política nacional de qualificação profissional operacionalizada a partir da intersectorialidade, envolvendo diversos atores sociais, no atendimento às demandas dos diferenciados segmentos sociais juvenis:

Incentivar política nacional de qualificação profissional, articuladas com diversos ministérios, empresas, Sistema S, ONGs etc., que considere as especificidades das demandas de públicos distintos, tais como jovens do campo, quilombolas, indígenas e pessoas com necessidades especiais.

Bauman (2005) aborda as questões da modernidade como líquida, segundo o autor as identidades sociais, culturais e religiosas, constantemente modificadas e renovadas estariam sendo transformadas no líquido da modernidade, ao qual todos estão imersos. Nesta via, Bauman defende a ideia de que as identidades seriam negociáveis e renováveis, a partir das escolhas dos indivíduos, em virtude das situações e posições ocupadas. Em contraponto, o autor sinaliza que as identidades estariam flutuando no ar e o indivíduo poderia fazer a escolha da adesão. Mas de outro modo, situam-se as identidades impostas, que não dependem das escolhas e que de acordo com Bauman são difíceis de serem revogadas, passando pela via dos estereótipos e estigmas. Na visão de Hall (2001) a identidade só torna-se uma questão quando está em crise, de acordo com o autor na pós-modernidade as identidades estariam sendo deslocadas, descentradas e fragmentadas, neste sentido Hall defende o argumento de que as velhas identidades construídas a partir da etnia, história etc, que contribuía como marcadores de estabilização social estão em declínio, tendo em vista que o sujeito pós-moderno assume diferentes identidades em diferentes momentos, tornando-se híbridas e fragmentadas.

2.5. Papo Jovem: a participação social nas políticas juvenis

A participação social é institucionalizada no Brasil a partir do processo de constituinte e da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de ampliar os direitos sociais, buscando promover o acesso de diferentes atores sociais nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas sociais, a partir da descentralização e da democratização do Estado Brasileiro. Neste sentido, a redemocratização do Estado brasileiro possibilitou a existência de outra dinâmica do sistema federativo que vislumbrou o processo de descentralização e o fortalecimento da capacidade de gestão dos governos subnacionais (estados e municípios), diferenciando-se da gestão centralizada pelo governo federal.

De acordo com Souza (2004:175-176):

O caldo cultural e político que permeou essa nova idéia de participação orienta uma outra acepção de controle social do Estado, contrária àquela em que o controle privado ou particular é exercido por grupos com maior poder de acesso e influência. Isso é exatamente o que distingue os anos 1980 dos

períodos anteriores, pois, agora, a idéia que se tem é que esse controle seja feito pela sociedade civil por meio da presença e da ação organizada de seus diversos segmentos (Souza 2004:175-176).

O processo de descentralização (política, administrativa e fiscal) presente no novo pacto federativo, permitiu a incorporação dos municípios como entes autônomos da federação. Assim, novas competências e recursos públicos foram alocados no âmbito local para o fortalecimento do controle social e a promoção da participação social nos processos de negociações e decisões. Todavia, Arretche (1999) sinaliza que a emancipação dos municípios trouxe dificuldades e problemas para a efetivação da municipalização, em decorrência do despreparo técnico e administrativo dos gestores municipais em face da nova realidade. Nesta via, Beretta & Martins (2004:66), analisando o perfil das políticas sociais a partir da década de 1980, sob a ótica das reformas do Estado, sinalizam que:

A municipalização não pode acontecer sem planejamento e sem infraestrutura. Requer um amadurecimento técnico, administrativo e operacional de cada município para o enfrentamento de novas responsabilidades, a fim de garantir a realização de seus objetivos de maior participação política da sociedade civil, maior flexibilidade nas ações e maior capacidade de resposta às demandas da população. A municipalização pressupõe o desencadeamento de um processo implícito de sensibilização e aprendizagem de todos os gestores das políticas, agentes sociais e políticos.

A descentralização ainda é um processo inconcluso no Brasil, pressupondo um grande volume de cooperação entre os entes (governo federal, municípios e estados) e a redivisão / redefinição das ações que competem a cada um deles. O processo de descentralização tem induzido a um aumento dos investimentos que permitam um aumento da racionalidade técnica do gerenciamento dos entes. Esse processo, contudo, não é isento de conflitos, posto que envolve graus diferenciados de interesses econômicos e culturais. Outrossim, há limites que imperam no processo descentralizador, pois ao envolver a redefinição do acúmulo de poder ele enfrenta inúmeras resistências político-econômicas e burocráticas, o que tem tido uma forte incidência negativa no campo das políticas sociais em geral e do controle social em particular.

A participação social realiza-se em espaços privilegiados tais como: fóruns, conferências, audiências públicas, conselhos, câmara de vereadores, assembléia legislativa, congresso nacional etc. O caráter desta participação é fundamental para a consolidação de um estado democrático, visto que legitima o acesso ao controle das ações / políticas em diferentes momentos, que vai desde o desenho até os processos de revisão / pactuação.

Ao analisar a dinâmica da sociedade brasileira, percebe-se a ausência de uma tradição participativa mais consistente no país, tendo como contribuição a sucessão de regimes autoritários que aqui se instalaram desde a gênese da república brasileira. Tais regimes deixaram raízes que incidiram negativamente no exercício da participação social mesmo após a redemocratização. Este quadro torna-se explicativo quando se examina a participação do público-alvo atendido pelas políticas sociais, a qual geralmente é baixa tanto no seu desenho quanto na sua implementação e avaliação. Também devem ser incluídos aqui os seguintes elementos inferidos a partir da pesquisa realizada por Guizardi e Pinheiro (2005) quando analisaram a experiência de participação de um movimento popular em Conselhos de Saúde e sua relação com o poder executivo, em Vitória e Vila Velha (ES), destacaram os dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais. Segundo as autoras, foi possível verificar neste estudo de caso alguns limites para o exercício do controle social, como: a).baixa adesão dos usuários no que se refere a participação social; b). domínio das lideranças; c).despreparo para o desempenho da função de conselheiro; c). relações assimétricas de poder; d). personalismo e troca de favores; e). ausência de interlocução; f). isolamento – presença individual, e não institucional, no conselho; g). falta de recursos; h). dificuldades na leitura das demandas da comunidade.

A questão da participação social juvenil esbarra-se em duas questões: a primeira refere-se à existência de espaços de participação interditados em diversos setores; a segunda diz respeito à própria concepção de juventude associada por vezes aos símbolos de imaturidade e irresponsabilidade contribuindo para a limitação dos espaços existentes e propiciando a intimidação da abertura de novos canais de participação dirigidos a este segmento. Visto que:

É preciso reconhecer a necessidade de se criarem espaços de participação que façam sentido para esses (a) jovens preocupados (a) com assuntos da proximidade e do cotidiano. Os (as) jovens ouvidos (as) na pesquisa expressam a necessidade de que o Estado e a sociedade civil os (as) valorizem por meio de uma escuta qualificada e respeitosa, criando possibilidades para sua ação e participação (IBASE e Pólis, 2005:17).

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) é um órgão consultivo, criado em 2005, com a finalidade de estreitar o diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude, permitindo o exercício do controle social da Política Nacional de Juventude e de todas as ações ligadas a ela. São atribuições do Conjuve:

Formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil e fazer o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais (Brasil, 2007).

Além disso, este deve servir de estímulo para a criação de novos Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude, e ainda fortalecer os existentes.

No campo específico das políticas de juventude já temos algumas pesquisas que apontam dados sobre os limites e dificuldades presentes na participação juvenil no âmbito de tais políticas. Os dados apresentados pela pesquisa realizada por Sposito et al (2006) em municípios de regiões metropolitanas mostram que num total de 796 programas destinado à juventude, 60% dos usuários declararam que não participaram da formulação. Entende-se que tal situação pode ser justificada não apenas pela história ditatorial, como também a ausência de informação e as condições educacionais dos usuários - em muitos casos pobres - que limitam a incorporação da informação mesmo quando ela é difundida adequadamente.

Ademais, como mostra a pesquisa realizada pelo Ibase e o Pólis em 2005 com jovens de 15 a 25 anos, a desorganização, a fragmentação e a falta de espaços de expressão nas políticas e projetos são fatores que também desestimulam a participação juvenil. Tal pesquisa apontou que ao contrário do que o senso-comum credita a respeito da falta de interesse da participação juvenil, os jovens têm interesse em participar, mas não encontram espaços nos quais possam negociar a resolução de suas questões individuais, que nos grupos de diálogos desta pesquisa, foram reconhecidas como questões coletivas, demandando soluções em forma de política pública. Resultados similares foram apresentados na pesquisa realizada por Sposito e Carrano (2003) na qual analisaram 30 programas/ projetos governamentais no período de 1995-2002.

É em função desse quadro que tem sido destacada a necessidade de se instituir, no Executivo e no Legislativo, espaços que garantam a discussão, elaboração e o monitoramento e a execução de política de juventude, aliados a constituição de espaços de controle e fiscalização destas políticas que estejam em diálogo com setores da juventude brasileira (IBASE e Pólis, 2005).

A seguir, será apresentado no próximo capítulo um estudo em torno do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), com o recorte na modalidade de aprendizagem, tal análise se debruçará sobre o escopo desta política, a fim de identificar o seu funcionamento no âmbito nacional, a partir do seu desenho e execução.

Capítulo III

Mercado de Trabalho é a Saída?

Neste capítulo será discutida a criação da política de juventude a partir da materialização do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) aliado ao Programa Jovem Aprendiz. Contudo, para entender as etapas atravessadas para a corporificação da política em questão, faz-se necessário realizar um breve resgate em torno da Política Nacional de Juventude, a fim de investigar o momento em que a juventude torna-se objeto de intervenção nas políticas sociais. Embora esta discussão tenha sido iniciada no capítulo anterior, ela será retomada com o objetivo de aprofundar e problematizar seus elementos.

O estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, em 1985, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), configura-se como um dos relevantes elementos que impulsionaram as demandas da juventude a integrar a agenda das políticas públicas dos países da América Latina, no decorrer da década de 1990. Contudo, o Brasil articulou-se de modo diferente em relação aos outros países da América Latina na atribuição do grau de importância frente à temática juvenil, visto que no caso brasileiro, as ações formuladas tiveram pouca repercussão no desenho de políticas destinadas à juventude. Destaca-se que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, trouxe visibilidade para o estrato juvenil, embora seus avanços tenham se aplicado apenas para os jovens na faixa etária até 18 anos incompletos. Neste contexto, a juventude, enquanto questão política e tema de políticas públicas, terá sua gênese somente depois do processo de redemocratização corporificado no processo da Constituinte. Contudo, Silva e Andrade (2009:48) salientam que “embora apartados do processo como tema, muitos jovens e organizações juvenis participaram ativamente da luta pela redemocratização e da construção de pautas no interior de muitos movimentos sociais”.

Como se apontou no decorrer desta pesquisa, as ações desenhadas na esfera federal voltadas à juventude, no marco dos anos de 1990, foram associadas às percepções da violência, medo e controle social, desembocando na formulação de políticas focalizadas em setores que apresentavam algum grau de vulnerabilidade, “risco” ou “transgressão” (Silva e Andrade, 2009). Nesta via, essas ações representavam iniciativas pontuais de curta duração, voltando-se para a inclusão social da juventude por meio de realização de oficinas e

Workshops de capacitação, com a finalidade de possibilitar a inserção no mercado de trabalho.

As iniciativas pontuais, aqui caracterizadas, não chegaram a constituir uma Política Nacional de Juventude. Ao passo que diversos atores sociais, dos mais variados setores da sociedade, começaram a exercer pressão para o reconhecimento das demandas da juventude, buscando inserir tais demandas na pauta e agenda política, com a busca de formulação de políticas que vislumbrasse a juventude não mais como um problema, mas como sujeitos de direitos, “definidos não por suas incompletudes ou desvios, mas por suas especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas” (Silva e Andrade, 2009:49).

Ano período de 2004, no caso brasileiro, inicia-se o esforço da construção do diálogo entre o governo e os movimentos sociais em torno da legitimidade da juventude enquanto objeto das políticas sociais no país. Tal diálogo buscou atender duas diretrizes: 1). garantia de cobertura em relação às vulnerabilidades sociais e 2).viabilização de oportunidades que possibilitassem a integração dos/as jovens nas diversas esferas sociais (Sposito, 2005). Este processo de diálogo possibilitou a visibilidade da temática juvenil no âmbito nacional.

De acordo com Silva e Andrade (2009: 49-50) as iniciativas mais importantes que se destacaram neste período, foram:

(...) a realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates – conferências regionais – em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; (...) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria – Geral da Presidência da República (SGPR), que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; (...) realização do Projeto de Juventude do Instituto de Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; e (...) encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL nº 4.529/2007); (...) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL nº 4.530/ 2004), o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros.

A Política Nacional de Juventude foi instituída por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens

(ProJovem). Este feito marcou historicamente a primeira política de Estado voltada para os jovens.

A seguir será construída uma breve análise sobre o mercado de trabalho no Brasil e as suas implicações para a juventude.

3.1. Mercado de trabalho no Brasil

Estudos apontam que o ano de 2010 está sendo favorável para economia, podendo possibilitar a redução do desemprego. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 2009 a população brasileira era da ordem de 191,5 milhões. No ano de 2008 a população ocupada totalizava 89,7 milhões, já os desempregados somavam 6,9 milhões. Neste cenário, ainda em 2008, a população economicamente ativa era de 96,6 milhões e a taxa de desemprego chegou a 7,2% enquanto a taxa de informalidade representava aproximadamente 50%. Ainda de acordo com o IBGE, a economia brasileira obteve crescimento de 2,7% no primeiro trimestre de 2010 em relação ao quarto trimestre do ano passado. No primeiro trimestre de 2009, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas produzidas pelo país, foi de 9%. Nestes moldes, o instituto aponta que a previsão de crescimento econômico no Brasil em 2010 é de cerca de 7%.

TABELA RESUMO- Principais resultados do PIB a preços de mercado do 1º Trimestre de 2009 ao 1º Trimestre de 2010					
Taxas (%)	1º Trim 2009	2º Trim 2009	3º Trim 2009	4º Trim 2009	1º Trim 2010
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior - Tabela 3	-2,1	-1,9	-1,7	-0,2	9,0
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores - Tabela 4	3,0	1,0	-1,0	-0,2	2,4
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior - Tabela 2	-2,1	-1,6	-1,2	4,3	9,0
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal) - Tabela 7	-1,5	1,5	2,2	2,3	2,7

Tabela 1: PIB/ 1º Trimestre de 2009 ao 1º Trimestre de 2010

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Ao considerar a geração de empregos formais no mercado de trabalho brasileiro, as estatísticas têm apontado que a informalidade tem diminuído. Contudo, ela ainda permanece

alta (50%). Por outro lado, nota-se que a maior parte dos empregos gerados no Brasil paga salários baixos e, embora a distribuição da renda, a partir do trabalho, tenha melhorado nos últimos anos, o Brasil ainda permanece como um país desigual. Com relação ao nível de escolarização dos trabalhadores, é possível verificar um significativo aumento, mas ainda é baixo, se considerado ao padrão internacional, cuja média é de 8 (oito) anos de estudos.

A análise sobre o mercado de trabalho no contexto brasileiro, melhor apresentada nesta pesquisa, sublinhou a existência da precarização das relações e as dificuldades de inserção para a juventude. Contudo, neste momento cabe aqui destacar que o pano de fundo que norteia esta análise é a discussão sobre o direito ao trabalho, entendendo este em seu sentido mais amplo. Por outro lado, emerge outra questão, no marco da formulação de políticas de emprego para jovens, a entrada ao mercado de trabalho é de fato a saída?

Gonzalez (2009:120) aponta que, em face do alto índice de desemprego juvenil e da precarização das ocupações produtivas destinadas aos jovens, as políticas de juventude se posicionam diante de duas opções no que diz respeito à esfera do trabalho:

A primeira é preparar o jovem para fazer a transição, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho. A segunda é, ao contrário, prolongar sua escolarização, o que eventualmente reduz em desincentivar sua entrada no mercado de trabalho. Como se verá, no Brasil, já há políticas federais importantes que procuram combinar os dois enfoques. Um terceiro tipo de intervenção é aquele que visa regulamentar a participação dos jovens no mercado de trabalho e conciliá-la com a continuidade dos estudos.

De acordo como o autor, em um primeiro momento, prevaleceram às políticas com enfoques na preparação para o mercado de trabalho, tendo a centralidade nos cursos de qualificação profissional, além do incentivo à contratação de jovens. No Brasil, no marco dos anos 40, os serviços de aprendizagem direcionados aos jovens e adultos eram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para a indústria e, para o comércio, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Contudo, estes serviços atendiam somente as demandas alocadas nos respectivos setores, oferecendo, em menor medida, cursos voltados ao público em geral. No início da década de 90, ganha força o desenho de ações voltadas para cursos de qualificação profissional direcionados para jovens em situação de risco social, com o financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Segundo Gonzalez (2009:122), “em vez de se voltar para a classe trabalhadora em geral, estes cursos procuravam focar os jovens das comunidades mais pobres, com a intenção declarada de enfrentar sua marginalização e, até mesmo, seu envolvimento com a criminalidade”.

Todavia, a percepção de que os cursos de formação profissional por si só não conseguiriam alterar a situação da juventude com relação ao mercado de trabalho, desembocou em ações que procuraram correlacionar qualificação com colocação no mercado de trabalho.

As políticas de incentivo à contratação têm como objetivo a redução do custo da contratação dos mais jovens, “as formas pelas quais se garante esta redução variam e podem ter impactos bastante diferentes em termos de resultados. Uma primeira forma é a criação de um subsídio, transferindo para o Estado uma parte do custo salarial”, Gonzalez (2009:123). De outro modo, a legislação pode reduzir os encargos não salariais para a contratação de jovens, materializando-se em um tipo de incentivo fiscal, desde que os jovens mantenham benefícios relativos a estes encargos. Neste âmbito, este subsídio serve de estímulo à empresa para que ela possa manter o/a jovem empregado/a por um período, para atingir experiência e qualificação, contribuindo posteriormente como instrumento facilitador para a inserção deste/a jovem no mercado de trabalho formal. Nesses termos, Gonzalez (2009:123) afirma que o emprego subsidiado “seria mais efetivo do que a oferta isolada de formação profissional: na medida em que garante uma experiência de trabalho, evita que os conhecimentos do jovem se percam por conta da não contratação ou da rápida demissão”.

A seguir será apresentada a descrição do Programa Jovem Aprendiz e os elementos que compõem o escopo desta política.

3.2. Descrição do Programa Jovem Aprendiz

A regulação da aprendizagem no Brasil surge a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tendo seu formato aperfeiçoado com a criação de um arcabouço de legislações complementares como a Lei nº. 10.097/00, Lei nº. 11.180/05 e o decreto nº5. 598/05. Nesta perspectiva, regulamentada pelo decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, e com as diretrizes curriculares estabelecidas na Portaria MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007, o sentido atribuído a aprendizagem foi de proporcionar a qualificação social e profissional como resposta às demandas da juventude, do mercado de trabalho e da sociedade.

No decorrer desta pesquisa, salientou-se a opção em trabalhar a juventude enquanto categoria social (Groppo, 2000), não se atendo a questão de uma faixa etária estipulada, contudo torna necessário explicitar que o escopo do Programa Jovem Aprendiz divide o público-alvo em três categorias: adolescentes, jovens e deficientes.

A lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê nos seus artigos 60 a 69, a aprendizagem como um direito do adolescente, devendo ocorrer em sintonia com o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 69º. O adolescente tem direito a profissionalização e à proteção no trabalho, observado os seguintes aspectos, entre outros:

- I- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II- capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Como a proposta desta seção é entender a concepção do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) a partir da modalidade de aprendizagem, torna-se necessário entender o significado deste ofício na esfera do trabalho, ou seja, qual é o significado da aprendizagem? Que dimensões ela assume neste contexto?

Autores como Aulete (2004), Ferreira (1999), Salvador (1994) etc, ao analisarem a utilização do conceito de aprendizagem, destacam as dimensões e implicações derivadas deste conceito, tendo correspondência com: a). ação de reter uma informação, de fixar algo na memória, qualquer ofício, arte, ciência ou uma profissão (saber como, torna-se capaz de); b). ato ou efeito de adquirir conhecimento a partir da escolarização; c). instrumentalidade; d). habilidade prática; e). conhecimento ou habilidade adquirida a partir de treino, em prol da aquisição de algo; f). aprendizado; g). vivência. Neste sentido, Junior e Borges-Andrade (2008:224) resumem o processo de aprendizagem como:

(...) aquisição de algum tipo de conhecimento ou habilidade, por meio de atividades formais de instrução. Tais conhecimentos e habilidades são direcionados a algum tipo de desempenho. Os indivíduos aplicam o que foi adquirido para alguma finalidade. O ato de aprender, portanto, seria uma ação proposital, e ocorreria em função do preenchimento de algo (alguma demanda ou necessidade) no repertório apresentado pelo indivíduo.

De acordo com esses autores, a aprendizagem também possui relação com a vivência individual, uma vez que remete a utilização do conhecimento e experiências incorporadas pelo indivíduo, possibilitando o desenvolvimento de capacidades em face das aquisições, assim “este passaria a aprender, segundo esta perspectiva, de acordo com aquilo que já vivenciou, e tal aprendizagem seria capaz de nortear sua ação futura” (p.225).

O manual da aprendizagem (2008) a explicita como um instituto que possibilita oportunidades tanto para os jovens quanto para as empresas, visto que os aprendizes são preparados a desenvolver atividades profissionais, tendo a capacidade de “discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão-de-obra qualificada, cada vez mais necessária em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica” (p.12).

3.2.1. A Concepção do Programa Jovem Aprendiz

O Programa Jovem Aprendiz é concebido a partir da implementação de uma política nacional voltada para inserção e qualificação do jovem no mercado de trabalho formal. Neste viés, o surgimento do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, após três anos de implementação da Política Nacional de Juventude, apresenta-se como um marco na esfera das relações entre Juventude e Trabalho. Mesmo está política sendo recente e acontecendo tardiamente no Brasil, já que a realidade apontava para a necessidade de implementação frente às demandas da juventude diante das dificuldades e complexidade na inserção no mercado de trabalho formal, há que se destacar a relevância desta política, trazendo novas nuances para o cenário nacional e internacional.

As políticas sociais ainda que tenham o caráter universal, buscando ampliar a cobertura e facilitar o acesso, na prática operam a partir de critérios que dificultam o atendimento a população de modo universal. Nesta mesma linha, segue-se o Programa Jovem Aprendiz, tendo em vista os critérios de elegibilidade e contrapartidas presentes no seu escopo.

Assim, o perfil de jovens atendidos pela presente política refere-se ao adolescente ou jovem na faixa etária entre 14 a 24 anos que esteja matriculado e freqüentando a escola, caso não haja concluído o ensino médio, devendo estar inscrito em programa de aprendizagem (Art. 428, *caput* e § 1º, da CLT):

§ 1º. A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º do art. 428 da CLT, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a freqüência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental (art. 428, § 7º, da CLT):

§7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a freqüência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental. (Incluído pela Lei nº 11.788, de 2008)

Caso o jovem não tenha concluído o ensino fundamental, a exigência anterior deverá ser atendida, ou seja, a contratação só será válida com a freqüência do aprendiz à escola.

Contudo, se o candidato possuir algum tipo de deficiência, não haverá limite máximo de idade para a contratação (art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 5.598/05). Em suma, o aprendiz será aquele que estará dentro destas exigências, além de não possuir vínculo empregatício e comprovação de experiência profissional, sendo matriculado em curso de aprendizagem e admitido por estabelecimento de qualquer natureza que possuam empregados regidos pela CLT.

Destaca-se que a matrícula nos programas de aprendizagem deverá observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos. Sendo assim, apesar de ocorrer à heterogeneidade entre adolescentes (14 a 18 anos) e jovens (18 anos a 24 anos) no escopo do programa, de acordo com a Constituição Federal – C.F/88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) asseguram aos adolescentes na faixa etária entre 14 e 18 anos a prioridade de atendimento no programa:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal)

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (Lei nº 8.069/90)

Todavia, o art. 11 do decreto nº 5.598/05 traz uma ressalva a prioridade de atendimento aos adolescentes na faixa etária entre 14 e 18 anos, quando:

I – as atividades práticas da aprendizagem ocorrem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II – a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos; e
III – a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.
Parágrafo único. A aprendizagem para as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverá ser ministrada para jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro anos).

A juventude atendida pelo programa, é contratada por empresas como aprendiz de ofício, previsto na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO do Ministério do Trabalho e Emprego, e matriculada em cursos de aprendizagem, alocados em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação. A composição da carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem. Os aprendizes que tiverem concluído, com aproveitamento, o curso de aprendizagem, receberão obrigatoriamente a certificação de qualificação profissional, como sinaliza o artigo 430, § 2º, da CLT (§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

3.2.2. A Aprendizagem no âmbito do PNPE

No que tange a aprendizagem na esfera do trabalho, tal modalidade foi criada com o objetivo de inserir o jovem no mercado de trabalho, a partir do aprendizado de um ofício. Contudo, durante décadas houve um enfraquecimento e esvaziamento nesta modalidade, que só foi fortalecida a partir das alterações sofridas na consolidação das Leis trabalhistas no ano 2000 (mudanças nos artigos 428 a 433 e 436 e 437, determinadas pela lei nº 10.097/2000), que atribuíram um novo sentido a lei de aprendizagem, possibilitando o entendimento da importância do aprendiz em face do processo de inclusão social através do trabalho e da geração de renda.

Deste modo, pode aferir-se que a reconfiguração e fortalecimento da aprendizagem possuem relação com o desenho e a implementação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), tendo em vista os objetivos trazidos pela política pautados na criação de postos de trabalho para jovens além da preparação para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda, assim como a busca pela qualificação da juventude para o mercado de trabalho e inclusão social.

De acordo com artigo 62º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou jovem segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem.

O cruzamento entre a aprendizagem e o PNPE realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir do desenho de ações complementares, expressa o entendimento da modalidade de aprendizagem como uma política pública de caráter permanente, agregando qualificação e a inserção em uma única ação. Desta forma, no âmbito do PNPE, a aprendizagem se efetiva a partir de acordos de cooperação técnica celebrados entre o MTE e empresas de médio e grande porte que se comprometem a atender jovens com o perfil definido na Lei do Programa, em cumprimento à obrigação legal de contratar aprendizes, conforme sinaliza o artigo 429 da CLT:

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Redação incluída pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

Sendo assim, a estratégia desenvolvida pelo MTE para o fortalecimento da aprendizagem e aumento das vagas foi pautada na criação de acordos de cooperação contendo plano de trabalho e metas de formação, além de vislumbrar a inserção dos aprendizes no mercado formal de trabalho. Por outro lado, desenharam-se ações de fiscalização do MTE para a garantia do cumprimento da legislação e criaram-se abordagens voltadas para a sensibilização das empresas acerca do conhecimento e aplicabilidade da lei, incentivando a contratação dos jovens aprendizes. Neste sentido, as empresas que se tornam parceiras do programa, aceitando a contratação dos aprendizes, independentemente da força da lei, aderem ao programa pelo viés da Responsabilidade Social (regulamentada pela Portaria nº 392, de 12 de agosto de 2005), e passam a ser certificadas pelo Governo Federal com o selo de “Empresa Parceira do Primeiro Emprego”.

O manual da aprendizagem (2008) sinaliza que a aprendizagem trata-se de algo além da obrigação legal, configurando-se uma ação de responsabilidade social, operando como um instrumento relevante para a promoção da cidadania.

A discussão sobre Responsabilidade Social emerge a partir do surgimento do chamado Terceiro Setor. Segundo Paes (2004:99):

Uma das formas mais tradicionais para definir o Terceiro Setor tem sido apresentá-lo de acordo com a finalidade das ações das organizações que o compõem, sempre entendendo que essas instituições, conseqüências de novos grupos da sociedade civil e dos movimentos sociais, são, além de interlocutores, instrumentos para a consecução de uma nova dinâmica social e democrática, onde as relações são orientadas pelos laços de solidariedade entre os indivíduos, o espírito de voluntariado e o consenso na busca do bem comum.

No que tange a conceituação da Responsabilidade Social, verifica-se que não há um único conceito formal, traduzindo a dimensão e elementos da Responsabilidade Social em sua totalidade. Neste sentido, vários autores têm contribuído para a reflexão em torno do tema, e a definição mais utilizada é fornecida pelo Instituto Ethos:

Responsabilidade social empresarial é forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (Ethos)

Na visão de Toldo (2002:82) a responsabilidade social aparece como:

(...) o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

Melo Nelo e Froes (1999:84) referem-se à Responsabilidade Social como:

(...) um compromisso (...) com relação à sociedade e à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e no uso de recursos que originalmente não lhe pertencem.

Reis (2007) ao analisar a Responsabilidade Social no contexto brasileiro relata que o aprofundamento da questão social e a busca pela superação de tais problemas contribuíram para o surgimento da discussão sobre responsabilidade social das empresas. Salientando que no contexto mundial, o movimento da Responsabilidade Social origina-se na década de 60, contudo no Brasil só materializou-se nos anos 80, apresentando uma historicidade fundada na filantropia. Deste modo, por ser um fenômeno recente, o autor sinaliza que a discussão ainda é reduzida e precisa ser ampliada na esfera social.

Todos os elementos que foram abordados no que tange a questão da aprendizagem se materializam no escopo do Programa Jovem Aprendiz a partir da existência de um programa de aprendizagem, que agrega conteúdo pedagógico desenvolvido por meio de atividades teóricas e práticas, sob a orientação da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, devendo conter: a especificação do público-alvo, os objetivos do curso de

aprendizagem, os conteúdos programáticos a serem ministrados, período de duração, carga horária teórica e prática, mecanismo de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendiz, seguindo os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Arco Ocupacional para os jovens atendidos pelo programa, na faixa etária de 18 a 24 anos.

Segundo esta portaria, cada arco deve garantir uma formação ampla, de modo possibilite o aumento das chances de inserção ocupacional do jovem trabalhador, tanto como assalariado, auto-emprego ou economia solidária. Neste sentido, a descrição dos arcos de ocupações funciona como instrumento de orientador e facilitador do processo de qualificação da juventude, vislumbrando a inserção no mercado de trabalho. No processo de construção dos arcos ocupacionais, foram consultados os Ministérios da Educação, Saúde e do Turismo, contudo ainda serão ouvidos trabalhadores, empresários e outros órgãos públicos afins. Neste sentido, a referida portaria explicita que este projeto encontra-se em processo de construção.

Para efeitos da análise do programa de aprendizagem, salienta-se que as atividades teóricas são aquelas desenvolvidas na entidade formadora, sob orientação desta. Já as atividades práticas são aquelas desenvolvidas na empresa ou na entidade formadora. Neste âmbito, a entidade formadora deverá fornecer à empresa o respectivo plano de curso e orientá-la para que ela possa compatibilizar o desenvolvimento da prática à teoria ministrada (Manual da aprendizagem, 2008).

O artigo 1º, 3§, III e IV da Instrução Normativa nº 26, de 20 de dezembro de 2001, dispõe sobre as condições da validade de contratação do aprendiz:

§ 3º. São condições de validade do contrato de aprendizagem, em observância ao contido no art. 428, § 1º, da CLT:

III – inscrição do aprendiz em curso de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, nos moldes do art. 430 da CLT;

IV – existência de programa de aprendizagem, desenvolvido através de atividades teóricas e práticas, contendo os objetivos do curso, conteúdos a serem ministrados e a carga horária.

As instituições consideradas qualificadas a ministrar os cursos de aprendizagem deverão dispor de estrutura adequada para a execução do programa de aprendizagem, de modo a manter a qualidade do processo de aprendiz, acompanhando e avaliando os resultados do programa, como sinaliza os artigos 429 e 430 da CLT. Assim, são consideradas qualificadas as instituições que integram:

a). Os Sistemas Nacionais de Aprendizagem: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Cooperativismo (SESCOOP);

Caso os Serviços Nacionais de Aprendizagem não ofereçam cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida pelas entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, cabendo à inspeção do trabalho verificar a insuficiência de cursos ou vagas (Art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 5.598/05):

- b). Escolas Técnicas de Educação, inclusive as agrotécnicas;
- c). Entidades sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (arts. 429 e 430 da CLT).

As instituições consideradas qualificadas e os cursos por elas oferecidos e validados pelo MTE podem ser encontrados no Cadastro Nacional de Aprendizagem, previsto no artigo 32 do Decreto nº 5.598/05, disponível no endereço eletrônico do MTE (www.mte.gov.br). Tal ferramenta é um banco de dados nacional que agrega informações sobre as entidades de formação técnico-profissional e dos cursos de aprendizagem ministrados por elas.

Segundo o inciso III do parágrafo 4º da portaria 615/2007, alterado pelo art. 1º da portaria nº 1.003/2008, os conteúdos de formação humana e científica devem estar contemplados no curso de Aprendizagem Profissional. Neste sentido, o MTE sugere alguns eixos temáticos para compor os conteúdos do programa de aprendizagem: 1). Direitos trabalhistas e previdenciários, saúde e segurança no trabalho; 2). Educação fiscal para o exercício da cidadania; 3). Prevenção ao uso indevido de álcool, tabaco e outras drogas; 4). Políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens e 5). Educação para o consumo.

A contratação do aprendiz é realizada a partir de um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, com duração máxima de 2 (dois) anos, no qual o empregador se compromete a assegurar aos jovens inscritos no programa, formação técnico-profissional metódica, tendo compatibilidade com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e cabe ao aprendiz executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a esta formação, como expressa o art.428 da CLT:

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-

profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005)

Neste sentido, a formalização da contratação do jovem é efetivada por meio da anotação em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no livro de registro, ficha ou sistema eletrônico de registro de empregado. No capot função, deve ser inserida a palavra “aprendiz” seguida da função constante no programa de aprendizagem. Em anotações gerais, deve ser especificada a data de início e término do contrato de aprendizagem, de acordo com o artigo 29 da CLT:

Art. 29. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

O empregador não poderá manter o jovem na empresa na condição de aprendiz após o término do contrato (dois anos) e na vigência do contrato de aprendizagem, a empresa não poderá alterar a modalidade deste contrato para prazo indeterminado. Contudo, quando o contrato de aprendizagem cumprir o prazo final, o/ a jovem poderá ser contratado por prazo indeterminado pela empresa, deixando de ser aprendiz.

De acordo com o artigo 433 da CLT, existem situações que podem levar a extinção do contrato de aprendizagem, além do término do seu prazo de duração:

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005)

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

b) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

II – falta disciplinar grave; (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

IV – a pedido do aprendiz. (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

Parágrafo único. Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

Contudo, além das situações previstas no artigo 433 da CLT, há outras hipóteses de rescisão antecipada do contrato do aprendiz sem justa causa, em caso de morte do empregador, falência ou encerramento das atividades da empresa, hipóteses em que terá direito, além das verbas rescisórias, à indenização do artigo 479 da CLT (Parecer/ESC/CONJUR/MTE/Nº 06/2003):

Art. 479. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Parágrafo único - Para a execução do que dispõe o presente artigo, o cálculo da parte variável ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

A contratação, dispensa ou rescisão do contrato do aprendiz devem ser informadas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), pois como empregado contratado sob o regime da CLT, qualquer movimentação referente ao aprendiz deve ser informada por meio do CAGED, conforme dispõe o artigo 1º, § 1º, da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965:

§ 1º. As empresas que dispensarem ou admitirem empregados ficam obrigadas a fazer a respectiva comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, mensalmente, até o dia sete do mês subsequente ou como estabelecido em regulamento, em relação nominal por estabelecimento, da qual constará também a indicação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, para os que ainda não a possuem, nos termos da lei, os dados indispensáveis à sua identificação pessoal. (Renumerado do parágrafo único pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24.8.2001)

O Jovem Aprendiz tem direito ao salário mínimo/hora, observando-se caso exista piso salarial, salvo condição mais favorável fixada no contrato de aprendizagem ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, devendo ser computadas também as horas destinadas às aulas teóricas:

Art. 17. Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo/hora.

Parágrafo único. Entende-se por condição mais favorável aquela fixada no contrato de aprendizagem ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, onde se especifique o salário mais favorável ao aprendiz, bem como o piso regional de que trata a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000. (Decreto nº 5.598/05)

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000) (CLT, art. 428, § 2º)

A jornada de trabalho legalmente permitida ao jovem aprendiz é de 6 (seis) horas diárias, no máximo, para os que ainda não concluíram o ensino fundamental, computadas as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, sendo prevista no contrato (art. 432, *caput*, da CLT); 8 (oito) horas diárias, no máximo, para os que concluíram o ensino fundamental, computadas as horas destinadas às atividades teóricas e práticas (art. 432, § 1º da CLT), cuja proporção deverá estar presente no contrato. Todavia, não poderá ocorrer uma jornada diária de 8 (oito) horas somente com atividades práticas. Em qualquer caso, a compensação e a prorrogação da jornada são proibidas (art. 432, *caput*, da CLT). Na fixação da jornada dos aprendizes na faixa de dos 14 aos 18 anos, a entidade qualificada em formação profissional metódica deve também observar os demais direitos assegurados pela Lei nº 8.069/90 – ECA, conforme explicita o artigo 21 do Decreto nº 5.598/05:

Art. 21. Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

Parágrafo único. Na fixação da jornada de trabalho do aprendiz menor de 18 (dezoito) anos, a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica levará em conta os direitos assegurados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Como as horas dedicadas às atividades teóricas também integram a jornada do aprendiz, elas poderão ser descontadas em caso de faltas que não forem legalmente justificadas (art. 131 da CLT) ou autorizadas pelo empregador.

Além do salário, os aprendizes gozam de outros benefícios como: vale-transporte para deslocamento residência/ atividades teóricas e práticas (art. 27. É assegurado ao aprendiz o direito ao benefício da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte. Decreto nº 5.598/05); caso haja previsão expressa nos acordos ou convenções coletivas ou por liberalidade do empregador, são asseguradas ao aprendiz as vantagens e/ou benefícios concedidos aos demais empregados das empresas (art. 26). As convenções e acordos coletivos apenas estendem suas cláusulas sociais ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis (Decreto nº 5.598/05). Com relação ao seguro-desemprego, o aprendiz só terá direito caso tiver o contrato rescindido, antecipadamente, sem justa causa e desde que venha a preencher os requisitos legais (art. 3º da Lei nº 7.998/90). Aos aprendizes na faixa etária dos 14 aos 18 anos também são assegurados todos os direitos trabalhistas e previdenciários (Lei nº 8.069/90):

Art. 3º. Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

II - ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III - não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV - não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família. (Lei nº 7.998/90)

Art.65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. (Lei nº 8.069/90)

Em suma, o contrato de aprendizagem deverá conter o curso, a jornada diária e semanal, a definição da quantidade de horas teóricas e práticas, a remuneração mensal e o termo inicial e final do contrato, que devem coincidir com o início e término do curso de aprendizagem, previsto no respectivo programa.

3.2.3. Obrigatoriedade da contratação dos aprendizes

A questão da obrigatoriedade é outro elemento que integra o escopo do Programa Jovem Aprendiz, assim os estabelecimentos de qualquer natureza, que tenham pelo menos 7 (sete) empregados, são obrigados a contratar os aprendizes, de acordo com o percentual fixado pela lei. Neste viés, a obrigatoriedade de contratação torna-se absoluta às pessoas jurídicas de médio e grande porte e facultativa para as empresas de pequeno porte (EPP) e microempresas (ME), inclusive as que fazem parte do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições, denominado “Simples” (art. 11 da Lei nº 9841/99), bem como pelas Entidades sem Fins Lucrativos (ESFLs) que tenham por objetivo a educação profissional (art. 14 do Decreto nº 5.598/05).

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

A quantidade de aprendizes na empresa origina-se a partir do levantamento do número de cargos, cujas funções demandam formação profissional, excluindo as funções que exijam formação de nível técnico ou superior e os cargos de direção, de gerência ou de confiança (art. 10, § 1º, do Decreto nº 5.598/05); os empregados em regime de trabalho temporário, instituído pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1973 (art. 12, do Decreto nº 5.598/05) e os aprendizes já contratados. Sendo assim, deverão ser contratados no mínimo 5% e no máximo 15 % do número de cargos apurados, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades.

3.2.4. Atores sociais e competências

Fleury (2002:25) em análise sobre as tendências atuais das políticas sociais da América Latina demonstra que o conceito de política social é complexo por envolver:

uma dimensão valorativa fundada em um consenso social que orienta a tomada de decisões; uma dimensão estrutural que recorta a realidade de acordo com setores baseados na lógica disciplinar e nas práticas e estruturas administrativas; (...) sendo uma política pública, envolve processos político-institucionais e organizacionais relativos à tomada de decisões, ao escalonamento de prioridades, ao desenho das estratégias e à alocação dos recursos e meios necessários ao cumprimento de metas; um processo histórico de constituição de atores políticos e sua dinâmica relacional nas disputas de poder (...).

O processo de formulação de políticas sociais agrega diversos elementos que modelarão seu desenho e implementação, tais políticas surgem a partir de uma necessidade social legítima, advinda das pressões exercidas pelos diversos grupos. Neste sentido, os problemas se transformam em questão social e entram na agenda pública como prioridade/objeto na medida em que atores sociais reconhecem tais necessidades. A emergência deste reconhecimento estará ligada a interesses econômicos, culturais e políticos, portanto, os atores sociais influenciarão todo o processo de formulação, nos seus diferentes momentos, sendo orientados e movidos para diversificados interesses, fazendo da formulação um processo de contradição: conflito, disputas e alianças.

Lobato (2008) aponta que a relação Estado/Sociedade é o lócus por excelência para concretização dessas políticas, onde engendram interesses representados pelos diversos atores sociais. De acordo com a autora, é possível verificar na constituição histórica do Brasil o corporativismo e o clientelismo, onde se configurou uma via de relacionamento entre a Sociedade e o Estado, assim no processo de formulação constata-se uma interação simultânea de diversos interesses, representada por diversos segmentos e setores, onde se encontra

também o Estado. Tal cenário aponta que os atores sociais presentes no processo de formulação/ revisão das políticas se articularão a partir de uma lógica de representação dos mais variados interesses, tanto de ordem política, quanto econômica, ideológica etc. Desta forma, conclui-se que a representação de interesses concretizada pelos atores sociais moverá o objeto da política, influenciando no seu formato, escopo e métodos.

Os conflitos gerados pelos atores podem ser de ordem econômica, cultural, ética e moral. Góis (2002) demonstra que configurações de poder estão sujeitas a conflitos internos e influência externa, podendo ter o seu formato alterado. Vale dizer que o jogo de interesse entre os atores pode alterar o objeto da política, sendo assim, é de suma importância considerar os atores em suas posições, formação de consenso ou não consenso, conflitos e interesses.

Lüchmann e Rodrigues (2007), ao analisarem a luta do movimento antimanicomial no Brasil, registram a presença de conflitos entre dois pólos formados pelos antimanicomialistas versus os manicomialistas, além da existência de diferenças e disputas no interior do próprio movimento de luta antimanicomial. De acordo com os autores, a articulação deste movimento social chocou-se com a percepção preponderante, permeada pela discriminação e controle social/ institucional acerca da construção da loucura e do imaginário social do “louco” presente no país. Nestes termos, ao caracterizarem as dinâmicas e articulações dos atores sociais na arena política, afirmam que:

Os atores sociais da reforma psiquiátrica nas décadas de 1970 e 1980 vêm constituindo um campo de ações e lutas sociais, a partir de um conjunto de sujeitos e setores (...) assim, são estes atores que, com suas ideologias, perspectivas e práticas diferentes constituem um cenário conflitante, de enfrentamento e que conferem o principal campo das tensões na área da saúde mental e psiquiátrica no Brasil. (Lüchmann e Rodrigues, 2006:4004)

Spink et al (2009), ao investigarem os aspectos do processo de construção do tabagismo como problema de saúde pública no contexto de formulação de políticas sanitárias transnacionais, relatam que a veiculação de discursos/ narrativas em torno deste objeto, orientaram as práticas sociais. De acordo com os autores, a constituição do tabaco como problema de saúde não se deu apenas por meio de índices quantitativos, visto que havia interesses dos governos em apoiar as ações da Organização Mundial da Saúde (OMS) na esfera do controle do tabagismo, uma vez que tal interesse estaria relacionado com os benefícios e custo do tabagismo ao Estado. Assim, Best (1987), relata que os atores sociais interessados em legitimar um problema, utilizam diversos recursos e estratégias discursivas. Nesta via, esses atores desenvolvem segundo Best (1987), uma retórica de caráter dramático,

com a intencionalidade de demarcar a necessidade de mobilização e indignação, a fim de defendê-lo como problema social, digno de incorporar a agenda pública, tendo como resposta a formulação das políticas sociais. Ainda seguindo esta linha sobre a efetivação de práticas a partir da veiculação de discursos, Góis (2000) ao examinar a construção de uma percepção sobre a homossexualidade como signo de patologia nos Estados Unidos, constata que tal percepção influenciou a associação entre Aids e comunidade gay naquele país, além de argumentar que estas percepções fundadas no senso comum popular possuíam uma certa racionalidade:

(...) apóio-me na concepção de que a racionalidade humana é sempre uma racionalidade possível, e não uma racionalidade desejável e perfeita. Uma racionalidade possível, ao seu turno, é a expressão histórica e, portanto, não despojada, e menos ainda despojável, de antíteses que jazem em seu interior. Tais antíteses são as nossas crenças e os artefatos culturais da civilização que dão significado, para o bem e para o mal, com erros e acertos, às nossas experimentações e experiências sensoriais, afetivas, estéticas e econômicas (2000:77).

Silva e Labra (2001:168) examinando o processo de formulação e decisão política na área da Saúde no Estado do Rio de Janeiro, relatam que a relação boa ou ruim entre as instâncias dependia necessariamente de uma “correlação positiva ou negativa entre as forças políticas (por causa de posições estratégicas na arena política, influência partidária e poder de veto) e da capacidade dos atores para colocar seus interesses e influírem nas decisões”. Nesta via, as autoras sinalizam que:

(...) como qualquer outro processo decisório, a política de saúde é fruto de um complexo jogo de negociações e confrontações entre a burocracia estatal, profissionais de saúde, sindicatos, partidos políticos, grupos de interesse e associações da sociedade civil. Logo, no setor saúde, como nos outros espaços do processo de decisão política, os grupos se organizam e negociam seus interesses. As instâncias colegiadas do SUS, especificamente os Conselhos de Saúde e as Comissões Intergestores Bipartites, constituem arenas de embates constantes entre escolhas políticas e técnicas, assumindo elevado grau de importância na formulação e implementação da política de saúde atual.

No campo da política de juventude, também se constata a existência de processos permeados por conflitos e disputas. De um lado presencia-se o Movimento de Meninos e Meninas de Rua na luta pela criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e pela consolidação de uma política de atenção/ proteção integral a este segmento; e de outro lado encontra-se atores como o Estado, Mídia e alguns segmentos da população, na arte da produção de discursos pautados na articulação entre juventude, pobreza e violência, apontado

para o grau de periculosidade e ameaça que estes jovens representavam para a sociedade, demandando então políticas repressivas.

Neste âmbito, emerge a figura do “menor” na arena pública; a adjetivação-substantivada “*menor*” vem sendo utilizada desde o tempo da criação do Código de Menores e continua a marcar a linguagem nos meios de comunicação, tal termo não representa apenas a inferioridade em relação ao tamanho ou idade, como representa a inferioridade em relação à hierarquia, à posição nos lugares sociais. E quem é o menor presente nos discursos sociais? O menor é o jovem pobre, é aquele que não representa a beleza “endeusada” pela sociedade, o menor é o excluído e desassistido. O menor também pode ser associado àquele segmento que não tem as mesmas oportunidades em se reproduzir com sucesso, alcançando o status social, possivelmente jamais será capa de revistas para vender produtos, ou caso se torne capa de revistas será para vender métodos de segurança, pois possivelmente representará o perigo, a insegurança e a vigília.

Diante deste contexto permeado por oposições e percepções, observa-se que a partir dos anos 1990, novos atores sociais são acrescentados nesta arena: parcerias com instituições da sociedade civil, prefeituras, conselhos de direitos, poder executivo federal e estadual, este cenário possui uma relação com o próprio artigo 86 da lei 8.069/90, onde discorre sobre a efetivação da política de atendimento a partir de ações governamentais, não-governamentais, união, Estados, Distrito Federal e Municípios. Obviamente que este cenário será alimentado pelos conflitos e jogo de interesses, não apenas no que diz respeito à concepção de juventude para esses atores, como também em relação aos recursos e bens públicos limitados (podendo servir como negociações e formação de consensos, ainda que provisórios). A classificação da faixa-etária na definição de público-alvo para a política de juventude sofrerá alteração não apenas com as dinâmicas regionais, dificuldade de concepção, mais também com interesses de determinados grupos e com limites políticos vigentes.

Tal como sinalizado, o Programa Jovem Aprendiz, assim como toda política social, conta com a presença de variados atores sociais que tornam esta política possível. Sendo assim, cada ator possui um papel e competência presente desde o desenho até o processo de avaliação e revisão desta política: a). **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)** – Cabe ao MTE fiscalizar o cumprimento da legislação sobre a aprendizagem, bem como dirimir as dúvidas suscitadas por quaisquer das partes envolvidas; b). **Delegacias Regionais do Trabalho (DRT)** – Cabe às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, por meio da fiscalização do trabalho, fiscalizar o cumprimento das cotas de aprendizes às quais cada

empresa está obrigada; c). **Conselho Tutelar** - Cabe aos Conselhos Tutelares promover a fiscalização dos programas desenvolvidos pelas ESFL, para os aprendizes menores de 18 anos, verificando, dentre outros aspectos, a adequação das instalações físicas e as condições gerais em que se desenvolve a aprendizagem, a regularidade quanto à constituição da entidade e, principalmente, a observância das proibições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os requisitos elencados no art. 3º, *caput* e incisos I a VII, da Resolução nº 74, de 13 de setembro de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); d). **Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)** - Cabe ao CMDCA analisar e aprovar não só as organizações que têm a intenção de atuar com crianças e adolescentes, mas também seus Programas de Aprendizagem. As entidades sem fins lucrativos, governamentais ou não-governamentais, que tenham por objetivo tanto dar assistência ao adolescente quanto educação profissional, assim como as Escolas Técnicas de Educação, deverão se inscrever no CMDCA; e). **Empresas** – Devem contratar o aprendiz, remunerando-o de acordo com os termos legais, além de garantir-lhe os direitos trabalhistas e previdenciários. A responsabilidade da matrícula do aprendiz no curso de aprendizagem é do empregador, cabendo a ele designar formalmente um monitor, que ficará responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, buscando garantir sempre uma formação que possa de fato contribuir para o seu desenvolvimento integral e a consonância com os conteúdos estabelecidos no curso em que foi matriculado, de acordo com o programa de aprendizagem (art. 23, § 1º, do Decreto nº 5.598/05); f). **Entidades Formadoras** – As Entidades Formadoras são responsáveis pela capacitação e formação, organizando e desenvolvendo os programas de aprendizagem, com o conteúdo programático, ementa, carga horária, período de duração, métodos de avaliação do programa. Além destas atribuições, são as entidades formadoras que conferem a certificação ao aprendiz no término do programa e atestam o desempenho insuficiente ou a inadaptação do aprendiz referentes às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado em laudo de avaliação elaborado pela instituição de aprendizagem (art. 29, I, Decreto nº 5.598/05); e g). **Aprendizes** – Cabe ao aprendiz executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação, participando do programa de aprendizagem, a partir das atividades teóricas e práticas, respeitando a carga horária e frequência.

O manual da Aprendizagem (2008:17-18) sinaliza algumas penalidades e/ou providências cabíveis nos casos de infração da lei:

- lavratura de auto(s) de infração e conseqüente imposição de multa(s) administrativa(s), no âmbito do MTE (art. 434 da CLT), garantido o direito de ampla defesa e contraditório;
- encaminhamento de relatórios ao Ministério Público do Trabalho (MPT), para as providências legais cabíveis – formalização de termo de ajuste de conduta, instauração de inquérito administrativo e/ou ajuizamento de ação civil pública;
- encaminhamento de relatórios ao Ministério Público Estadual/Promotoria da Infância e da Juventude para as providências legais cabíveis;
- nulidade do contrato de aprendizagem, com conseqüente caracterização da relação de emprego com aquele empregador, na forma de contrato de prazo indeterminado, ainda que a contratação tenha sido feita por meio de ESFL (art. 15 do Decreto nº 5.598/05);
- encaminhamento de relatórios ao Ministério Público Estadual ou Federal, para as providências legais cabíveis, caso sejam constatados indícios de infração penal.

Os poucos estudos, porém relevantes, em torno do Programa Jovem Aprendiz têm identificado algumas dificuldades e entraves presentes na relação entre os atores sociais na viabilização desta política, tais como: a). Delegacias Regionais do Trabalho: carência de critérios comuns de atuação e papéis pouco definidos (fiscalização/normatização de programas de capacitação); b). Empresas: falta de informação e falta de consciência das vantagens para o negócio (obrigatoriedade); c). CMDCA's: falta de informação, deturpação do papel (arbitragem dos programas) e defesa de poderes e burocracia; d). Entidades Formadoras: 1- Escolas Técnicas: falta de interesse (programas de formação/qualificação); 2- Sistema S: falta de interesse (gratuidade/cursos pagos), algumas categorias (sistema financeiro) não têm Sistema S, 3- ONGs Formadoras: Oferta insuficiente, dificuldades de certificação, competência técnica insuficiente ou inadequada, dificuldade de articulação (empresas e DRT) e dificuldade de financiamento.

No próximo capítulo a seguir será apresentado o campo no qual a pesquisa foi realizada, a partir da caracterização do cenário de pesquisa, sujeitos entrevistados e recurso metodológico adotado, assim como as dificuldades encontradas pela pesquisadora durante o processo de desenvolvimento da pesquisa e inserção no campo, além de discorrer sobre o acolhimento dos participantes com a pesquisa.

Capítulo IV

A Construção Empírica dos Dados: Um Olhar Sobre a Cidade de Niterói e Seus Jovens

O presente estudo é caracterizado como pesquisa¹ de natureza qualitativa, de acordo com Minayo (1993). Este tipo de pesquisa se dedica a análise dos significados que os indivíduos dão as suas ações, no espaço que constroem as suas vidas e suas relações, existindo uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O pesquisador é integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado.

A pesquisa qualitativa origina-se da pesquisa antropológica e sociológica, Denzin et al (2000:3), conceitua a abordagem qualitativa como:

(...) atividade determinada que coloca o observador no mundo. Consiste num cenário de práticas interpretativas que torna o mundo visível. Estas práticas transformam o mundo. Elas tornam o mundo uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, diálogos, fotografias, gravações e memórias pessoais. Nesta perspectiva, pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalística do mundo.

Minayo (2004) salienta que a pesquisa qualitativa é complexa, uma vez que sua complexidade é proveniente do fato de não existir uma estratégia própria e única para a sua condução metodológica e interpretativa. Nesta perspectiva, não há um paradigma ou teoria única que a caracterize, pois são várias as concepções teóricas que reivindicam a pesquisa qualitativa: construtivismo, estudos culturais, feminismo, marxismo e modelos étnicos de estudos. A autora também sinaliza as variáveis presentes nos métodos e práticas, traduzidas na semiótica, narrativa, conteúdo, análise de fonemas, ou mesmo de estatísticas, gráficos e tabelas. Também sendo utilizadas técnicas e abordagens metodológicas originadas da etnometodologia, fenomenologia, hermenêutica, psicanálise e observação participativa, entre outras. Neste ínterim, Minayo (2004:10) caracteriza a análise qualitativa como capaz de:

¹ As pesquisas em ciências humanas são alicerçadas em uma variedade de tradições filosóficas, epistemológicas e metodológicas que revelam a atividade do sujeito cognoscente no processo do conhecimento, no historicismo, na dialética, na filosofia da existência, na fenomenologia. Também nas pesquisas etnográficas e antropológicas evidencia-se que os conhecimentos dependem do contexto sócio-cultural e do modo como os atores sociais se percebem nas condições e no meio em que vivem (Minayo, 1993).

(...) incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Godoy (1995:58) pontua algumas características da pesquisa qualitativa:

(...) considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave: possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatístico; e por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

A metodologia qualitativa aqui adotada assumiu a proposta de privilegiar a busca de sentidos e significados partindo da fala dos participantes e respeitando a integralidade do que expressam de modo o mais espontâneo possível (Minayo, 2008). Numa verdadeira abordagem hermenêutica, buscou-se ver os fenômenos em seu contexto, articulando aspectos ligados aos consensos e convergências de entendimento, mas também avaliando as divergências, as contradições e as intransparências de sentido, numa perspectiva dialética.

Netto (1989:43) compreende a abordagem dialética na perspectiva em que:

(...) arranca da expressão empírica para apanhar a processualidade que a dissolve e resolve, na busca de suas tendências e regularidades; entretanto, esta perspectiva, a sistematização do material empírico não fornece o quadro a partir do qual se constrói um modelo – antes, constitui um elenco de determinações simples que permite o movimento da razão no sentido de agarrar e reconstruir o movimento imanente do processo objetivo, o movimento do objeto real. A reflexão teórica, nesta ótica, não constrói um objeto: ela reconstrói o processo do objeto historicamente dado. A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência é uma reprodução ideal de um processo real.

Neste sentido, o método utilizado nesta pesquisa, aqui é entendido “como uma relação necessária entre sujeito que investiga e objeto investigado” (Netto, 1986:52), uma vez que parte da concepção do materialismo histórico-dialético, como o processo de conhecimento pelo qual se aprende a realidade com vistas à sua transformação. É este processo, que possibilita que em uma determinada realidade objetiva, sejam analisados seus elementos contraditórios, a partir do estabelecimento das relações entre vários fenômenos, sem isentar o fato de que se trata de uma realidade concreta. Assim, implica, pois, a partir da realidade imediata, aparente, vivenciada pelo sujeito, relacioná-la com a situação global, através da explicitação da relação estrutural/conjuntural, em busca da sua essência. Ressalta-se que o estabelecimento destas relações – do imediato com a realidade mais ampla, do particular com o geral, do micro com o macro, das relações cotidianas com as relações mais amplas – se

processa através da conexão dos fenômenos observados e da identificação de suas contradições, entendendo que cada fenômeno se constitui como síntese de múltiplas determinações históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais.

4.1. Os instrumentos de pesquisa

Para a coleta de dados, aplicou-se a técnica de entrevista semi-estruturada, abrangendo várias situações da implementação do programa de aprendizagem assim como a experiência vivenciada pelos jovens no setor bancário. Também foram utilizadas no trabalho de campo as técnicas de observação participante.

A observação participante é uma técnica utilizada em pesquisa qualitativa que permite ao pesquisador conhecer melhor uma realidade que se pretende estudar. O pesquisador tem um questionamento que precisa ser respondido, assim, sua ida ao campo tem uma finalidade clara e esta resposta pode ser conseguida através da observação participante. Nesta perspectiva, o compromisso profissional do pesquisador deve ser guiado em busca da “verdade”, não se deixando seduzir por algo escamoteador ou ilusório e estar atento, sempre, não deixando ser amarrado por ideologias que concretizem um novo dogma.

Minayo (2008) relata que a entrevista se configura em um terreno enriquecedor para a produção de significados e resignificação de mensagens a partir das falas dos sujeitos. Isto porque, ao falar, o sujeito se revela como produtor de sentidos e discursos, tendo como referencial suas condições humanas e materiais. Neste viés, a autora destaca que a entrevista representa uma das técnicas mais utilizadas no processo de trabalho de campo, tendo dois níveis relevantes: no primeiro representa uma comunicação verbal, reforçando a importância da linguagem e do significado da fala; em outro nível, serve como meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (Minayo, 1999:110)

A autora sinaliza que a técnica da entrevista semi-estruturada parte da elaboração de um roteiro, assim suas qualidades consistem em classificar de forma mais abrangente às questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos, da definição do objeto de investigação.

Gaskell (2003) aponta que a realização de entrevistas numa abordagem qualitativa possibilita a obtenção de dados relevantes para o desenvolvimento e a compreensão das relações estabelecidas entre os atores sociais e suas respectivas situações, assim, “o objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (p.65).

Nesta pesquisa, o roteiro de entrevista abrangeu as questões relativas à implementação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) na modalidade Jovem Aprendiz, alocada no setor bancário no município de Niterói, buscando identificar o efeito desta política sobre os jovens atendidos neste programa. Neste âmbito, Minayo (2008) relata que as qualidades da elaboração de um roteiro consistem em classificar de forma mais abrangente possível às questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos.

Nestes termos, a construção do roteiro no âmbito da entrevista semi-estruturada deve orientar e servir como facilitador ao pesquisador, e não para direcionar e cercear as falas dos entrevistados. Juntamente com a realização das entrevistas, construiu-se um diário de campo para o registro das informações que não faziam parte do material formal da entrevista, e um relatório da pesquisa, com a finalidade de descrever todos os caminhos percorridos desde a entrada até a saída do campo.

As exigências éticas relativas à pesquisa foram atendidas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos jovens aprendizes, participantes das entrevistas.

O material de entrevista gravado em áudio, em sua íntegra, foi transcrito e constitui o *corpus* de análise que será aqui apresentado e discutido.

4.2. O cenário da Pesquisa

A entrada no campo se deu a partir do levantamento dos aprendizes presentes nas agências bancárias no município de Niterói. Deste modo, a pesquisadora compareceu nas agências a fim de sistematizar as informações e aproximar-se do objeto de pesquisa, buscando a criação de vínculos para iniciar as entrevistas. O período da pesquisa de campo foi de Maio a Julho de 2010.

4.2.1. O Município

Niterói significa “porto sinuoso” ou “água que se esconde²”, é município do estado do Rio de Janeiro, fundado no ano de 1573 pelo índio Araribóia. Nesta perspectiva, destaca-se que este município originou-se da doação realizada por Portugal de uma sesmaria ao indígena Araribóia, que se uniu aos portugueses na defesa do domínio luso sobre as terras recém-anexadas ao Império Colonial Português contra as tentativas francesas de instaurar um império ultramarino.

Inicialmente, não se formaram centros urbanos no município, em virtude da sua proximidade com o Rio de Janeiro, uma vez que todas as atividades do comércio centralizavam-se nesta cidade.

Em 1819, foi criada a Vila Real da Praia Grande, onde hoje se ergue o centro da cidade, núcleo a partir do qual se desenvolveu a futura capital fluminense. No ano de 1934 é instaurado o Ato Adicional que ao criar o município neutro para abrigar a capital do país, determinou que a Assembléia da província do Rio de Janeiro, tornada autônoma, passasse a reunir-se fora dele. A Vila Real da Praia Grande foi escolhida para capital fluminense, sendo elevada à categoria de cidade, com o nome de Niterói, em 1835. A partir deste momento iniciou-se a industrialização, com a instalação de estaleiros. No final do século XX Niterói possuía o serviço de bondes, que possibilitou o crescimento urbano.

No início do século XX surge o primeiro surto industrial, que se faz acompanhar da multiplicação dos serviços urbanos. Uma segunda fase de desenvolvimento iniciou-se depois de 1940, integrando o processo de expansão urbana dos municípios do Grande Rio.

No ano de 2009³, a população totalizava o número de 479.384 habitantes, com área de 129, 375 km², com densidade demográfica de 3.504 hab/km².

Segundo levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) em 2009 sobre as 100 melhores cidades brasileiras para se viver, no Estado do Rio de Janeiro, Niterói aparece na 65^o posição. De acordo com a instituição, o índice de Niterói foi impulsionado pela área da saúde. O ranking estabelecido pela FIRJAN comparou os dados sobre a criação de emprego e renda, qualidade e oferta de educação e atenção básica⁴.

O município tem o terceiro Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Sendo considerado o

² Na língua dos habitantes indígenas.

³ Dados do IBGE, 2009.

⁴ Dados disponíveis em <http://niteroi.dreamhosters.com/niteroi-qualidade-de-vida>

primeiro município do Estado do Rio de Janeiro em qualificação de mão-de-obra e inclusão digital.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Niterói no ano 2000, representava o município mais escolarizado, com o maior índice de frequência escolar entre a população de 7 a 14 anos (97, 52%). Sendo assim, a média de estudo, no ano pesquisado, alcançava a 9,5 com taxa de alfabetização de 96,4% na população acima de 15 anos e mais de 25.000 pessoas cursando o ensino superior⁵.

A divisão territorial do município agrega quarenta e oito bairros agrupados em doze regiões administrativas, conforme sinaliza o quadro:

Barreto	Centro	Engenhoca	Fonseca	Icaraí	Ingá
Barreto	Bairro de Fátima	Engenhoca	Fonseca	Icaraí	Boa Viagem
Ilha da Conceição	Centro	Tenente Jardim		Vital Brazil	Gragoatá
Santana	Ponta d' Areia				Ingá
	São Lourenço				Morro do Estado
					São Domingos
Pendotiba	Praias Oceânicas	Stª Bárbara	Stª Rosa	São Francisco	Rio do Ouro
Badu	Cafubá	Baldeador	Cubango	Cachoeiras	Muriqui
Cantagalo	Camboinhas	Caramujo	Pé Pequeno	Charitas	Rio do Ouro
Ititioca	Engenho do Mato	Stª Bárbara	Stª Rosa	Jurujuba	Várzea das Moças
Largo da Batalha	Itacoatiara		Viçoso Jardim	São Francisco	Vila Progresso
Maceió	Itaipú		Viradouro		
Maria Paula	Jacaré				
Matapaca	Piratininga				
Sapê					

Quadro 1: Divisão Territorial do Município de Niterói

Segundo dados da Niterói Empresa de Lazer e Turismo (NELTUR), Niterói despontou como ponto de apoio às cidades produtoras de petróleo do Brasil, em virtude da sua localização entre as bacias de Campos e de Santos, que representam as duas maiores bacias de petróleo e gás natural do Brasil. Neste sentido, o município tem apresentado relevância para o crescimento nacional do setor.

⁵ Fonte: Centro de Informações Turísticas – Niterói Empresa de Lazer e Turismo (NELTUR).

O Guia⁶ on line de Niterói apresenta o município como:

(...) Niterói oferece a sua população exemplos de prevenção na área de saúde e saneamento básico. Pioneiro na implantação do Programa Médico de Família, o município é um dos poucos no Brasil a ter 100% de sua área atendida com fornecimento de água tratada e 75% dos dejetos coletados e tratados em uma ampla rede de esgoto que inclui cinco Estações de Tratamento.

Niterói com qualidade. Adotou políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano, mas aliadas a um extenso e planejado processo de inclusão social, priorizando as áreas de saúde, educação, desenvolvimento econômico, educação, cultura e saneamento. Quem vive em Niterói tem motivos para se orgulhar. Durante anos, considerado uma “cidade-dormitório”, o município é hoje referência em serviços e qualidade de vida, mostrando que é possível crescer de forma unificada, gerando empregos, renda, investimentos e, acima de tudo, um bom lugar para viver.

O Guia encerra a apresentação com um convite: “Seja bem vindo e aproveite o que nossa cidade tem de melhor! ”.

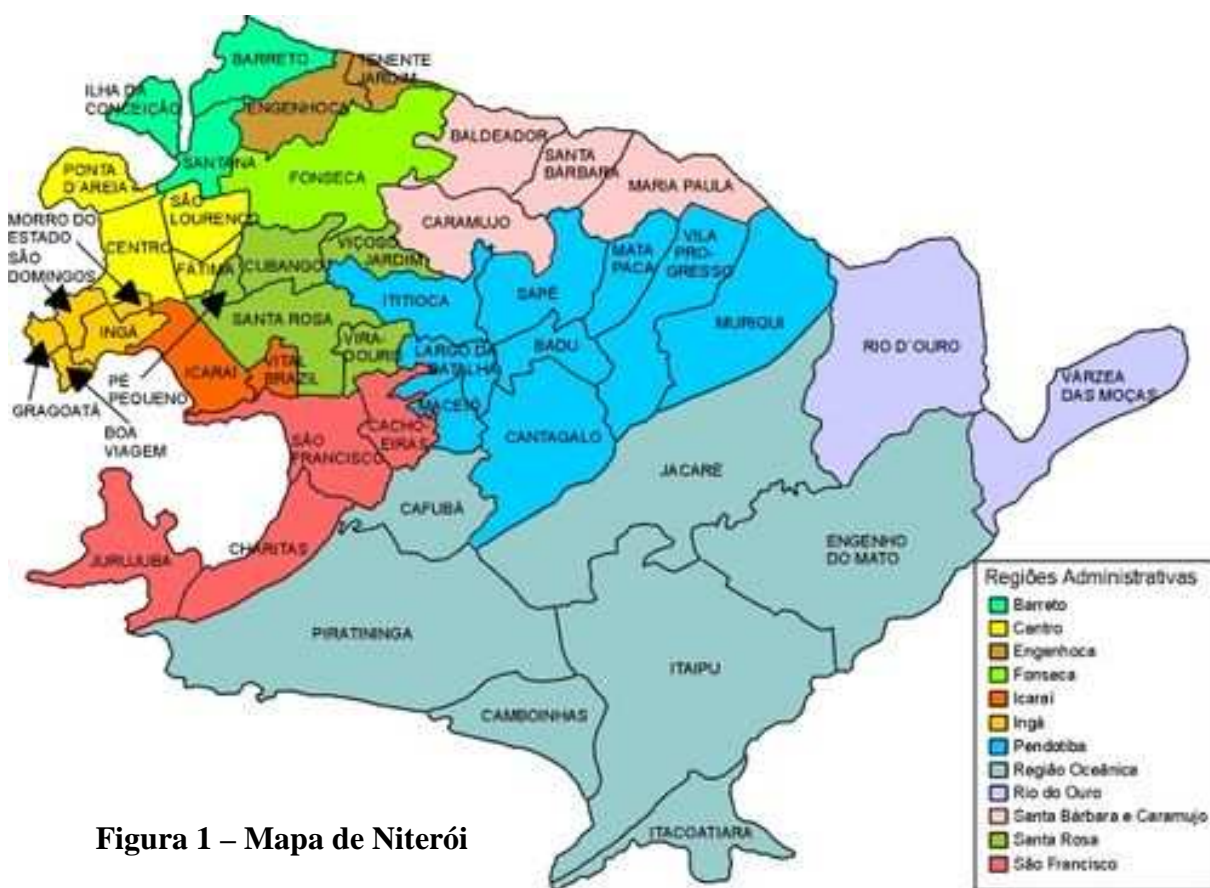


Figura 1 – Mapa de Niterói

É possível verificar que o município de Niterói encontra-se em situação privilegiada ao compará-lo com outras realidades regionais de outros municípios, no que se refere à questão orçamentária, a infraestrutura, política de saúde etc. No entanto destaca-se que, como toda

⁶ Disponível em <http://www.guianiteroi.com.br/cat/cidade>. Acesso em: 22/06/2010 às 19h.

grande metrópole, as situações de violências, medo, insegurança, desemprego etc, também estão presentes e dialogam com a cidade.

Neste sentido, a matéria publicada pelo jornal O Dia⁷ on line em 2008, com a manchete: “Violência assusta Niterói”, apontava que o crescimento do índice de assaltos a pedestres e de ataques a motoristas preocupava os moradores niteroienses:

Niterói - Acostumada a ocupar a terceira posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades brasileiras, Niterói recebe agora um título nada honroso: o da insegurança. O crescente número de assaltos a pedestres — somente na área de Icaraí, considerada a ‘Zona Sul’ do município, houve um acréscimo de 13% neste semestre em relação ao mesmo período do ano passado — e de furtos de veículos amedrontam os moradores, que admitem mudança de comportamento por causa da violência.

O Jornal O Globo⁸ em 2009, também apontava para o aumento da violência no município:

A morte do inspetor aposentado da Polícia Civil, Higino da Silva Savani, de 64 anos, executado na manhã deste domingo com quatro tiros em Niterói, é mais um reflexo do aumento da violência em Niterói. Desde o ano passado, os índices divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) da Secretaria de Segurança Pública, não param de crescer.

Nessa perspectiva, se faz necessário a compreensão da importância do território, ou seja, o território é mais que o espaço habitado, ele é o espaço de vivência, de construção de relações, de sociabilidade, de organização política e de vinculação afetiva. Sendo assim, as situações de violências são produzidas dentro de um espaço geográfico e incide sobre um território, social, cultural e politicamente situado.

A análise do território passa agregar as diversidades traduzidas no olhar sobre o cultural, econômico e político, propiciando o entendimento do espaço em construção. De acordo com Raffestin (1993:143):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator “territorializa” o espaço.

Sendo assim, ao definir o conceito de território, Raffestin (1993:144) apresenta-o como:

(...) um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

⁷ Disponível em: http://odia.terra.com.br/rio/htm/violencia_assusta_niteroi_201061.asp. Acesso em: 22/06/2010 às 18h.

⁸ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/01/25/dados-do-isp-revelam-que-violencia-em-niteroi-esta-subindo-754137879.asp>. Acesso em: 22/06/2010 às 17h.

Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (...).

De acordo com Santos (2000:96) o conceito de território constitui-se:

(...) chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Na concepção deste autor, a ideia de território surge como espaços onde os sentimentos de pertença e/ou identidade estão atrelados ao que as pessoas sentem em relação aos territórios em que vivem. O território aqui é, portanto, o cenário de produção e reprodução do trabalho, das manipulações culturais, materiais e espirituais.

Souza (2001) aponta que território é todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder⁹, “(...) do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN” p. 11.

Na visão de Andrade (1995:19) o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar:

(...) estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

De acordo com Souza (2003:86):

(...) a territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui, o território será um **campo de forças**, uma **teia** ou **rede de relações sociais** que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*). [grifos do autor].

A discussão do território mais flexível e relacional possui um vínculo estreito com o objeto desta pesquisa, ao analisar a luta de forças de dois elementos extremos, onde de um lado incide a força daqueles jovens desempregados juntamente com aqueles que, mesmo sendo inseridos no mercado de trabalho, resistem às dificuldades para se manter no emprego e de outro lado, as metamorfoses do mundo do trabalho, sinalizada por Antunes (1995), que

⁹ A noção de poder inclui sua natureza econômica e simbólica. O poder não é adquirido e sim exercido e este também vem de baixo, onde não existe oposição binária e global entre dominador e dominado. (Cf. em FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979).

lança seus tentáculos, através do processo de intelectualização do trabalho e demanda pelo trabalhador polivalente.

O processo de formulação da política de juventude no município de Niterói iniciou-se a partir da construção do debate sobre Juventude no interior da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude (CPPJ) no município, que neste momento ainda não tinha o status de institucionalidade, articulando-se na informalidade¹⁰. Tal debate foi construído pelos militantes do Movimento Estudantil do Partido dos Trabalhadores – PT, que já realizavam as discussões referentes à juventude, no interior do partido, e é como o apoio da Secretaria de Assistência Social em 1999 que se tornou viável a inserção da temática da juventude dentro da Secretaria.

Destaca-se que o surgimento da política de juventude em Niterói possui relação com a experiência religiosa, uma vez que as lideranças das igrejas católicas e evangélicas estiveram ativamente neste processo, como atores sociais indispensáveis para a viabilização desta política.

Salienta-se que os primeiros esforços para se trabalhar com a juventude no município não se constituíam uma política propriamente dita e sim ações esporádicas, com a realização de ciclos de palestras, festivais musicais, campanhas de saúde e encontros juvenis, buscando a aproximação com a comunidade.

A chegada do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano constituiu-se como um marco no que se refere à política de juventude no município. Embora os gestores não contassem, neste momento, com recursos municipais, profissionais qualificados e estrutura adequada para a operacionalização das ações, o Agente Jovem possibilitou a visibilidade do debate juvenil engendrado no município e legitimou a necessidade de formulação de políticas destinadas à juventude.

Em 2003, o decreto municipal nº 9029/2003, formaliza a Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude (CPPJ) como órgão responsável por articular, promover e executar políticas públicas para faixa etária de 15 a 29 anos no Município de Niterói. Suas ações (programas e projetos) são orientadas pela Política Nacional de Assistência Social e o Plano Nacional de Juventude. Considerando o Sistema Único de Assistência Social, a CPPJ,

¹⁰ A institucionalização da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude ocorre somente no ano de 2003, quando Godofredo assume a prefeitura. Neste período, o funcionamento do projeto Agente Jovem contribuiu para legitimar as ações na área da juventude e exercer pressão para o reconhecimento e formalização da Coordenadoria.

enquadra-se nos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade¹¹.

No ano de 2008, o número de jovens presentes no município, representava aproximadamente 116.000 jovens¹² para uma população de 459.451 habitantes.

4.2.2. As Agências Bancárias

A área financeira, inserida no setor de serviços, ocupa a posição de vanguarda no processo de reestruturação produtiva desde a década de 60, uma vez que se encontra no centro das atividades econômicas do país.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômico - Dieese (1993 e 1994), na contemporaneidade o setor bancário está vivenciando uma nova onda de racionalização, atrelada à privatização e desnacionalização da atividade bancária, propiciando a emergência de novos produtos e resultando na redefinição e reorganização do trabalho, na intensificação da automação bancária e na “expulsão” dos clientes das agências. Nesta perspectiva, tais mudanças impactam diretamente o processo de atendimento ao consumidor e o emprego do trabalhador bancário.

O contexto político e econômico ao qual se insere o sistema bancário no caso brasileiro, está sendo permeado pelo processo de crescimento e concentração de fusões e incorporações, iniciado nos anos de 1960. A promulgação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, intitulada como a Lei da Reforma Bancária, propiciou a transformação na área de atuação dos bancos, uma vez que seus serviços passaram por processos de expansão e ampliação. Nesta via, os bancos passaram da condição de empresas de depósitos e empréstimos (função que exerciam desde o Brasil Império) para bancos de múltiplas funções, agregando os serviços das contas de empresas de serviços de utilidade pública e os impostos governamentais.

A Caixa Econômica Federal foi criada no ano de 1861, caracterizada pela natureza 100% pública, representando o maior banco público da América Latina e sendo considerada o principal agente das políticas públicas do governo federal, uma vez que atende não só os clientes bancários como também os trabalhadores formais, por via do pagamento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS) e Seguro Desemprego, além dos usuários de programas sociais.

De acordo com a Caixa sua missão é “Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas

¹¹ Dados disponíveis no Relatório da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude, 2008.

¹² Dados disponíveis no Relatório da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude, 2008.

e parceira estratégica do Estado brasileiro”. Os valores desta empresa são caracterizados a partir da: a). Sustentabilidade econômica, financeira e socioambiental; b). Valorização do ser humano; c). Respeito à diversidade; d). Transparência e ética com o cliente; e). Reconhecimento e valorização das pessoas que fazem a caixa e d). Eficiência e inovação nos serviços, produtos e processos. A visão do futuro trazida pela instituição é “A Caixa será referência mundial como banco público integrado, rentável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação e consolidará sua posição como o banco da maioria da população brasileira¹³”. A Caixa Econômica Federal com sua linha de Responsabilidade Socioambiental apóia iniciativas na área do esporte, cultura e educação.

O Itaú possui 60 (sessenta) anos de existência, sendo que no final do ano de 2008 foi anunciada a fusão do Itaú com o Unibanco. De acordo com o Itaú, a associação que visou à unificação das operações financeiras dos dois bancos, formou o maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul, com valor de mercado que o posiciona entre os 20 maiores do mundo, com capacidade de competir no cenário internacional com os grandes bancos mundiais.

O perfil da empresa, de acordo com o discurso institucional, é caracterizado pela conduta ética, transparência, boas práticas de governança corporativa, foco na prestação de serviços financeiros, busca de rentabilidade e resultados. A visão trazida pelo o Itaú é “ser o banco líder em performance e perene, reconhecidamente sólido e ético, destacando-se por equipes motivadas, comprometidas com a satisfação dos clientes, com a comunidade e com a criação de diferenciais competitivos¹⁴”.

O Itaú no ano de 2000 criou a Fundação Itaú Social com o objetivo de estruturar e implementar os investimentos sociais da empresa, com o foco nos programas de melhoria das políticas públicas de educação e avaliação sistematizada de projetos sociais. Nesta perspectiva, o Itaú criou um fundo patrimonial, que em dezembro de 2009 totalizava R\$ 498 milhões. Em 2010, o valor destinado à aplicação nos programas da organização é de R\$ 55,9 milhões¹⁵.

A Fundação atua em todo território do Brasil, tecendo parceria com as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), com o setor privado e com organizações da sociedade civil.

¹³ Informações através do site institucional: http://www.caixa.gov.br/acaixa/historia_missao.asp?pagina=1. Acesso em 06/08/2010 às 14h.

¹⁴ <http://www.itaubank.com.br/index.htm>. Acesso em 06/08/2010 às 12h.

¹⁵ <http://www.fundacaointaubsocial.org.br/home/index.htm>. Acesso em 07/08/2010 às 10h.

O Unibanco foi criado em setembro de 1924, sendo considerado o quarto maior grupo financeiro privado do Brasil. De acordo com a instituição, sua missão é "Contribuir ativamente, como instituição financeira, para o desenvolvimento econômico do país, atendendo de forma equilibrada às expectativas, necessidades e interesses de clientes, funcionários e acionistas¹⁶".

Nesta via, o Unibanco construiu uma base de operacionalização fundada na política de Responsabilidade Socioambiental; política de Combate à Corrupção, Financiamento ao Terrorismo e Prevenção de Lavagem de Dinheiro; Política de Valorização e Promoção da Diversidade ("Disciplinando a atuação do Unibanco e suas responsabilidades para estimular a diversidade e atuar contra a discriminação em todas as suas formas¹⁷").

No ano de 1982 foi criado o Instituto Unibanco, a fim de promover as ações e os investimentos sociais do banco que, ao integrar o conglomerado Itaú Unibanco, transforma-se em maior instituição financeira privada do Hemisfério Sul.

"Contribuir para o desenvolvimento humano de jovens em situação de vulnerabilidade¹⁸", expressa a missão do Instituto Unibanco, por meio da disseminação de princípios e tecnologias sociais capazes de aumentar a efetividade de políticas públicas na área educacional.

O banco Santander possui mais de 150 (cento e cinquenta) anos de atuação no mercado internacional. No Brasil, representa o terceiro maior banco privado do país por ativos¹⁹. O início do Santander aconteceu em 15 de maio de 1857, quando a Rainha Isabel II assinou o Real Decreto autorizando a constituição do Banco Santander. Este banco, com base na Responsabilidade Social e Sustentabilidade, vem desenhando e apoiando ações na área social, educacional, desenvolvimento comunitário, cultural e direitos da criança e do adolescente.

4.2.3. Os sujeitos da pesquisa

A pesquisadora teve uma excelente aceitação por parte dos jovens que foram entrevistados. Assim, num primeiro momento apresentou-se o objetivo da pesquisa e a proposta do trabalho, ficando a critério do jovem a escolha do local para a realização da entrevista. Apesar da empatia imediata entre os jovens e a pesquisadora de campo, foi

¹⁶ http://www.unibanco.com.br/vste/_sus/por/val/mis/index.asp Acesso em 07/08/2010 às 10h 30 min.

¹⁷ http://www.unibanco.com.br/vste/_sus/por/val/pol/pvl/index.asp

¹⁸ <http://www.unibanco.com.br/int/hom/index.asp>

¹⁹ <http://www.santander.com.br/portal/gsb/script/templates/GCMRequest.do?page=1238&entryID=640>. Acesso em 07/08/2010 às 11h.

possível verificar a timidez e insegurança de alguns no início das entrevistas, mas aos poucos os jovens se soltavam e ao final do roteiro já não estavam tensos.

Os critérios utilizados na seleção dos sujeitos para compor o universo desta investigação foram: 1). Ser aprendiz, 2). Participar do Programa de Aprendizagem no Setor Bancário e 3). Pertencer à agência bancária (vinculada ao programa) localizada no município de Niterói. Sendo assim, atendendo a esses critérios, a pesquisa contou com a participação de jovens de ambos os sexos, cuja faixa-etária variou entre 15 e 22 anos. Conforme demonstra o quadro a seguir:

Entrevistados	Cor de Pele	Sexo	Idade	Agências
Aline	Branca	F	21 anos	Itaú
Bruno	Branca	M	20 anos	Santander
Camila	Branca	F	22 anos	Unibanco
Daniel	Parda	M	21 anos	Santander
Erivaldo	Branca	M	20 anos	Santander
Fernanda	Preta	F	16 anos	Caixa Econômica Federal
Guilherme	Preta	M	15 anos	Caixa Econômica Federal
Heloísa	Preta	F	16 anos	Caixa Econômica Federal
Ingrid	Parda	F	16 anos	Caixa Econômica Federal

Quadro 2: Sujeitos Participantes da Pesquisa

Em sua maioria, os jovens não residiam no município de Niterói²⁰. Tal situação reafirma o status das áreas periféricas como cidades dormitório, pois são utilizadas como local de residência e as demais atividades cotidianas, sobretudo o trabalho, são realizadas em outros municípios. Os entrevistados demonstraram desconhecimento sobre as ações²¹ e políticas sociais que acontecem no município em que residem, além de posicionarem-se com certo distanciamento ao debruçar o olhar sobre o local de residência, como se não fizessem parte daquele lugar. Freitag (2002) explicita cidade-dormitório como cidade satélite. Na concepção do autor, o morador desse tipo de cidade não se reconheceria como cidadão da mesma, pois na medida em que ali não se encontra seu local de trabalho e só serve como dormitório e residência, ele não teria compromisso efetivo com a cidade. Neste sentido, foi possível verificar que os entrevistados desta pesquisa, quando se fazia menção ao município de Niterói, atribuíam sentidos de valorização e pertencimento²², a partir de uma visão muito romântica da cidade.

²⁰ No total de entrevistados, constatou-se que quatro residem no município de Niterói, quatro em São Gonçalo e um em Maricá.

²¹ Na área de esporte, cultura, lazer etc.

²² Esses dados foram coletados durante a observação participante e muitas informações foram recolhidas e registradas antes ou após a realização das entrevistas.

Embora o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) discorra sobre a prioridade de atendimento voltada às pessoas com deficiência, mulheres, afro descendentes, indígenas e ex-presidiários, constatou-se a predominância da juventude branca no universo pesquisado e entrevistado. Ao problematizar o conceito de raça, Guimarães (1999:9) argumenta que:

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de 'raça' permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.

De acordo com Hasenbalg (1996) “(...) a estrutura de transição fornecida pelo rápido crescimento econômico nas últimas décadas não parece ter contribuído para diminuir de maneira significativa a distância existente entre os grupos raciais presentes na população”, p.15.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 1999 e o censo do IBGE de 2000, apontavam que cerca de 45% da população brasileira se considerava negra (pretos e pardos).

Em 1999, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD), entre os cerca de 160 milhões de indivíduos que compunham a população brasileira, 54% se declaravam brancos, 39,9% pardos, 5,4% pretos, 0,46% amarelos e 0,16% índios. (Henriques, 2001:4)

Quanto à observância em torno da relação de gênero constatou-se que apesar de o setor bancário ser caracterizado pela forte concentração de homens, verificou-se tanto no universo dos entrevistados, quanto do universo pesquisado, a prevalência das meninas no programa de aprendizagem.

A noção de gênero enquanto categoria tem sua origem na década de 1970, onde seu conceito encontra-se respaldado na cultura, ou seja, a ideia de machos e fêmeas que designa a separação dos sexos ganha a qualidade de homem / mulher, feminino / masculino através de uma mediação cultural, tendo como grande protagonista deste processo o movimento feminista, que ao reivindicar seu espaço na sociedade, através da luta e conquista de direitos impulsionou todo um processo de rediscussão acerca dos papéis de gênero em sociedade.

Por outro lado, gênero pode ser entendido como uma categoria que expressa conflitos sociais existentes num constante exercício de relações de poder entre homens e mulheres,

estando tais relações em permanente tensão onde se tenta (com relativo sucesso) exercer socialmente um controle sobre a capacidade reprodutiva do corpo das mulheres (Villa, 1997).

Assim, gênero enquanto conceito, diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero torna-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores das últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero.

Com relação à prioridade no acesso ao programa em virtude da deficiência física, intelectual ou auditiva; nas agências visitadas e pesquisadas não havia a presença de pessoas com deficiência. Embora o setor bancário ao longo dos anos tem se caracterizado pela grande contratação de pessoas com deficiência, em virtude das ações desenhadas a partir do viés da Responsabilidade Social.

A renda familiar entre os entrevistados ficou entre R\$ 600,00 e R\$ 10.000,00 reais. Conforme sinaliza o quadro a seguir:

Entrevistados	Renda Familiar (R\$):	Agências
Aline	10.000,00	Itaú
Bruno	2.500,00	Santander
Camila	2.500,00	Unibanco
Daniel	2.000,00	Santander
Erivaldo	2.000,00	Santander
Fernanda	1.300,00	Caixa Econômica Federal
Guilherme	1.200,00	Caixa Econômica Federal
Heloísa	800,00	Caixa Econômica Federal
Ingrid	600,00	Caixa Econômica Federal

Quadro 3: Renda Familiar dos Entrevistados

Na maioria dos casos, apenas uma pessoa da família trabalha, sendo assim este vencimento totaliza apenas a soma do salário de um componente familiar mais o benefício recebido pelo jovem através do programa. Neste sentido, os jovens destacaram o desemprego e a dificuldade de obtenção de emprego por parte dos membros da família (irmãos, mãe e pai).

Quanto à escolarização, a maioria (cinco entrevistados) declararam terem concluído o ensino médio. Desse número, três estão cursando o ensino superior, em instituição privada, verificando-se a concentração no curso de administração. No universo de entrevistados, três estão cursando o 1º ano do ensino médio e uma entrevistada está cursando o 9º ano do ensino fundamental. Os dois entrevistados que concluíram o ensino médio, sinalizaram o interesse em ingressar no ensino superior no ano de 2011.

Escolarização				
Entrevistados	Cursando Ensino Fundamental	Cursando Ensino Médio	Ensino Médio Completo	Cursando Nível Superior
Aline			X	X
Bruno			X	X
Camila			X	
Daniel			X	X
Erivaldo			X	
Fernanda	X			
Guilherme		X		
Heloísa		X		
Ingrid		X		

Quadro 4: Escolarização dos Entrevistados

Como numa metodologia com cunho qualitativo o número dos sujeitos que irão compor o quadro da investigação não é determinado a priori - pois dependerá da qualidade das informações obtidas em cada entrevista, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência dos dados. A presente pesquisa, inicialmente não tinha um número estipulado de entrevistados, como a quantidade das entrevistas realizadas permitiu a identificação dos padrões simbólicos, práticas e extração das categorias de análise do objeto estudado, além das recorrências terem atingido o “ponto de saturação²³” (Duarte, 2002), encerrou-se o trabalho de campo com a realização de nove entrevistas fornecidas pelos jovens aprendizes.

4.3. O Trabalho de Campo

Minayo (2007) conceitua o campo como espaço privilegiado (devidamente recortado), escolhido pelo pesquisador para construir os dados necessários à investigação do objeto,

²³ É quando os dados deixam de ser originais e se tornam repetitivos, não indicando novas perspectivas à investigação.

assim “entendemos campo, na pesquisa qualitativa, como o reconhecimento espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte correspondente ao objeto de pesquisa” p.62. Nestes termos, a autora observa que a realização do trabalho de campo possibilita a aproximação do pesquisador com o objeto que se pretende estudar, além de permitir “uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social” (p.61).

(...) o trabalho em campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem observados, coletados e compreendidos como o modo como vai recolhê-los. Esse cuidado é necessário porque o campo de pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da realidade. (Minayo, 2007:63)

O modo como o pesquisador entra no campo é relevante para o andamento e sucesso da pesquisa, uma vez que a forma como ele se apresenta às pessoas terá influência na aceitação ou não pelo grupo a ser pesquisado.

O cuidado na escolha do contato no campo, ou seja, a pessoa que poderá auxiliar o pesquisador facilitando a sua entrada e possibilitando o seu acesso a diferentes atores, também pode atrapalhar o pesquisador caso este não tenha realizado a escolha certa, assim como a forma de participação deve ser bem definida pelo pesquisador.

Como a entrada do pesquisador no campo sempre acarreta inúmeras implicações, Dalmolin et all (2002:32) sinalizam o modo como deve ser engendrado a relação entre o campo e o pesquisador:

Incorporar o campo como um espaço que não está dado, que vai tomando sentido, se singularizando a partir do mergulho, das possibilidades criadas pelo conjunto (pesquisador e pesquisados) no decorrer da pesquisa, é elemento central em pesquisas dessa natureza e um desafio para o pesquisador. Esse processo sinuoso e complicado é um exercício que requer tempo, sensibilidade e muita paciência, principalmente para suportar a ansiedade de quem aprendeu a negociar individualmente com o(s) seu(s) sujeito(s) de pesquisa.

Duarte (2002) argumenta que no período da realização de uma pesquisa algumas questões aparecem de forma imediata, enquanto outras somente surgem a partir da entrada no campo. Nesta via, “a necessidade de dar conta dessas questões para poder encerrar as etapas da pesquisa freqüentemente nos leva a um trabalho de reflexão em torno dos problemas enfrentados, erros cometidos, escolhas feitas e dificuldades descobertas” (p.140).

De acordo com Lévi-Strauss (1975:220) a natureza da pesquisa de campo revela a atitude filosófica por excelência, pois segundo o autor, é a partir dela que começa toda a carreira etnológica, sendo assim, a pesquisa de campo apresenta-se como “a mãe e ama-de-leite da dúvida”:

Essa “dúvida antropológica” não consiste apenas em saber em que não se sabe nada, mas expor resolutamente o que se acreditava saber e a própria ignorância, aos insultos e aos desmentidos que infligem a idéias e hábitos muito caros àqueles que podem contradizê-lo no mais alto grau (...).

Nesta pesquisa, o campo foi construído a partir da técnica de “bola de neve” ou “snow-ball” ou também conhecida como “universo familiar”, aquela em que você aciona um sujeito para entrevistar e este te apresenta um outro para ser entrevistado.

Primeiramente, foram priorizadas as agências bancárias situadas no centro da cidade, em virtude da localização e do número disponíveis no território. Deste modo, no primeiro contato foram visitadas as agências do HSBC, Santander, Itaú, Banco Real e Bradesco.

Ao realizar a visita, a pesquisadora foi bem recebida pelos profissionais da rede bancária, que ao saberem do objetivo da pesquisa, se prontificaram em viabilizar o contato com os aprendizes.

De acordo com o levantamento inicial constatou-se que no banco HSBC, havia apenas uma aprendiz, que estava subordinada ao setor administrativo da agência. Mas no dia da visita, a jovem não se encontrava na agência.

Partindo para o segundo banco, elegeu-se o Santander²⁴, porém no dia da visita apenas um aprendiz estava presente. Ao pedir para conversar com o jovem sobre a pesquisa, este se mostrou acessível e interessado em participar da entrevista.

Ao visitar a agência do Itaú, os profissionais relataram a ausência de aprendizes nas agências do centro da cidade, informando a presença dos aprendizes somente nas agências de Icaraí, situadas na Orla, em virtude das atividades relacionadas ao turismo na cidade.

De acordo com o banco Real, a agência possuía apenas uma aprendiz, contudo a jovem não estava presente na realização do primeiro contato.

O banco Bradesco informou ter aprendizes, mas no dia da visita não estavam presentes. Abaixo se situa o Quadro Demonstrativo com as informações coletadas no primeiro levantamento realizado nas agências bancárias no mês de maio de 2010:

²⁴ O banco Santander possui 3 (três) agências no centro da cidade, contudo no levantamento inicial visitou-se apenas a agência situada na Rua São Pedro.

Agências	Localização	Quantidade de Aprendizizes
Bradesco	Av. Ernani do Amaral Peixoto, 84, Centro, Niterói.	1
HSBC	Rua Quinze de Novembro, 4, Centro, Niterói.	1
Itaú	R. Marechal Deodoro, 30, Centro, Niterói.	0
Real	Av. Ernani do Amaral Peixoto, 71, Centro, Niterói.	1
Santander	R. São Pedro, 24, Centro, Niterói.	2
Total	5	5

Quadro 5. Demonstrativo dos Aprendizizes

Após a realização do mapeamento inicial a pesquisadora retornou ao campo, a fim de agendar as entrevistas com os jovens localizados a partir do primeiro levantamento e em busca de mais aprendizes alocados em outras agências.

Deste modo, retornou-se à agência do banco Santander, onde foi marcada a primeira entrevista com um dos aprendizes, já que a outra aprendiz estava de férias e, de acordo com os funcionários, ninguém possuía o telefone dela.

No dia da entrevista, o entrevistado não compareceu. Ao realizar contato para saber o motivo da ausência, este informou que havia esquecido, remarcando para o dia posterior. Chegando à agência no outro dia, encontrou-se a aprendiz que estava de férias, embora a entrevistadora tenha explicado o motivo da pesquisa e feito o convite para participar da entrevista, esta se recusou, alegando que não teria tempo por estar resolvendo questões pessoais. Embora a pesquisadora tenha informado sobre a possibilidade de marcação em outro momento, a aprendiz não quis participar.

Ao realizar a entrevista como o aprendiz do Santander, este indicou alguns amigos que estavam alocados nas outras agências da mesma rede bancária. Neste sentido, foi realizado contato com as agências da Av. Ernani do Amaral Peixoto e da Praça do Rink.

A agência da Av. Ernani do Amaral Peixoto possui dois jovens aprendizes, que no dia da visita não estavam presentes: uma estava de férias e o outro estava em dia de curso na entidade formadora. Contudo, a gerente dos aprendizes disponibilizou o telefone da agência para a pesquisadora realizar contato.

Ao realizar contato com o aprendiz, este foi totalmente solícito, além de ter fornecido o número de telefone do colega que estava de férias. Assim, entrevistou-se o jovem, este indicou uma aprendiz alocada na agência do Itaú.

Quando se realizou o contato com o aprendiz que estava de férias (Santander), ele informou que viajaria e pediu para retornar o contato na semana seguinte. Ao retornar o contato, o jovem marcou e depois desmarcou a entrevista, pedindo para ligar no dia posterior.

No dia seguinte, ao entrar em contato novamente com o jovem, este informou que poderia participar da entrevista, mas que seria necessário a pesquisadora pagar a passagem, já que ele estava de férias e o Rio Card não tinha sido recarregado, além de sinalizar que não poderia demorar porque teria natação no mesmo dia. Após os acertos, a entrevista foi realizada.

Na agência da praça do Rink, a pesquisadora compareceu três vezes, a primeira tentativa a aprendiz estava no curso realizado pela entidade formadora, contudo uma funcionária forneceu o número de telefone. Ao realizar contato, esta sinalizou que precisaria consultar a disponibilidade, pedindo para retornar a ligação no dia seguinte.

No dia posterior, mesmo tendo ligado para o mesmo número, uma pessoa informou que o telefone não estava mais com a jovem, fornecendo o número da residência, mas ao tentar contato o número dava como desconhecido. Sendo assim, a entrevistadora retornou à agência, mas não conseguiu contato porque novamente a jovem não se encontrava.

Na terceira vez, encontrou-se a jovem na agência, que depois de receber as informações devidas sobre a pesquisa, comprometeu-se em participar da entrevista naquele mesmo dia. Contudo, ao retornar na agência no horário combinado pela aprendiz, a pesquisadora ficou 40 minutos aguardando e a entrevistada não compareceu.

Diante de todas as dificuldades encontradas para entrevistar esta aprendiz, a pesquisadora decidiu abrir mão do contato, tendo em vista a falta de interesse manifestada pela jovem.

Como as agências do Santander totalizavam 5 aprendizes, mas em virtude da recusa de dois aprendizes e a ausência de aprendizes na agência de Icaraí, optou-se então por ampliar para outras agências.

Após a reorganização do método, a pesquisadora foi em busca de novas agências. Neste sentido, visitou-se a agência do Unibanco, situada na Av. Ernani do Amaral Peixoto. No dia da visita a jovem estava em curso de treinamento da entidade formadora.

Assim, a pesquisadora retornou a agência no dia seguinte, em contato com a aprendiz agendou-se a entrevista.

Embora no levantamento inicial os profissionais do Itaú tenham apontado a ausência de aprendizes nas agências do Centro, ao chegar à agência da Av. Ernani do Amaral Peixoto, constatou-se a existência de uma aprendiz, que não estava presente no dia mas, num retorno posterior, a aprendiz foi encontrada e se disponibilizou a participar da entrevista. Contudo, desmarcou a primeira entrevista, pedindo para agendar no dia seguinte, seguindo a solicitação, a entrevista foi realizada.

Ao retornar na agência do banco Real²⁵, o gerente informou que a aprendiz foi transferida para a agência do município de São Gonçalo.

Na agência do Bradesco²⁶ também não foi possível efetivar a marcação porque no segundo contato verificou-se que o programa de aprendizagem não foi implementado na agência. De acordo com os funcionários o programa será viabilizado brevemente.

Por fim, foi realizado contato com a Caixa Econômica Federal, primeiramente visitou-se a agência do Shopping Bay Market. Na ocasião a aprendiz não estava na agência, mas um funcionário forneceu o número de telefone que segundo ele seria da jovem, contudo ao realizar o contato identificou-se que o número correspondia a uma instituição. Em face disto, consultando na internet, a pesquisadora conseguiu o telefone da agência e conseqüentemente conseguiu contato com a aprendiz e marcou a entrevista.

Ao realizar a entrevista, a jovem informou que havia mais jovens na agência da Av. Ernani do Amaral Peixoto. Neste sentido, a pesquisadora foi até a agência referida onde encontrou três jovens e realizou a entrevista no mesmo dia, dentro da agência.

Diante do cenário descrito, foram visitadas 13 agências bancárias no município de Niterói²⁷ e realizou-se contato com 11 aprendizes, nos quais nove forneceram as entrevistas. A pesquisa se concentrou em seis agências bancárias, conforme sinaliza o quadro a seguir:

²⁵ Agência visitada no primeiro levantamento.

²⁶ A agência informou no levantamento inicial sobre a presença de aprendiz.

²⁷ Este número inclui 11 (onze) agências do centro e 1 (uma) situada em Icaraí.

Agências	Localização	Quantidade de Aprendizizes	Aprendizes Contatados	Aprendizes Entrevistados
Bradesco	Centro	-	-	-
Caixa Econômica Federal	Centro	1	1	1
Caixa Econômica Federal	Centro	4	3	3
HSBC	Centro	1	-	-
Itaú	Centro	-	-	-
Itaú	Centro	1	1	1
Real	Centro	-	-	-
Santander	Centro	2	2	1
Santander	Centro	2	2	2
Santander	Centro	1	1	-
Santander	Icaraí	-	-	-
Unibanco	Centro	1	1	1
Total	13	13	11	9

Quadro 6. Mapeamento da Pesquisa de Campo

As dificuldades encontradas na entrada no campo de pesquisa já foram pontuadas no decorrer deste texto. Mas de um modo geral, salienta-se que uma das principais dificuldades está relacionada com a veiculação da informação e problemas com a comunicação: o sujeito fornece a informação, no momento de checá-la verifica-se que ela não procede. Assim, houve casos em que, no primeiro momento, a agência informou sobre a presença de aprendizes, mas no ato de agendar as entrevistas constatou-se que a informação estava errada, não havia aprendizes na agência.

Neste sentido, notou-se uma confusão entre os papéis de estagiários e aprendizes, pois nas agências que havia apenas estagiários, os profissionais achavam que eram aprendizes, assim as duas categorias (aprendizes e estagiários) eram aglutinadas. Houve casos em que pelo fato de um funcionário estar uniformizado, com o colete da agência, os colegas da agência acreditavam que era aprendiz, mas ao estabelecer contato o “suposto aprendiz”, a situação tornou-se até constrangedora, pois o sujeito informou enfaticamente que era funcionário e que o programa de aprendizagem ainda não estava na agência.

Destaca-se também a dificuldade em conseguir os contatos dos aprendizes, mesmo buscando estabelecer vínculos com o campo a partir da visita institucional e expor a pesquisa e os objetivos, notou-se que alguns sujeitos não quiseram disponibilizar os contatos dos jovens e, quando disponibilizam, não era possível estabelecer contato porque os números não procediam. Tal situação demarca duas questões: a). uma espécie de medo e preservação da privacidade dos aprendizes e b). um distanciamento no relacionamento diário com os aprendizes. É interessante notar que na maioria das agências visitadas, os funcionários que

mais disponibilizaram informações e contribuíram para o contato foram os guardas das próprias agências, tais profissionais demonstraram ter maior proximidade com os aprendizes do que até mesmo os gerentes ou outros funcionários da agência bancária.

Outra situação que se apresentou como um grande obstáculo para o andamento da pesquisa foi o período de férias dos aprendizes. Os jovens aprendizes que estão alocados no setor bancário no município de Niterói, em sua grande maioria, são contratados pela Associação de Ensino Social Profissionalizante – ESPRO²⁸ e terceirizados pelos bancos. O calendário de férias da ESPRO segue o calendário escolar, assim todos os aprendizes que estão no período de férias, as tiram no mês de julho, tal cenário só foi informado após a entrada da pesquisadora no campo. Tendo em vista que a segunda etapa da pesquisa ficou programada para o mês de julho, não foi possível alcançar a totalidade dos aprendizes em virtude das férias, embora a pesquisadora tenha realizado contato com os aprendizes em que a agência disponibilizou o telefone pessoal.

A falta de interesse em participar das entrevistas foi outro elemento que compôs o cenário de dificuldades para o andamento da presente pesquisa. Embora tenha explicitado os objetivos e relevância do estudo, alguns aprendizes recusaram a participação. Tal situação demonstrou que alguns jovens não quiseram participar da entrevista ou pelo fato de não conseguirem compreender a importância daquele espaço ou simplesmente por pensarem que estariam “perdendo tempo”, assim quando a pesquisadora procurou agendar as entrevistas a pergunta recorrente era com relação ao tempo que iria gastar.

Em face desta dificuldade, traduzida na falta de compreensão sobre o papel da pesquisa, alguns entrevistados pontuaram que se a pesquisadora informasse que a partir daquela entrevista os jovens teriam ganhos²⁹, todos os aprendizes iriam participar sem colocar obstáculos. Segundo Iudícibus (2004:175) “Especificamente, um ganho representa um resultado líquido favorável resultante de transações ou eventos não relacionados às operações normais do empreendimento”. A situação aqui pontuada pelos entrevistados, baseada na relação de troca, reflete a própria dinâmica de organização e funcionamento da sociedade brasileira, que historicamente articulou-se a partir de laços de barganhas e troca de favores.

Por outro lado, é necessário pontuar que a ausência de espaços para a participação social contribui para a apatia dos sujeitos, uma vez que a população não possui uma tradição de

²⁸ Situada na Rua do Ouvidor, nº 50, RJ. Site da instituição: www.espro.org.br

²⁹ A concepção de ganhos aqui utilizada refere-se à contabilidade de custos, que conceitua ganhos como os acontecimentos favoráveis que possibilitam o aumento de patrimônio líquido.

participação sólida no país³⁰ e, em tratando-se da juventude, tal situação torna-se mais complexa, tendo em vista as percepções recorrentes do imaginário social sobre os jovens sendo associado a símbolos de imaturidade e irresponsabilidades.

De outro modo, o próprio descrédito em relação à possibilidade de mudança da questão social e da dinâmica da sociedade torna-se um fator que imobiliza as pessoas, ou seja, a sensação de que a sugestão / fala não será ouvida, não terá influência, apresenta-se como um empecilho para a participação dos sujeitos, não rompendo com o modelo do *discurso autorizado* (Chauí, 2003).

A concepção de discurso autorizado ou competente foi desenvolvida por Marilena Chauí. Segundo a filósofa as práticas discursivas estão emolduradas por componentes ritualísticos que conferem ao discurso maior ou menor densidade de verdade e de aceitabilidade social. Neste sentido, Chauí (2003:7) aponta que:

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.

Neste viés, Foucault (2001: 8-9) argumentava:

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

De acordo com o autor existem três mecanismos sociais de exclusão de “determinados” discursos: 1). a interdição, 2). A separação entre razão e loucura e 3). a vontade de verdade.

Sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí um jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (Foucault, 2001:9)

³⁰ A discussão sobre participação social e juventude foi construída no II capítulo desta pesquisa.

4.4. Análise dos Dados

A pesquisa teve como objetivo identificar os efeitos / resultados do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na modalidade de aprendizagem, na vida dos jovens atendidos pela política em questão, inserida no âmbito do setor bancário.

Esta investigação teve como campo empírico as agências bancárias do município de Niterói. Essa escolha se deu devido ao legado do setor bancário no desenho e apoio às iniciativas voltadas a qualificação e inserção de jovens no mercado de trabalho formal.

Góis et all (2008), avaliando os efeitos do Benefício de Prestação Continuada, sinalizaram que ao recorrerem a ideia de efeito ou resultado, “o que se quer é entender mudanças na vida dos indivíduos geradas pela experiência de recebimento do benefício, ainda que se reconheça que outros fatores podem contribuir para isso” (p.81).

Ao construir uma base empírica com os jovens inseridos no programa de aprendizagem no setor bancário, partiu-se de uma concepção ampliada de juventude associando-a ao contexto e entorno, abrangendo assim as diferentes dimensões que compõem a vida social destes jovens, embora a centralidade da análise tenha recaído na questão da aprendizagem / trabalho.

A exploração do material constituiu-se de categorias iniciais e identificação de núcleos de sentido dos depoimentos; e o tratamento dos resultados diz respeito à categorização das representações presentes nas falas e o confronto dessas representações com a literatura pertinente ao assunto.

4.4.1. O Programa Jovem Aprendiz no Município de Niterói

O Programa Jovem Aprendiz foi criado a partir da Lei da Aprendizagem, sancionada em 2000, com o objetivo de possibilitar a capacitação profissional à juventude e contribuir para inserção no mercado de trabalho formal.

No caso do município de Niterói, a pesquisa adotou como amostra o setor bancário. Neste sentido, antes de identificar os efeitos / mudanças / resultados a partir desta política, este estudo buscou construir um estudo exploratório sobre a configuração e funcionamento do Programa Jovem Aprendiz no município selecionado.

4.4.1.1. Acesso ao Programa

Góis et all (2008), ao analisarem a questão do acesso aos programas sociais no Brasil, relataram que trata-se ainda de um processo muito complexo uma vez que “além das questões relativas à elegibilidade e focalização, contribuem para tal complexidade a quantidade e qualidade da informação disponibilizada para aos segmentos aos quais os programas se destinam” (p.78).

No caso dos usuários do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na modalidade de aprendizagem, as limitações da difusão de informação foram superadas, em grande medida, a partir da contribuição de familiares e amigos.

Uma vez sabendo da existência do programa de aprendizagem e do local para a realização do cadastro, a maioria dos entrevistados relatou não encontrar dificuldades para ser inserido no programa, e contrariando à nossa percepção inicial, identificou a cobertura do programa como abrangente e satisfatória. Neste sentido, um pequeno número de aprendizes, apontou que as vagas ainda são reduzidas diante da demanda da juventude, além da necessidade da ampliação de instituições formadoras e maior comprometimento e ação do governo no programa.

Buscou-se também investigar junto aos entrevistados a questão do processo seletivo, após a realização do cadastro. Contudo não ocorreu uma uniformidade nos depoimentos, embora a maioria dos entrevistados seja contratada pela ESPRO. Ainda sim, o processo seletivo desta instituição não possuiu um padrão, sendo assim, em alguns casos constatou-se que o processo seletivo ocorreu na própria ESPRO e na agência bancária, mas tiveram casos em que o processo seletivo deu-se apenas no banco.

Nesta perspectiva, identificou-se a presença de várias contradições entre o processo seletivo e a própria concepção do programa. Uma delas refere-se à necessidade de um “perfil”, sinalizada pela maioria dos entrevistados, ou seja, o candidato a priori precisaria ter um perfil para banco. Tendo em vista que o Programa Jovem Aprendiz, configura-se como uma ação de aprendizagem para possibilitar o acesso no mercado de trabalho, o perfil não deve se constituir como um dos critérios de elegibilidade, não se pode colocar como fator decisivo, uma vez que poderá ser construído ao longo do programa de aprendizagem, pois a própria concepção de aprendizagem não se refere a um processo acabado e sim a uma ação em andamento, em fase de aprimoramento. Contudo a questão que se coloca aqui é entender o sentido e significado deste perfil: Qual é o perfil que está sendo medido? Será que é apenas

em nível das habilidades e talentos desses jovens? Alguns depoimentos enfatizaram a questão da avaliação da aparência física e tipo de vestimenta, além de enfatizaram a presença predominante de brancos nos cursos de aprendizagem.

Beluzzo & Victoriano (2004:15) ao analisarem o projeto PJC, de encaminhamento de jovens para estágio em empresas, dissertaram sobre este processo de estigmatização:

Depoimentos obtidos junto a representantes das escolas que participam do PJC (...) revelam que as unidades escolares localizadas em bairros de extrema carência social são vistas com desconfiança pelas empresas parceiras, prejudicando o desempenho dos jovens que as freqüentam nos processos seletivos. São escolas que recebem alunos extremamente carentes, que, segundo agentes do programa, são freqüentemente reprovados nos processos seletivos para vagas de estágio, em parte pelo estigma que pesa sobre a escola e o bairro de onde provêm, em parte por assumirem comportamento de excessiva timidez e passividade diante de seus entrevistadores, dominados pela ansiedade de obter um estágio e pela dúvida quanto ao próprio potencial, acentuada, provavelmente, por uma baixa auto-estima.

Neste sentido, nota-se que além da exigência de competências, os jovens aprendizes também enfrentam as dificuldades que estão associadas a processos de estigmatização e preconceito. Além disto, os depoimentos dos jovens sinalizaram que a obtenção da vaga está condicionada ao mérito, tais entrevistados naturalizam esta condição, não conseguindo problematizar o acesso com um direito. Esta situação aparente também aguça um outro questionamento: O Programa de aprendizagem, no setor bancário, coloca o *outsider* na condição de *insider*? Ou contribui para reafirmar a legitimidade daqueles que já são estabelecidos?

A discussão sobre “estabelecidos” e “outsiders” é realizada por Elias & Scotson (2000), que analisam a partir de uma comunidade no interior da Inglaterra denominada de Winston Parva³¹, as relações de poder firmadas entre os antigos moradores (os “estabelecidos”) e os recém-chegados, “os de fora” (os *outsiders*). Os autores ressaltam que as relações estabelecidos-*outsiders* podem ser verificadas não apenas em pequenas comunidades, mas também estariam presentes em uma “grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas”, servindo então como uma “*espécie de paradigma empírico*” (Elias, 2000:20-21). Assim, eles desenvolvem um conceito-chave para a compreensão das relações entre grupos que se posicionam como “estabelecidos” e aqueles que são vistos e posicionados como “os de fora”: a “sócio-dinâmica da estigmatização” (p.23), processo em que os *outsiders* são caracterizados como a “parte ruim”, encarados como inferiores pelos “estabelecidos”, por

³¹ Nome fictício escolhido pelo autor.

ser considerado como aquele que não quer se encaixar ou que é rejeitado, representando a ameaça a uma ordem previamente estabelecida:

Como os outsiders são tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma “infecção anômica”: esses membros podem ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo de outsider. Assim, o contato com os outsiders ameaça o “inserido” de ter seu status rebaixado dentro do grupo estabelecido. Ele pode perder a consideração dos membros deste – talvez não mais pareça compartilhar do valor humano superior que os estabelecidos atribuem a si mesmos. (Elias e Scotson 2000:26)

Contudo, os outsiders que desejam ser tornarem estabelecidos precisam arcar com o ônus do processo para serem incorporados e aceitos pela “vizinhança”. Neste sentido, alguns depoimentos destacaram que a entidade formada “molda” o jovem e quando este sai do programa já não é a mesma pessoa.

Os critérios de elegibilidade também foi outra contradição encontrada, pois embora o escopo do programa discorra sobre o critério pautado na renda, os depoimentos dos jovens inseridos no setor bancário divergiram neste sentido, tendo em vista que alguns relatos apontam a condicionalidade da renda, porém outros destacaram que a questão da renda não se apresentou como um critério.

Tal contradição se expressa ao comparar a renda familiar dos entrevistados e contata-se uma variação que de R\$ 600,00 a R\$ 10.000,00 reais. Outro critério³² presente no escopo do Programa Jovem Aprendiz é não ter experiência profissional, contudo, a mesma jovem que declarou renda familiar de R\$ 10.000,00, relatou ter experiência profissional anterior à participação no programa de aprendizagem.

4.4.1.2. Valor e Utilização do Recurso

O valor do benefício recebido pelos jovens varia de acordo com a agência a qual estão inseridos. Nas agências do Itaú, o aprendiz tem aumento de R\$50,00 reais a cada seis meses no programa. Já na Caixa Econômica Federal, os aprendizes não possuem plano de saúde.

Os jovens, inseridos no universo desta amostra, apontaram que a partir do recurso recebido pelo programa conseguem contribuir com pagamento das despesas domésticas, além

³² A descrição do Programa Jovem Aprendiz encontra-se no terceiro capítulo deste estudo.

de adquirir bens que anteriormente não eram possíveis. Em alguns casos, o recebimento deste benefício contribuiu para o ingresso no ensino superior na rede privada.

Agências	Valor Líquido (Variação)	Benefícios
Caixa Econômica Federal	R\$ 469,00 a R\$ 470,00	Ticket Refeição e Vale-transporte.
Itaú	R\$ 500,00	Ticket Refeição, Vale-transporte e Plano de saúde.
Santander	R\$ 430,00 a R\$ 454,00	Ticket Refeição, Vale-transporte e Plano de saúde.
Unibanco	R\$ 450,00	Ticket Refeição, Vale-transporte e Plano de saúde.

Quadro 7: Valor do Benefício

4.4.1.3. Funções do Aprendiz

Os aprendizes relataram que suas funções dentro do desenho institucional são engendradas na área de auto-atendimento. Nesta via, a maioria dos jovens apontou a insatisfação de serem alocados neste setor, pois para estes o auto-atendimento representa uma área de limitação, por se concentrar na realização de atividades burocráticas e não possibilitar o desenvolvimento de outras potencialidades.

4.4.1.4. Entidades Formadoras e Contratantes

No município de Niterói, os aprendizes são terceirizados pelos bancos, estando subordinados, na maioria dos casos, a gerência administrativa das agências. Neste sentido, os entrevistados, em sua maioria, são contratados pela Associação de Ensino Social Profissionalizante – ESPRO. Já os aprendizes inseridos nas agências da Caixa Econômica Federal, são contratados pelo Centro Salesiano do Menor – CESAM, situado no Rio de Janeiro.

De acordo com a instituição, a ESPRO tem como missão a promoção da inclusão social de jovens a partir de ações educativas e inserção no mercado de trabalho. Com sede em São Paulo, foi fundada pelo Rotary Clube e possui 31 anos de existência, acumulando trabalhos na área de educação profissional de 12 mil jovens por ano em todo território brasileiro. Assim, a ESPRO conta com filiais no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Brasília, Campo Grande e Campinas, atuando em mais de 900 municípios.

Os programas de aprendizagem iniciaram no ano de 2000, segundo a instituição, o foco de atendimento refere-se à juventude de baixa renda, na faixa etária de 14 a 24 anos,

matriculada ou concluinte da rede pública de ensino, além das pessoas com deficiência. A instituição também amplia o atendimento às famílias dos aprendizes, através de atividades que vislumbrem a qualidade de vida e o estímulo à geração de renda. Além disso, disponibiliza cursos de cunho cultural aos aprendizes: coral, oficinas de arte, teatro, música e dança.

O acompanhamento dos programas de aprendizagem é realizado pelo sistema de avaliação on line, mantendo os mecanismos de controle de frequência e aproveitamento dos jovens nas atividades teóricas e práticas.

O CESAM é uma instituição da Inspeção São João Bosco, sua área de atuação abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal e Tocantins. De acordo com a pedagoga³³ do CESAM/ RJ, a instituição visa para além de captar adolescentes e inseri-los no mercado de trabalho, conhecer seu contexto social, possibilitado pela entrevista, inerentes às famílias demandadas e orientá-los socialmente.

Os critérios adotados pelo CESAM para a realização do cadastro do aprendiz são: a). Ter de 15 anos a 15 anos e 06 meses; b). Possuir RG, CPF e C.T.P.S, c). Estar cursando a partir do 8º ano do ensino fundamental, no turno da noite e d). Ser de família de baixa renda (per capita de ½ salário mínimo).

As nomenclaturas do programa de aprendizagem entre as duas instituições se diferenciam: na ESPRO o programa é chamado de Jovem Aprendiz e o profissional responsável pelo jovem na agência bancária é conhecido como tutor. No caso do CESAM, o programa é intitulado como Adolescente Aprendiz e o profissional responsável na agência recebe o nome de orientador.

As nomenclaturas podem sinalizar os sentidos atribuídos aos jovens, em especial aqueles que pertencem ao estrato empobrecido da sociedade. Assim, o tutor é aquele que exerce a tutela. A palavra tutela tem origem no latim, do verbo *tuere*, que significa proteger, vigiar, defender alguém. A natureza jurídica da tutela refere-se à assistência ou representação de menores chamados de incapazes relativos. Ocorrendo com menores de 18 anos e maiores de 16 anos, sob pena de serem anuláveis os atos por eles praticados, pois dependendo do ato, este pode ser convalidado. Na concepção do programa de aprendizagem, a tutela surge como mecanismo de acompanhamento como também representa a aplicação da disciplina para aqueles que não atendem as regras estabelecidas.

A totalidade dos entrevistados apontou a divergência entre os conteúdos programáticos, passados nas aulas teóricas, com sua aplicabilidade na rotina diária nos bancos. Neste

³³ Informações extraídas a partir de contato realizado por telefone e e-mail.

sentido, o conjunto dos entrevistados relatou que há uma distância entre a teoria e a prática, pois embora os conteúdos sejam interessantes, não conseguem atender a demanda do setor bancário.

4.4.1.5. Avaliação do Programa

De acordo com os entrevistados, as avaliações do programa de aprendizagem ocorrem freqüentemente nas entidades formadoras (ESPRO e CESAM). O mecanismo de avaliação nas entidades ocorre a partir da aplicação de questionários ou preenchimento de fichas, além da realização de reuniões com todos os aprendizes durante as aulas teóricas.

O formato da avaliação do programa de aprendizagem sinalizada pelos entrevistados visa mensurar mais o desempenho do jovem do que identificar os limites e dificuldades presentes na implementação do programa. Neste sentido, ao indagar a um dos entrevistados se os aprendizes se apropriam do espaço de avaliação para relatar a questão da divergência dos conteúdos, este sinalizou que a totalidade dos aprendizes não procede desta forma por não acreditar que conseguirá mudar o escopo dos conteúdos, uma vez que o programa já vem formulado de “cima para baixo”.

Os aprendizes entrevistados apontam que nas agências ainda não existe um espaço legitimado para a avaliação do programa de aprendizagem, assim o diálogo acontece na medida em que surgem dúvidas sobre a rotina do trabalho.

4.5. Desdobrando os efeitos

Tendo presente que a reelaboração da realidade concreta no plano teórico é permeada de lógica, sutileza técnica e criatividade interpretativa, e que esses elementos vêm se aperfeiçoando cada vez mais, visando desenvolver papel importante no estabelecimento e reconhecimento do saber, apontaremos o estudo de caso como um recurso importante que foi utilizado para analisar os dados desta pesquisa.

A análise de conteúdo tem como suporte instrumental qualquer tipo de mensagem, formas de expressão dos sujeitos sociais e, como produto, um conhecimento não linear, por conseguinte não espasmódico, já que sua derivação se dá pela observação social do objeto de estudo, onde o tempo e a circularidade de comunicação são considerados significativos. Constitui-se outra forma de olhar para as comunicações que, dependendo da postura teórica,

política e cultural do pesquisador, poderá conduzir a produção de um novo conhecimento, onde a história e a cultura se fazem presentes.

Com acuidade e criatividade o pesquisador se propõe a romper com o monólogo geralmente comum as comunicações “científicas”, para então passar a uma interlocução social, onde a comunicação, a partir da análise de conteúdo, é repensada.

A partir deste procedimento, a análise de conteúdo se apresenta como uma proposta metodológica dinâmica que se faz permanentemente por meio de uma interação contínua com o analista. Com isso, o pesquisador, ao desenvolver a ação de analista da comunicação e ao viabilizar a adequação do uso da metodologia ao estudo, se transforma e transforma o objeto, ao retirá-lo do seu estado original, aparentemente inerte sem, contudo, modificar os próprios termos da comunicação.

Bardin (1997:41) afirma que toda análise de conteúdo está embutida em um processo duplo facetário:

Compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem, entrevista (...) através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista de conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura – a letra – mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano.

Por essa razão é que se atribui a análise de conteúdo um caráter multidimensional e é por ela também que se considera a pesquisa, a partir desse contexto, um trabalho de garimpagem onde o pesquisador procura “atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros significados” (p.41), que extrapolam o conteúdo da mensagem por conterem sinais provenientes das experiências sociais e políticas e dos condicionantes históricos do emissor e receptor para os quais a mensagem foi elaborada.

No próximo capítulo serão apresentadas as categorias retiradas após a leitura dos relatos. Nesta via, para garantir o caráter sigiloso das informações, os depoimentos dos entrevistados foram codificados e os nomes alterados. Contudo, antes da apresentação em si das categorias que serão trabalhadas ao longo do próximo capítulo, é importante destacar que a ausência de algumas que são trazidas pelos jovens como questões no decorrer dos depoimentos não serão problematizadas por serem vistas como características exclusivas do PNPE, tais como: qualificação profissional e incentivo a continuação nos estudos. Neste aspecto, cinco grandes categorias foram identificadas e desdobradas nesta investigação, a saber:

1. Elevação da Auto-Estima e Sentimento de Pertença
2. Acesso ao Ensino Superior / Mobilidade na Pirâmide Social / Cidadania de Consumo
3. Construção de responsabilidades e Incremento da Renda Familiar
4. Rede de sociabilidade: a amizade como valor de uso e troca
5. O atendimento e suas implicações: processos de estigmatização no ofício de ser aprendiz

Capítulo V

Jovens em Busca de Estratégias para Inclusão

Compreende-se que a fala é um mecanismo simples com o qual o sujeito se expõe, imputa os seus valores e sua interpretação dos diferentes fenômenos. Através do discurso do sujeito é possível não apenas captar a sua visão de mundo, mas também as relações sociais em que ele está inserido.

Conforme sinaliza Castoriadis (1982:405):

A linguagem não pode ser somente código, (...) ela comporta ineliminavelmente uma dimensão significativa, referida ao magma de significações que é sempre também língua. Isso porque um sistema formal não pode fechar-se em si mesmo – ou se preferirmos porque nada no e do interior de um sistema identitário permite nem reproduzir um tal sistema em geral, nem referi-lo a outra coisa que não ele mesmo, nem decidir seu teor e sua organização concretas, particulares. Ou ainda: a linguagem deve dizer ao mundo, e nada no código permite estabelecer um mundo nem decidir qual será esse mundo e o que ele será.

Os estudos e as pesquisas sobre o comportamento humano e social se alicerçam em uma gama variada de tradições filosóficas, epistemológicas e metodológicas, reveladoras de que o conhecimento depende, fundamentalmente, do contexto sociocultural e da maneira como os atores sociais o percebem nas condições em que se encontram e no meio em que vivem.

A possibilidade que se tem de conhecer o outro depende, igualmente, do conhecimento que cada um tem da sua subjetividade e de sua disposição para revelar-se numa relação dinâmica entre o mundo real e a si mesmo, entre si e o objeto, entre o mundo objetivo e sua complexa subjetividade.

Os fatores sociais não se restringem às percepções sensíveis e aparentes; manifestam-se e revelam-se numa complexidade de contradições, revelações e ocultamentos. Ultrapassar sua aparência imediata, para penetrar sua essência é sempre um ato acompanhado de muita coragem e determinação. Coragem em trilhar o caminho e determinação em chegar (Osterne, 2001).

De acordo com Osterne (2001) esse processo, por mais individual que seja, é sempre coletivo. Torna-se cada vez mais interessante e evidente a necessidade de se compreender as práticas sociais como construções coletivas. O caminho percorrido não leva a outro lugar, se não o do instituinte, da possibilidade de construção de processos de rupturas e de superação,

de construção de outras identidades, já que o do instituído não interessa por estar permeado de diversos interditos, é o lugar do não isso, do não pode, do não deve ser.

A opção metodológica adotada na presente pesquisa permitiu aos entrevistados que se constituíssem enquanto sujeitos ao longo do processo, opinando e fazendo ver ao mundo seus valores e percepções. A partir da relação estabelecida com os entrevistados, a pesquisadora buscou imergir no cotidiano social destes jovens, até onde a sua condição de estranha consentida lhe permitia. Esse exercício, mesmo que fragmentário em relação ao tempo em que a pesquisadora permaneceu no campo, ainda sim possibilitou a construção do arcabouço necessário de que precisava para contextualizar as leituras e o próprio trabalho de campo.

5.1. Elevação da Auto-Estima e Sentimento de Pertença

A discussão acerca da auto-estima e sentimento de pertencimento foi apontada como algo fundamental, tanto para rapazes e moças no grupo estudado, como demonstram os trechos a seguir:

(...) Inclusive eu antes de trabalhar eu estava muito mal por causa de ex-namorado que tinha terminado comigo, aí eu estava muito triste. Quando eu fiz o cadastro e consegui o emprego eu mudei, eu fiquei outra pessoa, com auto-estima. (Camila, 22 anos)

(...) para uma pessoa que está crescendo, que está saindo da adolescência e está indo para a maioridade, isto faz muita diferença, para auto-estima, para tudo. Você ter alguma coisa, ter alguma atribuição, você está trabalhando, você não está ocioso, à toa... em casa (...). (Bruno, 20 anos)

Meu primeiro emprego... [ao perguntar sobre a importância do programa]. (Guilherme, 15 anos)

Há ampla discussão na literatura acerca da importância de estudos sobre auto-estima, particularmente vinculado a juventude, pois os mesmos defendem que nesse momento os sujeitos podem ser vistos como mais vulneráveis. Braden (1995) pontua que a auto-estima se constitui em uma experiência de intimidade, ou seja, o que o indivíduo é se expressa em como ele se vê e pensa sobre si mesmo. Já para Bednard e Peterson (1995), estes a entendem como a maneira em que o sujeito escolhe suas metas a serem alcançadas, o que significa que o sujeito aceita a si mesmo, e elege formas de projeção e alcance das expectativas ou projetos que se almeja alcançar. Nesse aspecto, a auto-estima se aproxima de outra categoria como a

de motivação. Desta forma, ao dialogar com Archer (1997), é possível compreender que a medida que os jovens entrevistados têm a auto-estima elevada, sentem-se motivados a continuar no programa. A discussão de motivação do autor se concentra em dois aspectos distintos e articulados ao mesmo tempo, que seriam: fatores de satisfação endógenos (providos pelo intelecto) e fatores de satisfação exógenos (pertencem ao meio ambiente).

Em outro estudo trazido por Braden (1998), este afirma que a auto-estima é capaz de promover a capacidade da pessoa de pensar e construir estratégias de enfrentamento aos desafios que lhe são postos ao longo da vida e que ao mesmo tempo se vê com direito a exercer e buscar a felicidade, se percebendo digno e merecedor na realização das suas necessidades e desejos, estes conseguidos através da luta e esforço próprio.

Há pesquisas que apresentam resultados em que há uma clara identificação entre a categoria auto-estima e sentimento de pertença, sendo às vezes vistos como a primeira promovendo a segunda, ou seja, estará cada vez mais fortalecido o sentimento de pertença, a medida em que haja elevação da auto-estima. Para Pol (s/d), o sentimento de pertença é entendido como um elemento em que agrega valor de posse em que um indivíduo estabelece com um determinado lugar que o remeta a uma sensação vincular articulada ao espaço, a auto-imagem e a identidade social, promovendo, portanto uma relação de sociabilidade, produzido a partir e através das experiências cotidianas. Nesse aspecto, esse sentimento se associa a duas dimensões: de proteção e identificação.

5.2. Acesso ao Ensino Superior / Mobilidade na Pirâmide Social / Cidadania de Consumo

Para os jovens entrevistados outra questão que se apresentou em termos de efeito que o PNPE promove é a possibilidade de, com a renda adquirida, poder realizar o sonho de fazer ensino superior, gerando assim uma certa noção de *status*, o que gera um deslocamento na pirâmide social e no padrão de consumo, como se segue nas falas abaixo:

(...) esta renda no meu caso, me possibilitou estar ingressando numa faculdade. (Bruno, 20 anos)

(...) com esse valor que eu recebo eu já pago minha faculdade. Porque meu pai e minha mãe me ajudam em muita coisa (...) mas pelo menos com esse valor eu consigo pagar a faculdade. (Aline, 21 anos)

(...) eu pago minha faculdade com esse dinheiro. (Daniel, 21 anos)

Alterou bastante, porque eu não tinha recursos para eu poder fazer as coisas que eu queria, as coisas que eu desejava (...)sem comparações, antes do programa e depois do programa. (Erivaldo, 20 anos)

(...) é uma plataforma, um ponto de partida para eu poder mudar as coisas da minha vida, ou seja, eu tenho uma renda fixa, eu tenho um emprego com oportunidade de efetivação, de melhora, né? que pô, se eu for efetivado no banco, o salário vai girar em torno do valor agregado em quase 3 mil reais, em 21 anos, é muito difícil encontrar alguém no Brasil que receba isso hoje. (Bruno, 20 anos)

(...) Então para mim é um alívio, de eu ter um dinheiro todo mês e poder fazer as minhas coisas (...) Então eu posso fazer hoje (...) posso fazer uma academia. (Erivaldo, 20 anos)

Ah, comprar coisas que eu sempre quis [referindo-se sobre as mudanças a partir do recebimento do benefício]. (Fernanda, 16 anos)

(...) o adolescente tem muitos gastos, ainda mais tipo assim, o adolescente gosta muito de ser mimado (...) então mal ou bem... eu acho que ajuda bastante (...). (Heloísa, 16 anos)

Eu pago muita bobagem (...). (Guilherme, 15 anos)

As pesquisas revelam que houve um considerável aumento do índice das taxas de ingresso dos jovens, nas faixas etárias de 18 a 24 anos, nas universidades do país (Corbucci et al, 2009). No entanto, esse aumento que compreende uma taxa de em torno de 123% no período de 11 anos, pouco se aproximando da meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação.

O aumento da renda proporciona dentre outras coisas, o acesso não só ao ensino superior, como a consumir bens e serviços tão caros para o padrão de “cidadania”.

Apesar do aumento do acesso à educação superior ser real, como muitas pesquisas apontam, este não confere ainda necessariamente no deslocamento de lugar na pirâmide social, uma vez que outros estudos revelam a permanência da desigualdade, quando tem como variável a renda desses jovens.

Quando a discussão é de cidadania, esta se mantém no campo da superficialidade, uma vez que a grande preocupação da maioria dos jovens entrevistados é ter renda, muito menos para aumentar o seu nível de conhecimento, mais para consumir e se sentir cidadão a partir de uma perspectiva de consumo estabelecida pela sociedade. Porém, existiram depoimentos que vislumbraram o programa como um mecanismo para o acesso ao nível superior, além de possibilitar o desenvolvimento das potencialidades e habilidades durante a participação do programa.

Eu acho muito importante, não pelo valor que recebo hoje porque é irrisório, todo mundo que vive sabe que com R\$ 400, não faz nada, mas eu estou apostando nesta perspectiva de melhora, de contratação, de está enriquecendo meu currículo. (Bruno, 20 anos)

5.3. Construção de responsabilidades e Incremento da Renda Familiar

De acordo com os aprendizes entrevistados, o programa de aprendizagem possibilita o desenvolvimento da responsabilidade tanto na esfera regulada pela relação capital / trabalho quanto nas relações cotidianas, na medida em que os aprendizes alcançam, a partir desta renda agregada, uma relativa autonomia nos processos decisórios de suas vidas; e por outro lado conseguem contribuir com o orçamento familiar. Neste sentido, na concepção dos entrevistados, o programa possibilita o amadurecimento da juventude, além de instrumentalizar esta categoria no processamento das escolhas futuras, tanto no âmbito do trabalho quanto no contexto das relações pessoais.

Desta forma, a concepção de responsabilidade trazida pelos entrevistados é caracterizada em dois níveis: um diz respeito à relação com o ambiente exterior, sendo marcado pela inserção no mercado de trabalho, onde são construídos os laços de confiança, comprometimento e reciprocidade. O outro nível de responsabilidade está relacionado ao interior da família / lar, local onde os jovens a partir da inserção no programa, ascendem ao status de provedor e contribuinte no pagamento das despesas domésticas, ganhando de certa forma uma posição de destaque e ascendendo no grupo familiar. Neste aspecto, o fato de ter renda e contribuir materialmente acaba por lhe conferir subjetivamente e socialmente uma noção de pertencimento diferenciada dentro do próprio grupo de sociabilidade ampliada, como a família, vizinhança e amigos. Este jovem se torna referência positiva junto ao seu grupo de pares.

(...) a partir do momento que você consegue o primeiro emprego, você se torna responsável por alguma coisa (...). (Erivaldo, 20 anos)

É bom também que a gente começa a trabalhar cedo... ter responsabilidades. (Ingrid, 16 anos)

(...) Pela experiência que passa no programa, pela maturidade que ganha, com responsabilidade (...). (Daniel, 21 anos)

(...) meus pais são separados, minha mãe teve que assumir as responsabilidades de casa, todas... e eu queria tirar um pouco desse peso que ela tinha (...) eu ajudo em casa também com algum valor (...) além do meu crescimento profissional eu estou tendo recurso. (Erivaldo, 20 anos)

(...) eu consigo mal ou bem comprar uma carne para o meu pai, pra janta e ajudar em casa com o que for necessário, que o meu pai pedir eu possa estar ajudando, entendeu? (Daniel, 21 anos)

(...) mas também ajudo minha mãe. (Guilherme, 15 anos)

Na concepção dos entrevistados a construção da responsabilidade está associada diretamente a inserção no mercado de trabalho e a existência de recursos financeiros. Neste sentido, observa-se a representação social que o mundo do trabalho tem para esses jovens, como se o acesso ao trabalho por si só pudesse responder as suas demandas e expectativas. Tal situação representa uma ideia distorcida do protagonismo juvenil, tendo em vista que estes jovens se sentem protagonistas e empoderados na medida em que estão “inseridos”, ou seja, em virtude da participação no programa de aprendizagem.

O protagonismo juvenil considera os jovens como atores sociais que têm direitos, independente da condição ou situação em que vivem. De acordo com Iulianelli (2003) o protagonismo juvenil deve ser legitimado a partir dos jovens e não em face de interesses do mercado e das políticas de endividamento externo em curso, pois tal situação altera o sentido político do termo.

5.4. Rede de sociabilidade: a amizade como valor de uso e troca

Os jovens inseridos no universo da amostra desta pesquisa apontaram a amizade como instrumento para a inserção no programa, uma vez que as informações sobre o acesso a esta política, em muitos casos foram divulgadas a partir das redes de sociabilidade: famílias, amigos e vizinhança. Os relatos também demonstraram que na medida em que estes jovens são incorporados nas agências, a questão da amizade apresenta-se como mecanismo para promover a coesão, superar as dificuldades e possíveis conflitos.

(...) na copa eles chegaram pra gente e falaram “vocês tem que ir”, eles fazem questão da gente estar lá (...) [ao falar sobre a happy hour dos funcionários do banco]. (Erivaldo, 20 anos)

Foi um amigo meu. O tio dele conseguiu para ele, aí ele foi fazer o cadastro lá (...) Aí ele foi e me levou no Rio, fiz o cadastro (...) me chamaram, foi por um amigo mesmo [referindo-se sobre o acesso ao programa]. (Camila, 22 anos)

(...) eu sempre quis trabalhar em banco, aí eu tenho uma conhecida que trabalha no Itaú que lá no Centro do Rio, em São Cristóvão. Aí ela falou assim: “aqui tem muita gente, muitos jovens, eles são do

programa de aprendizado, eu posso perguntar para eles o endereço para você fazer inscrição no programa”. Aí ela pegou, eu fui lá (...). (Aline, 21 anos)

Eu acho que eu me dou bem com todo mundo, por um ponto também de eu ser muito amigável, muito simpática, eu gosto muito de arrumar amizade com todo mundo, então eu me dou bem com todo mundo, eu não tenho quem eu diga assim: “essa pessoa eu não me dou bem” (...). (Heloísa, 16 anos)

(...) ganhei até presente (risos) [ao avaliar o tratamento dos funcionários da agência com os aprendizes]. (Ingrid, 16 anos)

Gomes et all (2007) ao investigarem sobre as semânticas da amizade e a possibilidade dela se configurar como espaço de experimentação política, identificaram que a amizade como fenômeno político permite o reconhecimento de interesses, problemas mútuos, além de possibilitar a montagem de estratégias. De acordo com os autores, a amizade neste contexto, opera como catalisador das mudanças e acopla a solidariedade. Assim, as relações construídas a partir da solidariedade entre os amigos, segundo estes autores, promovem o acolhimento, possibilitando a construção do tecido da unidade e engajamento, colaborando para a formação de um grupo politicamente organizado. Neste sentido, é no espaço da experimentação e do diálogo que a amizade surge como uma atividade política capaz de potencializar os sujeitos, possibilitando a adesão a partir da palavra e não da coerção.

Deste modo, estes jovens, a partir dos laços de amizade que vão se construindo na rotina diária das agências, são potencializados a partir destes vínculos, uma vez que conseguem ampliar suas redes de sociabilidade e ação. Neste contexto, além da amizade se configurar em um instrumento que possibilitará futuros ganhos, também se situa como ferramenta facilitadora à mobilização destes sujeitos para modificarem e transformarem seus cotidianos, a partir da criação de formas de resistências e enfrentamento às situações de dominação (Gomes et all, 2007).

5.5. O atendimento e suas implicações: processos de estigmatização no ofício de ser aprendiz

Os entrevistados não conseguiram identificar a existência de relações conflituosas entre os funcionários e aprendizes. Embora o conjunto dos entrevistados tenha enfatizado o acolhimento promovido pelo corpo institucional, o mesmo não se deu por parte dos clientes.

Alguns clientes tratam você... falam diferente. (Guilherme, 15 anos)

(...) ontem um moço falou assim para mim é ... eu estava rindo de um negócio e ele falou assim para mim “ainda fica rindo, debochando dos outros”, e eu falei, “eu não estou rindo do senhor”, aí ele falou “tá bom terceirizada”, aí eu falei assim, “o senhor está pensando que vai me ofender falando essas coisas? Não me ofendo com qualquer coisa não” (...).(Fernanda, 16 anos)

Você vai ser conhecido como “o jovem aprendiz” (...), já aconteceu situações chatas de você ir prestar um serviço para um cliente, você está passando uma informação, “ah, eu não quero ouvir de você não, você não é nada aqui dentro” (...). (Bruno, 20 anos)

(...) teve uma cliente que uma vez ela chegou lá dizendo que queria fazer prova de vidro e meu tutor falou que eu ia encaminhá-la para a prova de vidro, aí ela chegou para mim e falou “ué, você mesma que vai lá fazer isso?”, aí eu falei “por que senhora, não posso ajudar?”, aí ela falou “não, pode sim”... mas ela ficou me olhando meio estranho. (Camila, 22 anos)

(...) Aí eles falam assim: “Não, eu prefiro falar com um gerente porque você é aprendiz e você não sabe”, então eu acho assim, que isso realmente pra gente ali é horrível, ou deixava a gente trabalhar ali sem uniforme, com crachá... isso ia ser melhor do que usar esta camisa... isso é horrível. (Aline, 21 anos)

Neste sentido, os aprendizes destacaram as relações assimétricas de poder no qual o jovem passa a ser discriminado não apenas pela idade, mas principalmente por não ser funcionário da agência, neste nível, ser jovem aprendiz torna-se algo depreciativo, à medida que são atribuídos sentidos de imaturidade e inexperiência na via dos processos de estigmatização.

A história do estigma tem a sua gênese na Grécia, onde os gregos criaram o termo estigma para se dirigirem a sinais do corpo, com a finalidade de destacar algo ou mau sobre a “moral” de quem os apresentavam. Posteriormente na Era Cristã, dois significados foram acrescentados ao termo estigma: um para referir-se a sinais corporais de graça divina; e outro

era uma alusão médica a essa alusão religiosa, no qual os sinais simbolizavam os distúrbios físicos (Gofman, 1988:11).

O estigma é uma marca simbólica a ser atribuída aos sujeitos que possui duas instâncias, a primeira é que se pode controlar e mascarar, a segunda é aquela que possui maior visibilidade e não tem como controlar, pois não esconde as marcas. Por constituir-se um marca simbólica, o estigma, não é algo que possui materialidade, esta marca atravessa as condições humanas e também diz respeito aos lugares “físicos” e sociais ocupados. Observa-se que tal concepção além de circular no imaginário construído pelos clientes também é incorporado pelos próprios jovens. Neste sentido, qualquer tipo de identificação que faça alusão ao programa de aprendizagem: camisa etc, torna-se uma marca que o “denuncia”, produzindo no jovem o sentimento de repulsa e incômodo. Assim, tanto as falas quanto a observação participante, sinalizaram um esforço diário destes aprendizes em criar estratégias na construção de imaginários distantes da aprendizagem e próximos do modelo hegemônico recorrente nas agências. Tais estratégias são engendradas em busca da inclusão e aceitação, Cassab (2001) observa que a concepção de estratégia está atrelada ao sentido de ação, na medida em que ela demanda a tomada de decisão sobre o caminho a ser trilhado a partir de uma ação racional, orientada por pressupostos e desejos transcritos em um escopo que se realiza na mediaticidade. A autora destaca o exercício da reflexão e cálculo na orientação das decisões tomadas pelos sujeitos nas escolhas de suas estratégias, pois tal situação demanda a avaliação das suas condições e a familiaridade com o seu universo, a partir dos objetivos almejados.

Em acréscimo, Cassab (2001) aponta que as estratégias de inclusão tentadas pelos jovens vão sendo gestadas e negociadas a partir da ocupação do seu lugar na vida social, contudo, em alguns momentos não conseguem acompanhar as mudanças ocorridas em virtude de sua velocidade em face de sua capacidade de entendê-las, retardando então a produção de novas estratégias frente a essas mudanças.

5.6. Considerando alguns aspectos importantes do estudo³⁴:

A concepção de juventude trazida pelos entrevistados foi associada a símbolos de apatia e ausência de protagonismo. Na visão dos aprendizes, a juventude tem se posicionado na retaguarda, atuando como coadjuvante, quando deveria buscar formas para se colocar na cena pública como protagonista, no exercício de seus direitos e deveres. Para os entrevistados, a juventude não tem buscado formas de superação diante dos problemas que a afligem, além de ter uma postura pautada no conformismo e ociosidade ao vislumbrar seus sonhos e projeções para o futuro.

Ao refletirem sobre a condição juvenil, os entrevistados debruçaram o olhar a partir de certo distanciamento, como se não fizessem parte deste universo. Nesta medida, os sentidos atribuídos ao “ser jovem” se polarizaram em dois lados: 1) coletivo – juventude omissa / outsider e 2) individual – juventude protagonista / estabelecida.

Ao analisarem a juventude em sua totalidade, os entrevistados subjugarão estes sujeitos à condição de anônimos. Em virtude das experiências de desfiliação, estes sujeitos passam a ser encarados como outro lado / a outra parte / a outra categoria, por não terem incorporado ganhos similares aos dos jovens entrevistados. Os aprendizes, ao deslocarem a reflexão para suas próprias experiências e histórias de vida, a partir de uma análise individual, se colocam como protagonistas, neste sentido, a participação no programa de aprendizagem contribui para legitimar esta concepção e empoderar este grupo. Sendo assim, esses jovens não conseguem problematizar tal situação, como se a experiência individual não se relacionasse e dialogasse com as experiências da coletividade, como se as relações não fossem construídas socialmente. Nesta via, culpabilizam os jovens que não conseguiram acessar as oportunidades e realizar escolhas, colocando a responsabilidade no indivíduo, quando a questão é estrutural e antecede o próprio sujeito.

Gonçalves (2005) observa que o individualismo tem sido uma característica da sociedade contemporânea, atingindo todos aqueles que em particular moram e circulam nas metrópoles e que estão susceptíveis à competição e ao consumo. Segundo o autor, apesar do desejo de consumo e individualismo não dizer respeito apenas ao universo juvenil, os jovens são os mais vulneráveis por estarem na fase dos desejos, experimentações, conquistas e irreverência.

³⁴ Esse item foi construído na tentativa de abordar alguns aspectos que foram trazidos pelos dados, porém sem condições de serem esmiuçados com propriedade, no entanto relevantes o suficiente para que mereçam certo destaque. A produção do conhecimento e tratamento dos dados é de fato muito complexo e escolhas sempre precisam ser feitas, assim num futuro próximo esse conjunto deverá ser trabalhado.

Ao avaliarem os problemas sociais que afetam a juventude, os entrevistados acreditam que o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego na modalidade de aprendizagem, surge como forma de ocupação e escape, impedindo o envolvimento dos jovens com o universo das drogas e violência, uma vez que estes têm seu tempo livre preenchido com as aulas teóricas nas entidades formadoras e as atividades práticas, executadas nas agências. Autores (c.f. Carrano e Sposito (2003), Sposito (2008) etc) ao analisarem a formulação de políticas de juventude, destacam que os projetos/programas direcionados aos jovens pobres terão a concepção do controle social do tempo livre, ou seja, torna-se necessário construir ações que ocupam o tempo deste público para que não seja “captado” pelo crime.

De acordo com Zaluar (1994) em face da participação de jovens na criminalidade, a crise econômica e o fracasso da política educacional, as ações na área da educação pelo esporte e pelo trabalho tomam impulso na década de 1980. Nesta perspectiva, os projetos sociais direcionados as camadas empobrecidas são criados a partir da ideia de “risco social” ou “vulnerabilidade”, objetivando assim a ocupação do tempo livre destes jovens. Assim, tanto as ações da área esportiva quanto as atividades de cunho profissionalizante e de complementaridade à escolarização terão o caráter do controle e contenção (Gonçalves, 2003).

Nestes termos, os jovens desta pesquisa demonstraram ter incorporado este imaginário recorrente na sociedade, alguns deles enfatizaram que não disponibilizam de tempo nem para lazer, pois tem que administrar o tempo com a escola, curso de formação e atividades na agência, embora tenham demonstrado certo desconforto, reafirmaram tal padrão ao avaliarem que preferem ter seu tempo ocupado a ser ocioso. De acordo com Elias (1998), o tempo tem se constituído na mercadoria mais cara de nossa sociedade e de certa forma tem sido apropriado e utilizado pela estrutura social como um instrumento que tende a obstaculizar processos coletivos de participação e de mobilidade social, portanto, e em particular, uma alienação juvenil.

Sposito (2008) relata que a concepção de formação para jovens pobres assume a dimensão do controle, moldagem, recuperação e contenção. Para a autora o desafio que está posto é o aprofundamento da reflexão em torno dos fundamentos políticos dessas ações, buscando construir intervenções públicas mais integradas, que possibilitem o usufruto dos direitos e distanciando da tendência respaldada nos mecanismos de controle e contenção de jovens pobres.

Outro aspecto que apresentou como elemento relevante neste estudo foi o não reconhecimento do Estado pelos entrevistados como ator social na garantia do Programa

Jovem Aprendiz como um direito. Por outro lado, os jovens demonstraram desconhecimento sobre o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, não entendendo que o programa de aprendizagem compõe o PNPE. Tal cenário anuncia que os aprendizes, inseridos no universo desta pesquisa, não conseguem identificar este programa como uma política social, atribuindo a sua existência à “boa vontade”, “ajuda” ou “favor” das entidades formadoras, construindo então uma concepção de cidadania distorcida. Talvez estes sujeitos tenham apresentando esta concepção devido à ausência de experiências ligadas ao exercício da cidadania plena e proximidade com o universo da cidadania escassa. Neste sentido, os jovens pobres tem sido alvo da violência social (Minayo, 1994) que se materializa na ausência de ofertas de emprego formal, na dificuldade de acesso aos serviços públicos de educação, saúde, esporte e lazer etc.

Deste modo, os jovens ao avaliarem o programa de aprendizagem não conseguiram desvinculá-lo da ESPRO ou do CESAM, pois na percepção dos entrevistados este programa é uma iniciativa destas instituições formadoras, assim nesta visão de unificação encontram dificuldades para diferenciá-las. Ao se reportarem ao aparato estatal reafirmaram a ausência do Estado frente ao atendimento às demandas da juventude, sinalizando a necessidade de maior participação deste ator social no desenho de ações dirigidas aos jovens.

O roteiro desta pesquisa também buscou privilegiar a questão da participação juvenil não apenas no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) como também no controle das ações e políticas sociais destinadas a juventude em sua totalidade. Nesta via, identificou-se a ausência de conhecimento dos espaços para a participação juvenil, todos os entrevistados apontaram o desconhecido sobre a existência do Conselho Municipal de Juventude em Niterói (CMJ).

O CMJ foi criado recentemente em 03 de janeiro de 2008, sob a Lei nº 2528, sancionada pelo prefeito Godofredo Pinto, sendo fruto da luta dos movimentos sociais que discutiam juventude no município. Este órgão é caracterizado pela natureza consultiva, sendo composto por vinte e quatro membros, sendo doze da sociedade civil e doze do governo. Tal composição é justificada pela tentativa de incorporação das variadas demandas dos diferentes segmentos sociais. De acordo com Góis et al (2010) o processo de materialização do CMJ foi demorado em virtude da ausência de consenso em torno da necessidade de um Conselho de Juventude em Niterói, além das tentativas frustradas de realização de fóruns no município. Segundo estes autores a ausência de know-how e expertise dos gestores para pensarem a política de juventude contribuíram para a lentidão do processo de construção do Conselho.

Notou-se, portanto a ausência da cultura de participação destes jovens, tendo em vista que estes sujeitos não demonstraram exercer a participação nem mesmo no PNPE, seja nas entidades formadoras, seja nas agências bancárias. Embora alguns aprendizes tenham problematizado algumas questões referentes à execução deste programa, eles não utilizam o espaço que têm para apresentarem tais demandas e nem buscam estratégias para a criação de novos espaços ou ampliação dos canais de participação já existentes. A concepção da benevolência, de que tal política se constitui no campo da ajuda / favor e não do direito pode ser um dos elementos que intimidam e cerceiam estes jovens.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) tem como um dos seus enfoques o estímulo à organização do segmento juventude. No entanto isso pouco compete a uma política isolada, para que tal ação se materialize pressupõe a existência de uma sociedade cível forte e com tradição, para que esta possa suportar, por exemplo, uma situação conjuntural de forças opostas, ou seja, requer uma sociedade civil que reflita, combata e não sucumba ao poder político nas formas de governo. Esse processo de fortalecimento da sociedade civil tem a ver com a construção de autonomia em relação ao Estado, no entanto este processo não pode supor um isolamento da sociedade civil, uma vez que esta só pode ser compreendida na relação com o próprio estado.

A discussão da organização e fortalecimento da sociedade civil, portanto, requer que a mesma seja gestada a partir da compreensão da democracia. As relações de disputa de poder, de hegemonia e contra-hegemonia entre os diversos atores sociais são fundamentais para a compreensão desse processo. Ao circunscrever esta discussão ao segmento da juventude no cenário político atual fica nítido um recuo em termos históricos, pois o Brasil, que já contou com uma participação ativa e decisiva, inclusive para o processo de redemocratização da sociedade, se vê agora com algo que pode ser considerado como omissão da juventude.

Obviamente essa discussão deve ser feita num amplo panorama que inclua outras categorias muito pertinentes, tais como: controle social, participação etc. Nesse sentido, todo o cenário apresentado leva a adoção ou construção de um modelo de cidadania. O que se encontra em moda hoje e tem sido muito estimulada, inclusive pelo poder da mídia é a superficialidade dos direitos e a venda de um desejo de se diferenciar do outro e assim ser cidadão, e esta diferenciação se encontra na possibilidade em ter algo material que o outro não tem. Ou seja, ser cidadão se constitui na sua capacidade de consumir.

De acordo com Oxhorn (2010) a cidadania de consumo pressupõe um modelo todo voltado para o mercado, onde controle social e participação popular é substituído por critérios

de mercado, super valorizando a liberdade individual acima de qualquer bem coletivo, legitimando portanto a defesa da propriedade privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada apontou a demanda da busca de estratégias que vislumbrem a ruptura com modelos prefixados e antigos repertórios em variados campos da vida humana, mas em especial no campo das políticas sociais destinadas a juventude.

As políticas sociais recorrentes na sociedade, apesar de indicarem um esforço para promover a visibilidade das questões juvenis, nem sempre têm conseguido incorporar as reais demandas deste segmento na agenda pública. Neste sentido, este estudo demonstrou que o imaginário construído para os jovens pobres continua sendo reafirmado, produzido e reproduzido por tais políticas e pelos próprios jovens entrevistados neste estudo, uma vez que operam a partir da concepção de juventude atrelada a símbolos de delinquência, periculosidade, imaturidade etc. Tal cenário representa o fortalecimento do pensamento hegemônico presente na sociedade em torno da juventude, em especial a que compõe os estratos empobrecidos da pirâmide social. Nesta via, verificou-se uma desarticulação e dispersão da juventude e do próprio movimento social em busca de romper com este padrão e construir novas estratégias de reafirmação e empoderamento diante destas relações sociais.

Percebe-se que para os jovens que nascem em uma sociedade que os estigmatiza pela sua condição de classe sócio-econômica ou pelo seu pertencimento étnico / racial ou devido a sua orientação social etc, tal condição já lhe traz várias marcas, mantendo-os na posição de outsiders, ocupando um não lugar social.

É dentro deste contexto que surge o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), com a proposta de atender às demandas da juventude no âmbito da inserção ao mercado de trabalho formal.

Na América Latina e no Brasil, mudanças nas políticas macroeconômicas, têm provocado alterações no mercado de trabalho, com conseqüências importantes para a juventude, tais como informalidade, desemprego e baixos salários. São fatores adicionais que reforçam a indicação de que há necessidade de maior compreensão de possíveis significados das relações referentes ao universo juvenil. São elementos que certamente conformaram os depoimentos apresentados nesta pesquisa, face à realidade singular em que vivem os entrevistados.

Desconstruir as relações cristalizadas na sociedade não se constitui tarefa fácil, pois requer investimento de grande porte para trabalhar os profissionais que lidam com a juventude. A pesquisa revelou que pode haver situações de desigualdade dentro de um mesmo segmento, ou seja, jovens podem ser tratados de forma diferenciada dependendo do capital

simbólico, cultural, étnico-racial e de pertencimento, segundo Bourdieu (1990), dependendo do seu *habitus*.

Embora alguns depoimentos dos entrevistados e estudos realizados sobre este tema tenham ressaltado a existência da responsabilidade a partir da adesão ao Programa de Aprendizagem, a pesquisa em si não reconhece uma relação mecânica desse processo. Exemplo que pode ser citado é o fato de que a área do setor bancário não garante um mínimo de isenção de preconceito para a incorporação desses jovens, ou seja, não será qualquer jovem apto que será elegível para fazer parte dessa empresa. Esse comportamento empresarial é retroalimentado pelas instituições que fazem a seleção, nesse caso, o terceiro setor. O irônico da situação, é que instituições como essas são criadas a partir do discurso de inclusão e que o se percebe é o aprofundamento de posturas institucionais de fortalecimento de “*apartheid*”.

Os dados da pesquisa apontam alguns elementos que dificultam o acesso dos jovens ao Programa Jovem Aprendiz, tais como: presença de ações pautadas no apadrinhamento, não uniformidade dos critérios de elegibilidades, existência de processo seletivo diferenciado, perfil profissional na área bancária etc. Tal situação, além de caracterizar de certa maneira o formato de relações clientelistas, também expressa à própria demanda e concepção do mercado de trabalho ao recrutar o trabalhador. Neste sentido, o Programa Jovem Aprendiz ao invés de se colocar como uma política social, que apesar de operar com critérios de elegibilidade busca a correção de assimetrias, contribui para o fortalecimento das relações mercadológicas, nas quais o jovem além de vender sua força de trabalho precisa antes de tudo atender aos requisitos do mercado, operando assim com critérios de exclusão e inclusão.

A organização da sociedade ainda está voltada para as velhas práticas arcaicas em que incorporam os jovens como sujeitos que devem ser controlados e vigiados, reforçando estereótipos que explicitam mecanismos de cerceamento e poder. Esse cenário só se torna possível pela ainda fragilidade das políticas públicas direcionadas para esse segmento, com as entidades representativas ainda muito invisíveis.

No entanto, o cenário não é de todo desfavorável, por um lado esta é uma iniciativa importante das políticas públicas, que em nenhum momento histórico na legislação brasileira o jovem figurou como algo além de sua máxima periculosidade ou estorvo para o estado. É bem verdade que a pesquisa identifica a presença ainda de uma certa política de contenção. Por outro lado, os jovens entrevistados reconhecem o Programa como uma estratégia, não apenas como uma inserção no mercado de trabalho geral, mas como uma ponte de acesso específico ao setor bancário, oferecendo uma “falsa” ilusão de que todos poderão ser

absorvidos, por esta via, o Programa serve como um instrumento que pode vir a garantir a entrada e permanência desses jovens.

O modelo das relações de gênero engendrado no âmbito do Programa Jovem Aprendiz, presente nas agências bancárias no município de Niterói, ao revelar a presença significativa de meninas diante do número reduzido de meninos, demonstrou que tal formato está em conformidade com o escopo do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) que privilegia a prioridade de acesso das mulheres a esta política. Tal modelo justifica-se pelas relações de desigualdades que se construíram ao longo da história entre homens e mulheres, no qual sempre foi delegado ao universo feminino a ocupação de lugares secundários, além da existência de processos de “interdição”. Neste sentido, é preciso compreender gênero pela perspectiva relacional e transversal, buscando uma aproximação pluri e transdisciplinar, interrogando / questionando as categorias binárias que dão suporte a análise social, como natureza x cultura; público x privado; produção x reprodução e masculino x feminino (Heilborn, 1997).

Neste aspecto, historicamente o setor bancário foi ocupado pela presença maciça de homens, tendo em vista que o universo masculino culturalmente foi associado a símbolos de decisão, poder e virilidade. Assim, o PNPE surge como instrumento com objetivo de romper com tal padrão, possibilitando a transição das mulheres do âmbito privado para o espaço público, a fim de que tenham as mesmas oportunidades que os homens. Neste sentido, ao analisar a concepção do programa de aprendizagem em Niterói, observou-se que rapazes e moças ocupam as mesmas posições / funções nas agências. Assim não se constatou a presença de rapazes em funções mais privilegiadas ou de comando do que as funções desempenhadas pelas moças. Contudo, embora na organização institucional do programa não tenha esse processo de diferenciação, notou-se a partir da observação participante, a diferença das posturas entre os homens e mulheres. Assim, para os homens o Programa Jovem Aprendiz apresenta-se como um instrumento que pode desenvolver as suas potencialidades relativas à liderança e competitividade e por outro lado o recurso recebido pelo jovem contribui para a criação de responsabilidades, colocando-o também como provedor. Já as mulheres, encaram o programa como complementaridade aos estudos e o dinheiro recebido pelo programa é utilizado mais para seu consumo do que para a contribuição das despesas referentes ao âmbito familiar.

Mesmo o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) tendo como uma das diretrizes o fortalecimento da cidadania da juventude, a coleta de dados desta pesquisa sinalizou que no cotidiano do exercício do programa de aprendizagem, ele funciona

muito mais na perspectiva da cidadania de consumo, visto que o recurso recebido pelos aprendizes também contribui para a formação da educação para o consumo, e muito menos para o exercício da cidadania plena, embora os conteúdos repassados a partir das aulas teóricas tendem a abordar questões relativas ao exercício da cidadania.

A observação em torno do universo desta pesquisa permitiu constatar que a participação juvenil no âmbito das políticas sociais ainda tem sido insuficiente. Na atual conjuntura, verifica-se um enfraquecimento dos movimentos sociais juvenis, que em anos anteriores eram caracterizados pelo fortalecimento das ações em virtude dos interesses comuns e pela unificação de seus atores em torno da luta que os moviam. Neste sentido, a dinâmica destes movimentos na contemporaneidade tem sido gestada a partir de conflitos e lutas partidárias dentro do próprio movimento, como é o caso do movimento estudantil, tal situação além de transformar a arena pública como um palco de representação de interesses, uma vez que as demandas trazidas nem sempre expressam o desejo da coletividade e sim de pequenos grupos, contribuem para a fragilização e descaracterização da legitimidade do movimento. Neste sentido, muitos atores sociais não são incorporados por não querem se aproximar em virtude destas relações assimétricas e forças políticas. A totalidade dos entrevistados relatou o não exercício da participação social no controle das políticas sociais que a eles são destinadas, mas por outro lado alguns destacaram que estes espaços são caracterizados pelo jogo de interesse e por esse motivo não têm o interesse na aproximação. Assim, o próprio desconhecimento sobre os canais de participação em virtude da escassez de divulgação também reflete o interesse ou não de incorporar determinados segmentos / atores sociais.

A tentativa em identificar os efeitos / mudanças na vida dos jovens aprendizes representou um exercício de entender a palavra não dita ou silenciada e compreender o próprio contexto ao qual esses jovens estão inseridos. Variados estudos têm buscado medir a eficácia das políticas, o impacto das ações, a correspondência entre os objetivos e ação executada, a relação causa / efeito etc. No entanto, o elemento que norteou esta pesquisa foi debruçar o olhar não apenas para a política em si, mas, sobretudo para aqueles sujeitos a quem esta política se destina.

O estudo aqui desenvolvido buscou identificar o que mudou e como mudou a vida destes jovens após a participação no Programa Jovem Aprendiz, nas agências bancárias. Neste sentido, procurou-se investigar tanto as mudanças positivas quanto as negativas³⁵, não estabelecendo situações causais e imediatas entre a relação da ação implementada e os

³⁵ Efeito Perverso.

resultados. Assim, Góis et all (2008:80) explicitam que “(...) diferentes mudanças contextuais, familiares, ou mesmo pessoais interferem nas incidências do programa, uma análise a partir de uma relação de causa e efeito pode conduzir a conclusões equivocadas”. Os dados extraídos a partir das entrevistas, dada a perspectiva qualitativa da pesquisa, servem mais para ilustrar as questões de pesquisa que propriamente comprovar hipóteses.

Neste sentido, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) na modalidade de aprendizagem apresentou-se apenas como um instrumento / meio para chegar aos protagonistas desta pesquisa: os jovens. Antes de entrar no campo, havia um pressuposto de que a política em questão representava um caráter valorativo a partir da renda fornecida. Contudo ao aproximar do universo de análise, cada informação, palavra, elementos e pistas foram se configurando em peças para montar o quebra-cabeça desarrumado e chegar ao final do labirinto.

Assim, algo que se revelou foi o próprio sentido atribuído pelos jovens em torno do Programa Jovem Aprendiz, pois a importância desta política não está no valor fornecido e sim na possibilidade de projeção no futuro. Estes jovens, embora tenham limitações e dificuldades, acreditam que seus sonhos e desejos serão viabilizados futuramente em virtude da participação neste programa de aprendizagem. Assim, para esses aprendizes, o PNPE surge não apenas como um instrumento que pode possibilitar a mudança do presente, mas contribuir também para escrever uma nova história no futuro destes jovens e familiares. Mesmo o universo da amostra tendo sido caracterizado pela heterogeneidade de posturas dos aprendizes frente as suas percepções sobre o programa, uma vez que cada jovem se apropria desta política de forma singular, a totalidade destes jovens projeta todas as suas esperanças no PNPE, frente ao mundo de incertezas e inseguranças que os cercam.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et all. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5º ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Algumas teses sobre o presente (e o futuro) do trabalho. In SILVA, H. (org.) et all. **Desafios do Trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G. & FRANCO, T. (orgs.). **A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007.

ARCHER, E. O mito da motivação. In: BERGAMINI, C; CODA, R. **Psicodinâmica da vida organizacional: motivação e liderança.** São Paulo: Atlas, 1997.

ARENDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, nº. 40, junho, 1999.

ARRETCHE, M. **Estado Federativo e as Políticas Sociais.** São Paulo: Revan, 2002.

ARRIAGADA, I. Famílias Vulnerables o Vulnerabilidad de las Familias? Apresentado em **Seminario Vulnerabilidad**, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.

AULETE, C. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 1979.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: J.Zahar Editor, 2005.

BEDNAR RL, Peterson SR. **Self-esteem: paradoxes and innovation in clinical theory and practice.** Washington, D.C.: American Psychological Association; 1995.

BELUZZO, L. E VICTORINO, R de C. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 8, n. 4, 2004.

BERETTA, R.C.de S. e MARTINS, L.C.O. Estado, municipalização e gestão municipal. In **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.77, 2004.

BEST, J. Rhetoric in claims-making: constructing the missing children problem. In **Soc.Probl.**, v.34, n.2, p.101-21, 1987.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. A Filosofia Política e as lições dos Clássicos. 5ª triagem. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOCCHI, S. C. M; MENEGUIN, S. e SANTI, R. C. de. Sistematização da assistência de enfermagem a paciente com luxação de coluna cervical: estudo de caso. In **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Jul 1996, vol.4, no. 2, p.113-129.

BORGES, A. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G. & FRANCO, T. (orgs.). **A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOSCHETTI, I. O Futuro das Políticas Sociais no governo Lula. In **Revista Katálysis. Florianópolis**, v. 10, n.1, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDEN, N. **Auto-estima: como aprender a gostar de si mesmo**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva; 1995.

BRANDEN, N. **O poder da auto-estima**. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado, 1988.

BRASIL, CLT. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <<http://www.soleis.com.br/ebooks/TRABALHISTA-86.htm>>. Acesso em: 18/06/2010 às 18h.

BRASIL. ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL, IN. **Instrução Normativa**, SIT nº 26, de 20 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2007/p_20071213_615_anexos.pdf>, Portaria MTE, 615, 2007. Acesso em: 18/06/2010 às 18h 40min.

BRASIL. **Lei da aprendizagem**. Lei no. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <https://www.presidencia.gov.br/casacivil/site/static/le.htm>. Acesso em: 15/10/2009 às 13h 30 min.

BRASIL. LOAS. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Programa Nacional do Primeiro Emprego**. Lei no 10.748, de 22 de outubro de 2003. Disponível em <https://www.presidencia.gov.br/casacivil/site/static/le.htm>. Acesso em: 15/10/2009 às 12h 15 min.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm. Acesso em: 10/10/2009 às 16h. 2007.

BRASIL. **Lei n.º 5.199/04**, de 30 de agosto de 2004. Regulamenta a Lei n.º 10.748, de 22 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/ccvil.html>>. Acesso em: 22/06/2010 às 14h.

BRASIL. **Lei n.º 7.998/90**. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Leis/L7998.htm>. Acesso em: 22/06/2010 às 13h31min.

BRASIL. **Lei n.º 10.097/00**, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccvil/leis/10097.htm>>. Acesso em: 22/06/2010 às 11h.

BRASIL. **Lei n.º 11.788/2008**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6.º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 22/06/2010 às 11h20min.

BRASIL. **Lei n.º 11.180/2005**, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11180.htm. Acesso em: 22/06/2010 às 9h30min.

BRASIL. **Lei n.º 4.923/1965**, de 13 de julho de 1965. Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4923.htm. Acesso em: 23/06/2010 às 11h.

BRONZO, C. & VEIGA, L., 2007. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. In **Revista Serviço Social & Sociedade**, N.º 92.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T. e KANSO, S. **Caminhos para a vida adulta**: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Última Década, n. 21, 2004.

CARELLI, R.D.L. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: DRUCK, G. & FRANCO, T. (orgs.). **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.

CASSAB, M. A. T; ALBUQUERQUE, F; RIBEIRO, L.C; SCHETTINO, P. Jovens e cidade: mídias e políticas na ordenação do espaço. In **Revista Ser Social**, n.17, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, J. A de; AQUINO, L. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasil: IPEA, 2008.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, R.C.R. Notas sobre exclusão social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Nº 96, 2008.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DA MATTA, Roberto. **A questão da cidadania num universo relacional**. In A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco,1997.Pp. 65-95.

DALMOLIN, B. M; LOPES, S. M. B. e VASCONCELLOS, M. da P. C. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. In **Saúde e Sociedade**, Dez 2002, vol.11, no. 2, p.19-34.

DAYRELL, J. & GOMES, N. L. **A juventude no Brasil**. In <http://www.uff.br/obsjovem/mambo>. Acesso em 10/10/2009 às 15h: 30 min.

DENZIN, NK; LINCOLN, YS. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks (CA): Sage Publications; 2000.

DESLANDES, S. & GOMES, R. A pesquisa qualitativa em serviços de saúde: notas teóricas. In Bosi MLM, Mercado FJ (orgs.). **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Petrópolis: Vozes; 2004.

DIEESE. **Os trabalhadores frente à terceirização**. Pesquisa Dieese, São Paulo: nº 7, 1993.

DIEESE. **Evolução Recente do Emprego Bancário no Brasil**. Linha Bancária. Belo Horizonte junho, 1998.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In **Cadernos de Pesquisas**, Mar 2002, no. 115, p.139-154.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, N; SCOTSON. J.L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Revista Lua Nova, n.24, 1991.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILGUEIRA, C.H. Estructura de Oportunidades y Vulnerabilidad Social. Aproximaciones Conceptuales Recientes Apresentado em **Seminário Vulnerabilidad**, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.

FLEURY, Sônia T. Assistência na Previdência Social: uma política marginal. In: Sposati, Aldaíza; Falcão, Maria do Carmo. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

FLEURY, **Sônia. Que Política? Que social?** – Reflexões analíticas sobre a América Latina. Trabalho Apresentado no Seminário Perspectivas de la política social en América Latina. Washington. 2002. D.C. INDES.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FRANCELIN, M. M. **Ciência, senso comum e revoluções científicas**: ressonâncias e paradoxos. Ci. Inf., Brasília, v.33, n. 3, p.26-34, set./dez. 2004.

FREITAG, B. Cidade e Cidadania. In: Freitag, Barbara. **A cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, M.W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

GÓIS, J.B.H. **Família e Proteção Social no Serviço Social**: revisitando a história profissional. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

GÓIS, J. B. H. Olhos e ouvidos públicos para atos quase privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença. In **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. v.10 n.2 Rio de Janeiro jul./dez. 2000.

GÓIS, J. B. H. Reabrindo a caixa-preta: rupturas e continuidades no discurso sobre Aids nos Estados Unidos (1987-98). In **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. 9(3): 515-33, set.-dez. 2002.

GÓIS, J. B. H; LOBATO, L. V. C; SENNA, M. C. M.; MORAES, J. R. Avaliação do Benefício de Prestação Continuada: características sociais, proteção social e seus efeitos. In **Serviço Social e Sociedade**, v.96, 2008.

GÓIS, J. B. H; CATHERMOL, E. C; FIGUEIREDO, M e VENTURATO, P. A produção do Controle Social da Política de Juventude: estudo de caso do Conselho Municipal de Juventude/ CMJ de Niterói. In **V Encontro Nacional de Política Social**, Espírito Santo, Maio de 2010.

GOMES, L. G. N; JUNIOR, N. da S. Experimentação Política da Amizade: Alteridade e Solidariedade nas Classes Populares. In **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Abr-Jun 2007, Vol. 23 n. 2, pp. 149-158.

GONÇALVES, H. S. Juventude Brasileira, entre a tradição e a modernidade. In **Revista Tempo Social**, USP, v. 17, nº. 02, 2005.

GONÇALVES, M. A. R. **A vila olímpica da Verde-e-Rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GONÇALVES, M. A. R. & CATHARINO, T. R. Políticas Públicas e Juventudes: repensando riscos e proteções. In: GONÇALVES, M. A. R. & CATHARINO, T. R. et all (orgs.). **Adolescências e Juventudes: entre o espaço público e as políticas do cuidado**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

GONZALEZ, R. Políticas de Emprego para Jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de e ANDRADE, C. C. de (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e histórias das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo. 1999.

GUIZARD, F. L. e PINHEIRO, R. Dilemas culturais e políticos da participação dos movimentos sociais nos conselhos de saúde. In **Ciência & Saúde Coletiva**, 11 (3), 797-805, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HASENBALG, C. **Os Números da Cor**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1996.

HEILBORN, M. L. Gênero, Sexualidade e Saúde. In SILVA, D. P. M. **Saúde, Sexualidade e Reprodução: Compartilhando Responsabilidades**. Rio de Janeiro, UERJ, 1997.

HENRIQUES, R. Texto para discussão nº 807. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**. RJ: IPEA, 2001.

HOBBS, T. **Leviathan**. London, 1651.

IBASE/ POLIS. **Juventude brasileira e democracia:** participação, esferas e políticas públicas. Relatório final. Rio de Janeiro, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Jovem no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1999 (Estudos e Pesquisa 3).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Registro Civil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008 (Estudos e Pesquisa 3).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de População.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **O que é Responsabilidade Social Empresarial (RSE).** Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx. Acesso em: 10/07/2010 às 10h.

IRIART, M. F. S; BASTOS, A. C. D. S. Uma análise semiótico-sistêmica de diferentes ecologias desenvolvimentais da juventude. In **Psicol. Estud:** Vol.12, n.12, p.239-246, 2007.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos - o protagonismo juvenil. In: FRAGA, C. P. F; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.) **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JUNIOR, F. A. C e ANDRADE, J. E. B. Uso do conceito de aprendizagem em estudos relacionados ao trabalho e organizações. In **Paidéia**, 18(40), 221-234, 2008.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização. In **Revista de Economia Política**, 26 (4), 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. Aula inaugural. **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1975.

LINDBLOM, C.E. **The science of muddling through.** **Public Administration Review**, 19: 78-88, 1959.

LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: Saraiva, E. & Ferrazi, E. (orgs.). **Políticas públicas.** Brasília: ENAP, 2008.

LOSSACO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A.R. & VITALE, M. A.F. (orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas.** 4 ed. São Paulo: Cortez/ Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

LOWI, T. **American business, public policy, case studies and political theory.** **World Politics**, 16: 677-715, 1964.

LÜCHMANN, L. H. H; RODRIGUES, J. O Movimento Antimanicomial no Brasil. In **Ciência & Saúde Coletiva**, 12 (2): 399-407, 2007.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M.(org.). **Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1982.

MANUAL DA APRENDIZAGEM. **O que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz**. Brasília: MTE, SIT, SPPE, 2006.

MANUAL DA APRENDIZAGEM. **O que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz**. Brasília: MTE, SIT, Assessoria de Comunicação, 2008.

MARQUES, R. M. & MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. In **Revista Katálysis**. Florianópolis ,v. 10, n.1, 2007.

MARSHALL,T. H.**Cidadania, classe social e status**. São Paulo: Jorge Zahar, 1967.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, v.1. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 211.

MEAD, L. **Public policy**: vision, potential, limits. Policy Currents, 1- 4, fev, 1995.

MEDEIROS, M. **Princípios de justiça na alocação de recursos em saúde**. Brasília: IPEA, 1999.

MELO NETO, F. P. e FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. In **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (suplemento 1): 07-18, 1994.

MINAYO, M. C. S, Violência como questão social. In **Especial Médicos** Maio/ Junho, p.69, Rio de Janeiro, 1999.

MINAYO, M. C. S; NJAINE. K. **Análise do discurso da Imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

MINAYO, M. C. S. “Hermenêutica-Dialética como caminho do pensamento social”. In MINAYO. M.C.S & DESLANDES.S.F, **Caminhos do Pensamento, Epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Termo de Referência, concepção de aprendizagem - PNPE**. Brasília: MTE, 2004.

MOKATE, K. **Convertiendo el “monstro” em aliado**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MORAIS, Regis de. **Filosofia da ciência e da tecnologia**. 5 ed. São Paulo: Papirus, 1988.

NARDI, H. C. et cols. Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. In **Psicologia: reflexão crítica**, vol. 19, n.2, 2006.

NEVES, L. A. Cidadania: dilemas e perspectivas na República brasileira. In **Tempo**, 4.pp. 80-102, 1997.

NJAINÉ, K, et all. **Fala galera: juventude, violência e cidadania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

OFFE, C. Política sociale, solidarietà e stato nazionale. In: FERRARA, M (org.), **Stato sociale e mercato mondiale**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1993.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE/ OMS. **La Salud Del Adolescente y El Joven em Las Américas**. Washington DC: 1985 (Publ. Cient. nº 489)

OSTERNE, M. S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: Eduece, 2001.

OXHONR, P. Cidadania como Consumo ou Cidadania como Agência: uma comparação entre as reformas de democratização da Bolívia e do Brasil. In **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 24, mai./ago. 2010, p. 18-43.

PAES, J. E. S. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 5 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

PAIVA, B. A. de. **A timidez das políticas sociais no governo Lula: quando o fundo do poço tornou-se nossa morada**. Disponível em <http://www.ola.cse.ufsc.br>. Acesso em 05/02/2010, às 14h15min.

PEREIRA, A. P. Potyara. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. In **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº. 77, 2004.

PEREIRA, A. P. Potyara. **Política social: Temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008 (Capítulo 2).

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **Abandono e esperança na cidade: o processo de exclusão e a estratégia paulistana de inclusão social**. In M. POCHMANN (org.). **Uma outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? In **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, maio/agosto, p.383-399, 2004.

_____. Síntese da análise feita pelo referido economista sobre os números do MTE para o primeiro governo Lula da Silva, publicado no Jornal **O GLOBO**, Caderno de Economia, segunda-feira, 26 de fevereiro de 2007, p. 13.

POL, E. (s. d.). **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Em L. Iñiguez & E. Pol (Orgs.), Monografias psico-socio ambientales (pp. 45-62). Barcelona: Universitat Barcelona Publicacions.

POLIT, D.F.; HONGLER, B.P. **Nursing research: principles and methods**. 3ed. Philadelphia: Lippincott, 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, C. N. dos. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado? In **Revis. econ. contemp.**, vol.11, no.2, p.279-305, Ago 2007.

REIS, M. C. & CAMARGO, J.M. **Desemprego dos Jovens no Brasil: Os efeitos da Estabilização da Inflação em um Mercado de Trabalho com Escassez de Informação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

RODRIGUES, R. **Poder, gênero, resistência, proteção social e memória: aspectos da socialização de “gays” e “lésbicas” em torno de um reservado em São João de Meriti, no início da década de 1980**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2006.

RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 1998.

RUSSELL, B. **Power: A New Social Analysis**. Londres: George Allen & Unwin, 1938.

SALVADOR, C. C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, W. Guilherme dos. **Cidadania e justiça: A política social na ordem brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARAIVA, A. L. L. R. Políticas Sociais: focalização versus universalização. In **Revista do Serviço Público**, Ano 55, n.3, Jul- Set 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. R. A. da; ANDRADE, C. C. de. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de e ANDRADE, C. C. de (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, I. F. da; LABRA, M. E. As instâncias colegiadas do SUS no Estado do Rio de Janeiro e o processo decisório. In **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17(1):161-170, jan-fev, 2001.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In HOCHMAN, G. et all (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, M. J. L. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. et ali (org) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, R. D. O. Participação e controle social. In: SALES, M.A, MATOS . M. C. & LEAL, M, C. (orgs.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J. P; LISBOA, M. S; RIBEIRO, F. R. G. A construção do tabagismo como problema de Saúde Pública: uma confluência entre interesses políticos e processos de legitimação científica. In Comunicação Saúde Educação, V.13, n.29, p.353-65, abr./jun, 2009.

SPOSATI, A. Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. In **Revista Serviço Social & Sociedade**, Nº. 77, 2004.

SPOSITO, M. P. e CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In **Revista Brasileira de Educação**, n.24, set-dez, 2003.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H; BRANCO, P. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SPOSITO, M. P. et all. Juventude e poder local: um balance de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. In **Revista Brasileira de Educação**, n.32, maio-ago, 2006.

SPOSITO, M. P. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. In **Educação & Realidade**, 33 (2): 83-98, jul/dez,2008.

_____. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), vol 1. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

THÉBAUD-MONY, A. & DRUCK, G. In: DRUCK, G. & FRANCO, T. (orgs.). **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. Em **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. (pp. 71-102). São Paulo: Petrópolis: Instituto Ethos, 2002.

TREVISAN, L. Jovens, mentiras e desemprego – Algumas incertezas sobre a oferta educacional como receita da felicidade. In: SILVA, H. (org.) et all. **Desafios do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

VERMELHO, L. L. **Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência)**. In Tese de doutorado. São Paulo: 1994.

VIANNA, A. L. e LEVCOVITZ, E. Proteção Social: introduzindo o debate. In: A. L. VIANA; E. LEVCOVITZ e N. IBANEZ. **Proteção social: dilemas e desafios**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidade demográfica em América Latina. Qué hay de nuevo? Apresentado em **Seminário Vulnerabilidade**, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.

VILLA, A. M. Fecundidade e Masculinidade: Alguns Dilemas Subjetivos na Construção do Gênero dos Varões. In SILVA, D. P. M (Org.). **Saúde, Sexualidade e Reprodução: Compartilhando Responsabilidades**,

WERNECK VIANNA, M. L. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. Ex.mimeo, 2002.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. London: Sage, 1984.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In VIANNA, H. (Org.). **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ANEXOS

ROTEIRO PARA JOVENS APRENDIZES ALOCADOS NO SETOR BANCÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Agência Bancária:

Idade:

Sexo:

Cor de Pele:

Escolaridade:

Área de moradia:

Tempo de inserção na instituição:

Renda familiar:

PERCEPÇÕES SOBRE A JUVENTUDE E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Na sua visão, quais são os problemas que têm afligido vocês?

Como você avalia o comportamento da juventude de hoje diante destes problemas?

Você tem conhecimento sobre alguma política ou ações voltadas para vocês no município?

Como você ficou sabendo do Programa Jovem Aprendiz?

Como foi o seu acesso no programa?

Você acha que a cobertura deste programa é abrangente, conseguindo atender a maioria de vocês ou há elementos que dificultam o acesso?

Como você foi recebido ao entrar nesta agência?

Como avalia o tratamento dos funcionários desta agência em relação a vocês?

Na sua avaliação, a infra-estrutura de funcionamento desta agência é adequada para a implementação do programa?

Estão claras as atribuições do jovem aprendiz nesta agência?

Você acha que este programa é capaz de reduzir ou eliminar alguns problemas que afetam a juventude? Em caso afirmativo, destaque os problemas.

Qual é o valor que você recebe no programa?

Como a ajuda de custo, fornecida pelo programa, modificou a sua vida pessoal e a sua renda familiar?

Que importância o Programa Jovem Aprendiz tem para a sua vida?

Caso não estivesse inserido neste programa, como você acha que estaria sua vida agora?

Quais são as suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho?

Após o término do programa você espera ser efetivado por esta agência ou ser contratado em outro segmento?

Quais são as dificuldades que você destacaria no programa?

Como você avalia o programa? () Excelente () Bom () Regular () Ruim Por que?

O que você mudaria no Programa Jovem Aprendiz?

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Em algum momento vocês se reúnem para discutir o programa?

Você acha que as sugestões dos aprendizes são ouvidas e incorporadas?

Você conhece o Conselho Municipal de Juventude de Niterói?

Você frequenta? Se sim, o que acha dele?

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Você gostaria de destacar algum outro aspecto que você considera relevante e que não foi abordado nesta entrevista?

UFF- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

Consentimento Livre e Esclarecido

Apresentação

Solicitamos que, voluntariamente, você venha a participar da pesquisa “Juventude, Trabalho e Política Social: Dilemas e Desafios no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em Niterói”, a ser feita sob a orientação do Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho, para o Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

Leia com atenção as informações abaixo antes de concordar.

- Esta pesquisa, em geral, tem como objetivo investigar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego na modalidade Jovem Aprendiz, alocada no setor bancário no município de Niterói, buscando compreender o efeito desta política sobre o/a jovem atendido/a;
- Constarão da pesquisa entrevistas com jovens aprendizes e gestores, alocados no setor bancário;
- As entrevistas serão gravadas e transcritas pela pesquisadora;
- As entrevistas serão realizadas em dia, local e horário de sua conveniência;
- Será mantido o anonimato do entrevistado assim como o das pessoas que porventura ele mencione;
- Você poderá pedir todos os esclarecimentos que julgar necessários, antes, durante e depois da realização da pesquisa;
- Você poderá se desligar da pesquisa quando o desejar, assim como poderá ter acesso ao material gravado e transcrito;
- O material coletado ficará sob a guarda dos pesquisadores e será usado apenas para fins dessa pesquisa;
- Os resultados serão divulgados através de trabalhos científicos, como também poderão ser difundidos em congressos, simpósios, reuniões, conferências, mesas redondas e demais meios de divulgação científica.

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar voluntariamente deste estudo. Declaro que li e entendi todas as informações referentes ao mesmo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela pesquisadora.

Nome do entrevistado da pesquisa	Assinatura:	Data:
Bairro:	Banco:	Tel:

Nome do pesquisador	Assinatura	Data:
Erika Cathermol		

Contatos: erikacmol@hotmail.com cel.: 8601-8847